

DIÁLOGO NOVO-ANTIGO: PROJETO DE INTERVENÇÃO EM UM CONJUNTO  
ARQUITETÔNICO DE VALOR PATRIMONIAL NA RUA SACADURA CABRAL

Mariane Andriani Scarpellini

DIÁLOGO NOVO-ANTIGO: PROJETO DE INTERVENÇÃO EM UM CONJUNTO  
ARQUITETÔNICO DE VALOR PATRIMONIAL NA RUA SACADURA CABRAL

Mariane Andriani Scarpellini

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, linha de pesquisa Projeto de Revitalização e Restauração.

Orientadora: Fabiola do Valle Zonno

Rio de Janeiro  
Dezembro, 2017

## CIP - Catalogação na Publicação

A285d      Andriani Scarpellini, Mariane  
             DIÁLOGO NOVO-ANTIGO: PROJETO DE INTERVENÇÃO EM  
             UM CONJUNTO ARQUITETÔNICO DE VALOR PATRIMONIAL NA  
             RUA SACADURA CABRAL / Mariane Andriani Scarpellini.  
             -- Rio de Janeiro, 2018.  
             165 f.

             Orientadora: Fabiola do Valle Zonno.  
             Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do  
             Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e  
             Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura,  
             2018.

             1. Patrimônio Histórico. 2. Intervenção  
             Arquitetônica. 3. Antigo-novo. 4. Rua Sacadura  
             Cabral. I. do Valle Zonno, Fabiola, orient. II.  
             Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Rio de Janeiro  
Dezembro, 2017

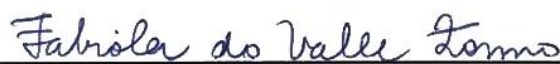
DIÁLOGO NOVO-ANTIGO: PROJETO DE INTERVENÇÃO EM UM CONJUNTO  
ARQUITETÔNICO DE VALOR PATRIMONIAL NA RUA SACADURA CABRAL

Mariane Andriani Scarpellini

Orientadora: Fabiola do Valle Zonno

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa Projeto de Revitalização e Restauração.

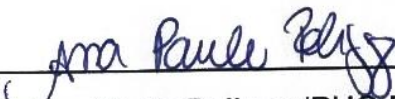
Aprovada por:



Prof. Fabiola do Valle Zonno (UFRJ-FAU-PROARQ)



Prof. Claudia Nóbrega (UFRJ-FAU-PROARQ)



Prof. Ana Paula Polizzo (PUC-Rio)

## RESUMO

## DIÁLOGO NOVO-ANTIGO: PROJETO DE INTERVENÇÃO EM UM CONJUNTO ARQUITETÔNICO DE VALOR PATRIMONIAL NA RUA SACADURA CABRAL

Mariane Andriani Scarpellini

Orientadora: Fabiola do Valle Zonno

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura.

Uma intervenção arquitetônica contemporânea em uma pré-existência de valor histórico é uma ação interpretativa que deve reconhecer a transformação do lugar e dos significados no tempo. Esta dissertação desenvolve um projeto a partir desta premissa e posicionando-se perante a problemática específica do caso estudado: um conjunto de edificações situadas na rua Sacadura Cabral na região portuária do Rio de Janeiro.

A região tem sido alvo de profundas e rápidas transformações recentes e não só a rua, antigo limite do mar, e as edificações antigas que a constituem devem ser reconhecidas como bens de valor para o campo do patrimônio. Pensando na vivência da cidade, os lotes vazios existentes na rua devem ser ocupados de modo a respeitar possíveis conjuntos e ambiências – como está em questão. Desta forma o objetivo principal do trabalho é projetar uma arquitetura nova que se insira na pré-existência antiga valorizando-a e, ao mesmo tempo, criando novos significados a partir de um diálogo tanto em bases estéticas - morfológicas e materiais – como conceituais e programáticas.

As primeiras e a segunda partes do trabalho analisam a Rua Sacadura Cabral no contexto da Zona Portuária, apontando as permanências e transformações da paisagem no tempo, para afinal se reconhecer o valor e caracterizar o conjunto arquitetônico em questão. A partir da problematização gerada, a terceira parte aborda o projeto como uma interpretação deste contexto.

O projeto é apresentado como um pensamento que busca preservar a estrutura visual a partir da visada da rua, mas cria uma relação completamente nova a partir da inserção de novos elementos que possibilitam não só visuais que valorizam o conjunto arquitetônico e a paisagem como patrimônio, mas a conexão entre vias limítrofes criando a possibilidade de fluxos que assumem caráter mais público. Também em busca de valorizar as atividades culturais existentes no Morro da Conceição, propõe-se o programa de uma residência artística, que inclui habitação temporária, áreas de produção, exposições e de eventos, como modo de envolver e trocar com a comunidade através de ações educativas e participativas.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico, Intervenção Arquitetônica, Antigo-novo, Rua Sacadura Cabral

## ABSTRACT

DIÁLOGO NOVO-ANTIGO: PROJETO DE INTERVENÇÃO EM UM CONJUNTO  
ARQUITETÔNICO DE VALOR PATRIMONIAL NA RUA SACADURA CABRAL

Mariane Andriani Scarpellini

Orientadora: Fabiola do Valle Zonno

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura.

A contemporary architectural intervention in a pre-existence of historical value is an interpretative action that must recognize the transformation of place and meanings in time. This dissertation develops a project based on this premise and poses itself to the specific problem of the case studied: a set of buildings located in Sacadura Cabral street in the port region of Rio de Janeiro.

The region has been the subject of recent and rapid transformations, not only the street, the old limit of the sea, and the old buildings that constitute it must be recognized as valuable assets for the patrimony field. Thinking about the city's experience, the empty lots on the street should be occupied in order to respect possible sets and ambiances - as it is in question. In this way the main objective of the work is to design a new architecture that inserts itself in the old pre-existence valuing it and, at the same time, creating new meanings from a dialogue on both aesthetic - morphological and material bases - as conceptual and programmatic.

The first and second parts of the work analyze Sacadura Cabral Street in the context of the Port Zone, pointing out the permanences and transformations of the landscape in time, in order to recognize the value and characterize the architectural ensemble in question. From the problematization generated, the third part approaches the project as an interpretation of this context.

The project is presenting as a thought that seeks to preserve the visual structure from the viewpoint of the street, but creates a completely new relationship from the insertion of new elements that enable not only visual that value the

architectural set and the landscape as patrimony, but the connection between neighboring roads creating the possibility of flows that assume a more public character. Also in search of valuing the cultural activities in Morro da Conceição, we propose the program of an artistic residence, which includes temporary housing, production areas, exhibitions and events, as a way to involve and exchange with the community through actions educational and participatory.

Keywords: Historical Heritage, Architectural Intervention, Old-New, Rua Sacadura Cabral



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. A RUA SACADURA CABRAL, PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES .....	18
1.1. A MEMÓRIA E OS TEMPOS DO LUGAR .....	18
1.2. OS TEMPOS DA RUA SACADURA CABRAL NO CONTEXTO DO PORTO.	26
1.3.A ATUAL RUA SACADURA CABRAL .....	50
1.4. O PATRIMÔNIO DA RUA SACADURA CABRAL E SEU ENTORNO .....	57
2. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DA RUA SACADURA CABRAL NO CONTEXTO DO PORTO .....	75
2.1. ESTRUTURA, USOS E MUDANÇAS DA PAISAGEM .....	75
2.2. LEVANTAMENTO VISUAL E ANÁLISE DO PRIMEIRO TRECHO DA RUA SACADURA CABRAL.....	81
2.3. RELAÇÕES CONJUNTO ARQUITÔNICO - CONTEXTO .....	88
2.4. O CONJUNTO DE VALOR PATRIMONIAL NA RUA SACADURA CABRAL .	94
2.4.1. O RECONHECIMENTO DOS VALORES DO OBJETO.....	94
2.4.2. ESTADO DE CONSERVAÇÃO E USO .....	97
2.4.3. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO .....	116
3. PROJETO DE INTERVENÇÃO COMO DIÁLOGO ANTIGO-NOVO.....	121
3.1. INTERPRETAÇÃO DO CONTEXTO E CONCEITUAÇÃO DA PROPOSTA	121
3.2. A PROPOSTA DE RESIDÊNCIA ARTÍSTICA - UM PROGRAMA CULTURAL E HABITACIONAL .....	132
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	159
BIBLIOGRAFIA .....	161
APÊNDICE .....	164

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A simultaneidade dos tempos na Rua Sacadura Cabral.....	25
Figura 2 - Planta de São Sebastião do Rio de Janeiro, entre 1758 e 1760.....	27
Figura 3 - Planta de S. Sebastião do Rio de Janeiro, 1775.....	28
Figura 4 - Ilustração do início do século XIX, de Victor Adam.....	29
Figura 5 - Plano do Rio de Janeiro elevado em 1791 .....	30
Figura 6 - Mercado de Escravos no Rio em 1822, Henry Alken.....	31
Figura 7 - Planta da cidade do Rio de Janeiro, entre 1812 e 1826 .....	32
Figura 8 - Trapiches na Orla do Bairro da Saúde, Elysio Belchior s/d.....	35
Figura 9 - Avenida Central ligando a Praça Mauá à Avenida Beira Mar .....	36
Figura 10 - Vista aérea do Canal do Mangue, Rio de Janeiro.....	36
Figura 11 - Deslocamentos de terra da reforma urbana de Pereira Passos .....	37
Figura 12 - Planta das Obras do porto do Rio de Janeiro, 1903 .....	38
Figura 13 - Terrenos da caixa especial do porto do Rio de Janeiro, 1900 .....	38
Figura 14 - Porto do Rio de Janeiro, 1916-23 .....	38
Figura 15 - Vista Geral da Cidade, 1930 .....	40
Figura 16 - Construção do Píer Mauá no final da década de 1940 .....	41
Figura 17 - O Píer Mauá em 1962.....	42
Figura 18 - Construção da segunda etapa do Elevado da Perimetral.....	43
Figura 19 - A Implosão do Elevado da Perimetral em 24/11/2013 .....	44
Figura 20 - Núcleo Histórico do centro da Cidade do Rio de Janeiro.....	50
Figura 21 - Situação do Bairro da Saúde .....	51
Figura 22 - Trechos da Rua Sacadura Cabral.....	52
Figura 23 - Ambiência do primeiro trecho da Rua Sacadura Cabral .....	53
Figura 24 - Ambiência do segundo trecho da Rua Sacadura Cabral .....	53
Figura 25 - Diferença de gabaritos nos tipos de parcelamento do solo.....	55
Figura 26 - Lugares de Memória na Rua Sacadura Cabral, Trecho 1 .....	57
Figura 27 - Praça Mauá, edifício da "À Noite" .....	58
Figura 28 - Largo São Francisco da Prainha nos dias atuais .....	59
Figura 29 - Antiga Fundação Manoel Lino da Costa, atual Sacadura 154 .....	60
Figura 30 - Primeira sede do Clube Vasco da Gama nos dias atuais .....	61
Figura 31 - Lugares de Memória na Rua Sacadura Cabral, Trecho 1 .....	62
Figura 32 - Largo do Depósito ou Praça dos Estivadores .....	63

Figura 33 - Cais do Valongo embelezado para a Imperatriz .....	64
Figura 34 - Praça Municipal, atual Avenida do Barão de Tefé .....	65
Figura 35 - Fotografia da Praça Jornal do Comércio.....	66
Figura 36 - João da Baiana e Jota Efegê .....	67
Figura 37 - João da Baiana .....	68
Figura 38 - Fotografia da Pedra do Sal .....	68
Figura 39 - Jardins do Valongo, pontes em concreto e ferro imitando madeira .....	69
Figura 40 - Jardins do Valongo, canteiros cuidadosamente preservados .....	70
Figura 41 - Fotografia dos Jardins do Valongo.....	71
Figura 42 - Fotografia dos Jardins do Valongo.....	71
Figura 43 - Antigo observatório da escola politécnica, morro de Santo Antônio .....	72
Figura 44 - Prédio principal do Observatório do Valongo, década de 60 .....	73
Figura 45 - Lugares de Memória na Rua Sacadura Cabral.....	74
Figura 46 - Transformação da paisagem .....	75
Figura 47 - Estrutura morfológica atual .....	76
Figura 48 - Aspectos funcionais e o sistema de espaços livres .....	79
Figura 49 - Localização das Fachadas no Levantamento .....	81
Figura 50 - Lado A Quadra 1 .....	82
Figura 51 - Lado A Quadra 2.....	82
Figura 52 - Lado A Quadra 3.....	82
Figura 53 - Lado A Quadra 4.....	82
Figura 54 - Lado B Quadra 1 .....	83
Figura 55 - Lado B Quadra 2.....	83
Figura 56 - Lado B Quadra 3.....	83
Figura 57 - Lado B Quadra 4, com o conjunto objeto da intervenção assinalado .....	83
Figura 58 - Localização das Panorâmicas .....	84
Figura 59 - Panorâmica 1 .....	85
Figura 60 - Panorâmica 2.....	85
Figura 61 - Panorâmica 3.....	85
Figura 62 - Panorâmica 4.....	85
Figura 63 - Panorâmica 5.....	85
Figura 64 - Rua lateral a do Jardim do Valongo .....	86
Figura 65 - Vista aérea do entorno.....	89
Figura 66 - Situação dos lotes escolhidos para a intervenção .....	90

Figura 67 - Lotes consecutivos Objeto da Intervenção .....	91
Figura 68 - Lote que dá acesso à rua do Valongo.....	91
Figura 69 - Dimensão dos lotes em metros quadrados e Área total.....	92
Figura 70 - Carnaval na Rua Sacadura Cabral .....	94
Figura 71 - Edifício Lote 141, 2016 .....	97
Figura 72 - Edifício Lote 141, 2011 .....	98
Figura 73 - Edifício Lote 141, 2017 .....	98
Figura 74 - Edifício Lote 143 .....	99
Figura 75 - Interior do Edifício Lote 143 .....	99
Figura 76 - Fachada do edifício Lote 143.....	100
Figura 77 - Planta do Pavimento Térreo do edifício Lote 143 .....	101
Figura 78 - Planta do Pavimento Térreo do edifício Lote 143, Detalhe 1 .....	101
Figura 79 - Planta do Pavimento Térreo do edifício Lote 143, Detalhe 2 .....	101
Figura 80 - Planta do Segundo Pavimento do edifício Lote 143.....	102
Figura 81 - Corte AB do edifício Lote 143 .....	102
Figura 82 - Corte AB do edifício Lote 143, Detalhe 1 .....	103
Figura 83 - Corte AB do edifício Lote 143, Detalhe 2.....	103
Figura 84 - Corte CD do edifício Lote 143.....	104
Figura 85 - Corte EF do edifício Lote 143 .....	104
Figura 86 - Edifício Lote 145 .....	105
Figura 87 - Interior do lote 145 como espaço de entretenimento .....	106
Figura 88 - Edifício Lote 147 .....	107
Figura 89 - Interior do lote 147 como restaurante, 2015 .....	107
Figura 90 - Interior do lote 147 como espaço Duplex Club, 2017.....	107
Figura 91 - Fachada do edifício Lote 143.....	108
Figura 92 - Planta do Pavimento Térreo do edifício Lote 147 .....	109
Figura 93 - Planta do Pavimento Térreo do edifício Lote 147, Detalhe 1 .....	109
Figura 94 - Planta do Pavimento Térreo do edifício Lote 147, Detalhe 2 .....	109
Figura 95 - Planta do Segundo Pavimento do edifício Lote 147.....	110
Figura 96 - Planta do Segundo Pavimento do edifício Lote 147, Detalhe 1 .....	110
Figura 97 - Planta do Segundo Pavimento do edifício Lote 147, Detalhe 2 .....	110
Figura 98 - Corte AB do edifício Lote 147 .....	111
Figura 99 - Corte CD do edifício Lote 147 .....	111
Figura 100 - Corte CD do edifício Lote 147, Detalhe 1.....	112

Figura 101 - Corte CD do edifício Lote 147, Detalhe 2.....	112
Figura 102 - Edifício Lote 149 .....	113
Figura 103 - Projeto de reforma para Edifício Lote 149.....	114
Figura 104 - Edifício da Rua do Valongo.....	114
Figura 105 - Parede de Pedra e Cal, lote 147 .....	116
Figura 106 - Acabamentos degradados, lote 143.....	116
Figura 107 - Esquadrias do pavimento superior, lote 143 .....	117
Figura 108 - Esquadrias do pavimento inferior, lote 147 .....	118
Figura 109 - Elementos decorativos, lote 147 .....	118
Figura 110 - Platibandas do conjunto, lotes 141, 143, 145, 147 e 149.....	119
Figura 111 - Desenho que ilustra a sobreposição da volumetria transversalmente	124
Figura 112 – Esquema de cheios e vazios da fachada .....	126
Figura 113 - Linhas de força das fachadas antes e depois da intervenção.....	127
Figura 114 – Acessos do Projeto e seu caráter.....	128
Figura 115 – Maquete com o contexto. ....	129
Figura 116 – Maquete com o contexto. ....	129
Figura 117 – Maquete com o contexto. ....	130
Figura 118 – Maquete com o contexto. ....	130
Figura 119 – Maquete com o contexto. ....	131
Figura 120 – Residência artística que integra habitação a um produtor cultural .....	134
Figura 121 – Residência artística que integra habitação a um produtor cultural .....	134
Figura 122 – Residência artística que integra habitação a um produtor cultural .....	135
Figura 123 – Residência artística que integra habitação a um produtor cultural .....	135
Figura 124 – Galeria para a exposição das obras produzidas pelos artistas .....	136
Figura 125 – Vista dos jardins do projeto onde interagem artistas e comunidade ..	137
Figura 126 - Vista do vão onde interagem artistas e comunidade.....	138
Figura 127 - Vista do vão onde interagem artistas e comunidade.....	138
Figura 128 - Ateliês individuais.....	139
Figura 129 – Coberturas verdes acessíveis pela galeria.....	141
Figura 130 – Coberturas verdes acessíveis pela galeria.....	141
Figura 131 - Dormitório .....	142
Figura 132 - Cozinha.....	142
Figura 133 - Cozinha.....	143
Figura 134 – Estar.....	144

Figura 135 – Estar.....	144
Figura 136 – Estar.....	145
Figura 137 - Recepção.....	146
Figura 138 - Recepção.....	146
Figura 139 – Galeria se abrindo para o espaço externo. ....	147
Figura 140 – Galeria se abrindo para o espaço externo. ....	148
Figura 141 - Grande Ateliê .....	149
Figura 142 – Ateliê Coletivo .....	149
Figura 143 – Fluxograma do Pavimento Térreo .....	153
Figura 144 – Fluxograma do Pavimento 1 .....	154
Figura 145 – Fluxograma do Pavimento 2 .....	155
Figura 146 – Fluxograma do Pavimento 3 .....	156
Figura 147 – Fluxos Corte A.....	156
Figura 148 – Fluxos Corte B.....	157
Figura 149 – Fluxos Corte C .....	157
Figura 150 – Fluxos Corte D .....	158

É esse vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva. (NORA, 1993 p. 13)

## INTRODUÇÃO

A questão das relações que podem ser traçadas entre o antigo e o novo está cada vez mais em evidência. É um desafio entender como a nova arquitetura contemporânea se relaciona com os muitos elementos construídos presentes na paisagem das nossas cidades, sabendo que cada um deles tem uma história própria e se observados em conjunto trechos da narrativa do lugar podem ser construídos. Essa percepção e as dinâmicas que surgem quando dispomos o novo ao lado do antigo é o que propomos estabelecer com uma intervenção arquitetônica em um conjunto de edifícios pré-existentes escolhidos na Rua Sacadura Cabral da região portuária da cidade do Rio de Janeiro.

O projeto de arquitetura é o foco principal do trabalho, principalmente por se tratar de um mestrado profissional, sendo que para fundamentá-lo foi necessária uma contextualização teórica com a apresentação de alguns conceitos relevantes para o desenvolvimento da argumentação e uma breve retomada histórica onde apresentou-se os principais fatos que no decorrer do tempo contribuíram para a formação da cidade e sua ambiência atual especificamente na região delimitada. O recorte com o qual trabalhamos para a leitura do contexto de forma mais geral abarca a toda a região portuária, no entanto para o aprofundamento, em um primeiro momento se foca na Rua Sacadura Cabral e sequencialmente no trecho da rua onde se encontra o objeto de intervenção.

O local foi escolhido em função de sua atual e histórica importância para a cidade do Rio de Janeiro e sobretudo por comportar uma grande gama de interações diferentes, provenientes da sobreposição de contrastes temporais, econômicos, sociais, topográficos, arquitetônicos e de diversas outras naturezas. É um recorte que engloba em um pequeno trecho muitas diferenças e possui material para uma leitura muito rica da pré-existência em vários aspectos. Quando tratamos da relação entre o antigo e o novo, a importância do reconhecimento do valor do antigo é muito grande.

Os objetivos do trabalho são desenvolver um projeto de intervenção arquitetônica em uma pré-existência de forma a evidenciar um posicionamento crítico sobre as principais questões que envolvem a inserção do novo no antigo, produzir uma arquitetura que se integre ao lugar como mais uma camada que se sobrepõe no decorrer do tempo em sua composição gerando novas leituras espaciais, dialogar com



os principais elementos presentes no entorno de forma a reconhecer seu valor e promover uma ligação entre eles, favorecendo a visualidade do patrimônio existente no lugar.

Metodologicamente foram utilizados diversos meios para a leitura e interpretação do recorte; fundamentando-se em referências teóricas, a análise do lugar se estrutura na identificação de elementos e visadas relevantes principalmente por meio de registros fotográficos. Foram elaboradas diversas leituras gráficas das imagens da Rua Sacadura Cabral como, por exemplo, a tomada de fotos de detalhes da ambiência da rua, a identificação e registro de edifícios relevantes no percurso pela rua, a planificação das fachadas e a composição de panorâmicas de 360° em alguns pontos de interesse do percurso pela rua.

Sobre os edifícios onde a intervenção ocorrerá foram feitos diversos levantamentos, desde fotos e documentação histórica em desenhos técnicos até uma pesquisa do material utilizado na época de sua construção e um trabalho de identificação dos elementos que mais possuem valor artístico ou histórico no conjunto arquitetônico. A partir do reconhecimento de seus valores podemos definir o que será preservado e o que sofrerá uma intervenção maior dentre os elementos pré-existentes.

Partindo da escolha do que permanece nas edificações existentes, propõem-se ações de conservação e inserção de nova arquitetura sem prejuízo aos valores históricos e artísticos do conjunto arquitetônico, em vista de criar novas possibilidades de significação através da relação antigo-novo.

Acompanhando os desenhos técnicos do projeto, constrói-se embasamento teórico que o fundamenta como pensamento sobre o contextual: como a intervenção compõe formalmente no ambiente escolhido, além de tratar das interações que podem ser estabelecidas entre os usuários e o lugar em decorrência do programa de residência artística proposto.

## 1. A RUA SACADURA CABRAL, PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES

### 1.1. A MEMÓRIA E OS TEMPOS DO LUGAR

Investigar a relação entre o tempo e um lugar é buscar reconhecer e entender os acontecimentos e processos que edificaram este determinado espaço e lhe conferiram significado. No caso da região portuária do Rio de Janeiro, e mais especificamente da Rua Sacadura Cabral, diversos fatos promoveram seu caráter no transcorrer dos tempos históricos e moldaram a ambiência a qual temos acesso hoje. A busca pela compreensão “de que tempo é” tal lugar (LYNCH, 1972), baseia-se no entendimento de uma leitura, a partir do atual, dos vários tempos que simultaneamente o constituem.

A leitura temporal de um lugar é feita a partir da análise no presente, identificando os elementos do espaço físico que remetam a permanências e transformações. A região do Porto já foi objeto de muitos projetos e obras, apresentando hoje seus resquícios nos mais variados pontos de sua paisagem. Destacar e analisar tais elementos é um modo de leitura que nos aproxima do entendimento de possíveis ambiências, como é o caso da área sob nossa intervenção na Rua Sacadura Cabral.

Os elementos aos quais nos referimos são majoritariamente materiais como a arquitetura e os vestígios arqueológicos, mas isso não exclui os traços imateriais de um lugar que invariavelmente deixaram suas consequências na constituição atual do espaço. A ambiência de um lugar é o resultado de sucessivas ações de diversos momentos históricos que conformaram uma paisagem cuja espacialidade muda conforme são adicionados traços novos que se sobrepõem aos antigos.

Kevin Lynch (1972) entende a modificação em períodos sucessivos do desenho da cidade a partir da ideia de “colagem”:

Quando esta ideia (colagem de tempo) é aplicada, certas transformações passadas são retidas, outras destruídas. Recursos mais antigos são escavados para serem vistos. Novas funcionalidades estão localizadas onde produzem a maior ressonância formal e associativa. A organização total será complexa e informal, surpreendente e às vezes ambígua. A técnica implica

que deve haver espaço para chegar em novas camadas e até sugere que os sinais do futuro, como atualmente interpretados, devem fazer parte da colagem (LYNCH, 1972, p. 171, tradução nossa).

Segundo o autor, a relação de diferentes temporalidades é algo constatável e que pode ser desdobrada inclusive como “técnica” de projeto. Ou melhor, podemos utilizar a percepção de diferentes tempos em um lugar como sensibilidade para uma nova visão da paisagem e do projeto que será proposto.

Entendemos que construir uma arquitetura nova a partir da noção de “colagem” seria interpretar os fragmentos existentes e organiza-los numa relação em que passado e presente, plenamente distinguíveis, seriam capazes de, juntos, promover uma experiência rica na paisagem.

No sentido de compreender o processo de transformação da Rua Sacadura Cabral e as diferentes temporalidades que a constituem passemos à sua leitura. Na região portuária, muitos elementos foram destruídos durante as ondas de modernização, alguns poucos tiveram sua presença mantida ao longo do tempo e outros ainda estão resguardados e soterrados como é o caso do Cemitério dos Pretos Novos<sup>1</sup>.

Dos elementos que se perderam apenas podemos nos valer de relatos e documentos históricos para entender seu papel na formação espacial do lugar. Dos que se mantêm é possível analisar suas características de forma mais ampla, como as transformações que sofreu e como sua interação com o meio em que se insere mudou. O tempo é agente de um processo de envelhecimento da matéria e a arquitetura nesse processo "se impregna da vida e dos valores humanos" (RUSKIN, 2013, p. 27). A arquitetura não possui vida, mas se impregna dela e portanto envelhece com a passagem do tempo, sendo assim agente participativo na morfologia do lugar em que se insere.

Cada edifício pode contar uma história, e não só os edifícios, outros elementos urbanos também marcam a paisagem com suas formas e valores. Cada construção nova é um novo argumento da “colagem” que compõe as cidades contemporâneas. No porto, com o atual projeto do Porto Maravilha, muitas mudanças foram feitas à ambiência do lugar como que sobrepondo uma nova camada a região.

---

<sup>1</sup> O Cemitério dos Pretos Novos é o local onde hoje encontram-se diversas ossadas dos escravos trazidos para o Brasil no período escravagista. Atualmente não se tem a dimensão exata do seu tamanho, mas estima-se que ele se encontra confinado dentro da área limitada pelas ruas Pedro Ernesto, rua Leôncio de Albuquerque e rua do Propósito. (TAVARES, 2012, p. 192).

Neste processo novos programas foram propostos a edifícios históricos e até mesmo o próprio espaço público por excelência, a rua, está sendo completamente remodelada em diversos trechos. O Cais do Valongo e o Cais da Imperatriz que antes estavam soterrados foram escavados e hoje podem ser vistos pelo público geral. Esse conjunto de ações tem mudado em muitos aspectos a região, trazendo a questão da interação entre o novo e o antigo à tona. Com todas as escavações, recuperações, restaurações e novas construções, mais do que nunca o ambiente da zona portuária possui hoje aspectos legíveis de temporalidades diversas.

A conformação deste lugar é sem dúvida extremamente complexa, surpreendente e ambígua, sendo que o conceito de colagem temporal de Lynch (1972) é perfeitamente cabível e deve ser pensado em seus reflexos para quaisquer atitudes projetuais hoje. Esses reflexos, de certo modo, são os meios pelos quais projetamos o futuro dos lugares e também são eles que nos fazem vislumbrar para onde o processo de transformação do espaço, em um tempo de longa duração, está caminhando.

A presença física de bens de outras épocas, transformados pelo tempo, introjeta a noção de que outros existiram antes, e que as coisas legadas por eles, e pelo presente, perduram, facilitando a percepção do tempo na longa duração, ancorando as comunidades no próprio presente, oferecendo, assim, meios mais amplos para a sua compreensão, e, também, parâmetros para projetar o futuro (KÜHL, 2012, p. 5)

Como Kühl (2012) defende, os laços existentes entre os diversos usuários de um espaço e os traços que compõem sua ambiência podem ser entendidos como “pertencimento”. Esse sentimento ancora as comunidades, ligando-as hoje a uma memória coletiva do que outros antes construíram (e destruíram) em temporalidades diversas.

Existem aqui dois conceitos que precisam ser elucidados: o de pertencimento e o de memória coletiva. Primeiramente entendemos aqui pertencimento, segundo a visão de Kühl (2012), como o sentimento que une pessoas e lugares no tempo presente através da memória e pode ser desenvolvido de forma coletiva ou particular. Podemos pertencer coletivamente a um lugar através de memórias coletivas ou individualmente através de memórias particulares.

Não vamos tratar aqui das memórias individuais, pois para nós a relevância da discussão é no âmbito do lugar, ou seja, do espaço da coletividade, basta apenas caracteriza-la como subjetiva. Já a memória coletiva envolve as memórias individuais

subjetivas, mas não se confunde com elas, sendo um conjunto de lembranças que se constituíram socialmente e transcendem a esfera dos indivíduos. A memória coletiva também tem a característica de ser bastante mutável e abarcar o espaço de tempo daquilo que ainda está vivo, não podendo retroceder para além da consciência do grupo (ABREU, 1998, p. 12). Neste sentido o Morro da Conceição e a comunidade que o habita hoje mantêm uma memória coletiva do lugar e podemos trata-los como um exemplo de memória que permanece viva muito em razão do caráter de uso do morro permanecer como habitação desde sua urbanização até atualmente. Assim com a permanência da população a memória a qual nos referimos também resiste pois se baseia sempre na coletividade.

O lugar gera laços de pertencimento mais fortes com a comunidade quando os elementos que ilustram a passagem do tempo nele são mais legíveis. Em prol do pertencimento se faz necessário estudar, valorizar e ressaltar os elementos que ilustram a temporalidade de um lugar. Autores como Cesare Brandi defendem o respeito pela pátina como metáfora da própria sedimentação do tempo sobre a obra, além da preservação de partes não coevas que evidenciam a transformação da obra no tempo (BRANDI, 2014, p. 61).

Para além da esfera do edifício, podemos transportar para a cidade a ideia de respeito pelos bens de outras épocas. Também se aplica ao urbano a preservação de partes que não são cronologicamente de um mesmo período e que fogem de uma plena unidade formal. Em uma paisagem urbana elementos diferentes e até mesmo contrastantes são necessários para evidenciar a passagem do tempo. Na cidade contemporânea vivemos em um ambiente no qual ao mesmo tempo que é preciso preservar bens reconhecidos e valorizar as partes não coevas da paisagem, e uma forma pela qual podemos trabalhar essas questões é por meio da arquitetura como agente de transformação. Não devemos esquecer que intervir é modificar (DE GRACIA, 1992, p. 177); os projetos arquitetônicos e urbanos devem mostrar-se conscientes de suas consequências, pois modificam e são modificados pelo lugar onde intervêm. Conformam e compõem as cidades, colaborando voluntariamente com um mosaico de peças de tempos diferentes.

A percepção do tempo de longa duração na paisagem urbana pelas comunidades ou indivíduos no presente lida com a memória. Sabemos que o conceito de memória, que já foi abordado aqui, se distingue do conceito de história necessariamente e essa distinção é relevante para o entendimento do termo “lugar de

memória” (NORA, 1993). A memória é sempre atual, caracterizando um elo do presente, enquanto a história se refere ao passado e é uma interpretação deste, pois implica distância e mediação.

A história é o passado distanciado e já interpretado e os vestígios históricos são os fragmentos físicos, "restos" de outras épocas no tempo presente. Já a memória é um elo imaterial e se mantém viva através da presença material dos elementos reconhecíveis em seu valor e que constituem a ambiência de um lugar, ou seja, a memória perdura por meio dos lugares. Pierre Nora (1993) constrói seu conceito de “lugar de memória” a partir das novas relações dos indivíduos com a história e a memória.

Oscilação do memorial ao histórico, de um mundo onde se tinha ancestrais a um mundo de relação contingente com aquilo que nos engendrou, passagem de uma história totêmica para uma história crítica; é o momento dos lugares de memória. Não se celebra mais a nação, mas se estudam as celebrações. (NORA, 1993 p. 14)

Essa ideia vem ilustrar um novo entendimento da relação existente entre o lugar e os indivíduos. Para o autor hoje a memória se refugia em lugares, que surgem e permanecem em função do sentimento de que é preciso arquivar o passado, que não existe uma memória espontânea e se essa existisse para que as lembranças permanecessem vivas nos lugares, eles, os “lugares de memória”, seriam inúteis.

Os lugares guardam resquícios físicos que conduzem a memória, eles devem existir para que a memória permaneça, pois a mesma não é perene nos indivíduos e em seus hábitos. Sem a presença dos vestígios arqueológicos, da arquitetura, do traçado urbano, da vegetação e da paisagem, os lugares não arquivariam a memória e esta se perderia mais facilmente (NORA, 1993). A área de intervenção desse trabalho, na região do porto do Rio de Janeiro, pode ser entendida como um vasto conjunto de “lugares de memória”.

Tratados isoladamente existem muitos resquícios físicos que testemunham o passado: na Rua Sacadura temos o objeto de intervenção deste trabalho que é o bem tombado com o nome de Loja nº152, e em seus arredores podemos citar como exemplo o Cais do Valongo. Outros vestígios existentes na região do porto que remetem a um desenho ou composição do espaço que se perdeu, estes também podem ser compreendidos como os referidos lugares de memória. Ressaltamos o caso da linha do mar na área do Porto, modificada pela ação dos aterros; a memória de um limite que agora é apenas uma lembrança. O Morro da Conceição, patrimônio

cuja topografia original também foi muito modificada, é outro elemento reconhecido e nele especialmente “lugares” como a Pedra do Sal e os Jardins do Valongo, demonstram os antigos limites espaciais e assim hoje se tornaram “lugares de memória”.

Daremos um destaque especial à Rua Sacadura Cabral por marcar o desenho do litoral anterior ao século XIX; atualmente ela se relaciona pouco com o traçado existente da orla da Baía de Guanabara, da qual um dia esteve tão próxima. Ela é um elemento que nos ajuda a entender o espaço urbano de forma conectada ao tempo de longa duração, narrando a formação histórica do território e perdurando sua memória. O espaço da rua deveria ser percebido a partir da memória, pois ela é uma expressão material da temporalidade do presente que se liga a elementos históricos. Portanto entendemos a Rua Sacadura Cabral como um importante “lugar de memória” dentro do contexto em que trabalhamos.

Uma questão surge quando contrapomos esses importantes lugares e sua percepção pelos indivíduos que os experienciam diariamente. Por mais que seja fácil rotulá-los como lugares que invariavelmente devem guardar a memória, a percepção deles como espaços privilegiados de história requer uma leitura que não é própria de todos os seus usuários. A memória coletiva e sua transmissão estão atreladas a um passado recente, como foi dito anteriormente, e nem todos os usuários tem acesso a história do lugar; causando assim um não reconhecimento por vezes dos “lugares de memória”.

Para Kevin Lynch (1972) alguns traços do passado são lidos apenas pelos observadores atentos. As sobreposições temporais do lugar muitas vezes são sutis e sua percepção pode ser facilmente perdida para a maioria dos usuários que acabam por ler apenas os elementos mais marcantes. Relevantes transformações ocorridas em uma ambiência urbana podem não ser reconhecidas em seu valor por aqueles que a vivenciam.

A Rua Sacadura Cabral vive essa realidade e muitas vezes. O entendimento de seu traçado e sua relação com o mar fica evidente nas cartografias, no entanto a leitura destas pressupõe um estudo. Ao observar um mapa da região portuária as sobreposições temporais são visíveis na diferença do desenho da malha urbana, mas ao se andar pela área essa percepção não fica clara do mesmo modo. A legibilidade dos elementos históricos é bastante desconexa atualmente na rua.

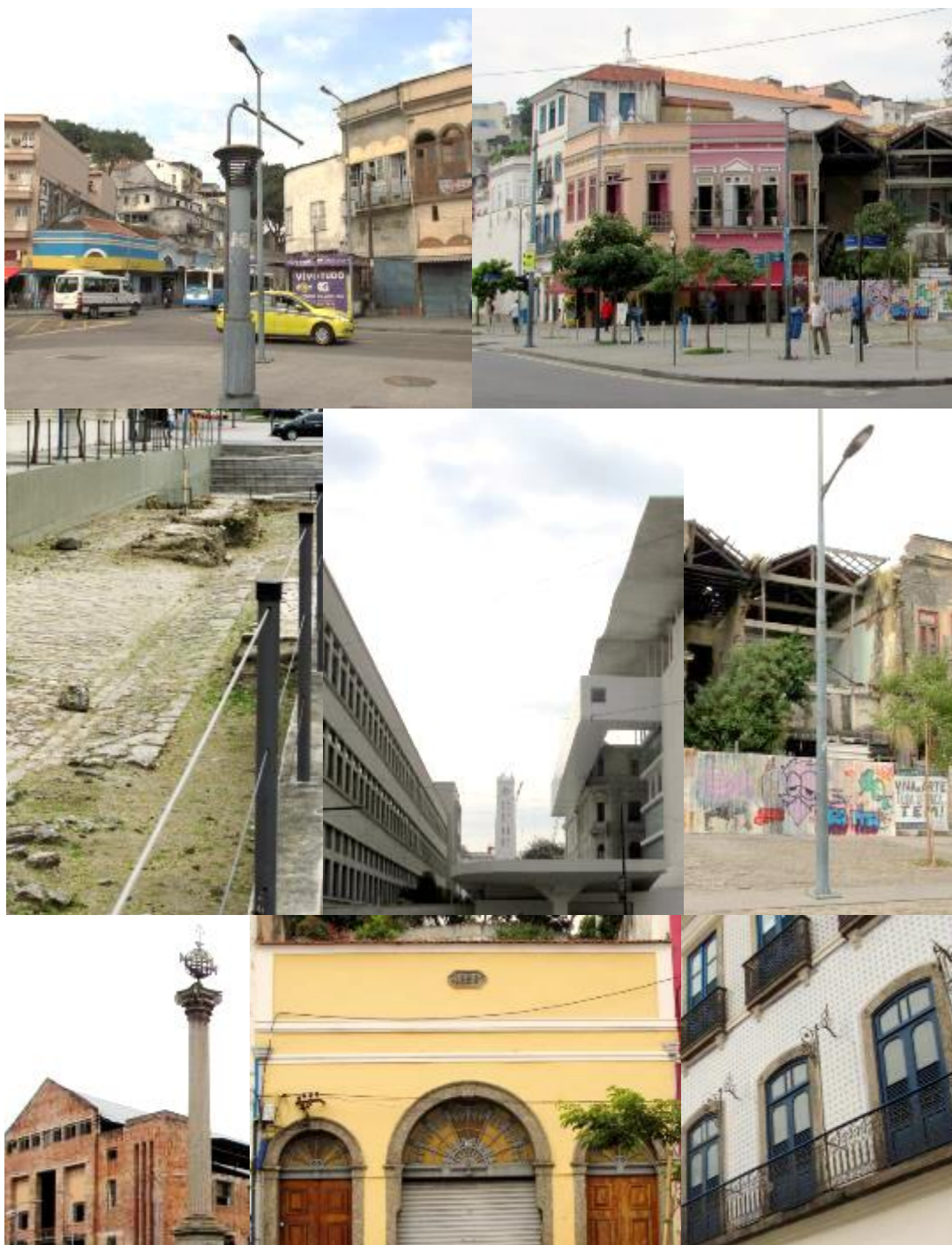
O Cais do Valongo e o Cais da Imperatriz se apresentam para os observadores de forma mais clara do que a Rua Sacadura Cabral como arquivos do passado. O aspecto de marco na paisagem, mesmo quando nos referimos a valas escavadas como é o caso, está mais presente nos vestígios arqueológicos do que no traçado da rua do ponto de vista do transeunte comum. Esse é um claro exemplo de transformações que não podem ser reconhecidas pela maioria dos usuários do espaço.

Um dos objetivos desse trabalho é evidenciar a Rua Sacadura Cabral como um “lugar de memória” e intervir arquitetonicamente nesse espaço de forma a tornar perceptível a um maior número de pessoas os aspectos históricos presentes na ambiência do lugar. Tornar os traços físicos legíveis através da sobreposição de elementos diferentes e não coevos que evidenciem a passagem do tempo (Figura 1). Um breve registro dos elementos do espaço nos quais reconhecemos a passagem do tempo foi feito como um meio para identificar detalhe da ambiência do lugar que são marcas existentes na urbanidade acerca dos tempos e sua sobreposição.

Para o entendimento das temporalidades em jogo no lugar onde será desenvolvido esse estudo é preciso analisar as permanências e transformações do espaço. Tal ação é de fundamental importância quando tratamos de elementos que permaneceram e aspectos que se transformaram no decorrer do tempo. A leitura apropria-se ora de pequenos fragmentos e ora de edificações ou patrimônios para a leitura da simultaneidade dos tempos existentes atualmente na Rua Sacadura Cabral.



Figura 1 - A simultaneidade dos tempos na Rua Sacadura Cabral



Fonte: Fotos de Mariane Scarpellini, 2016.

## 1.2. OS TEMPOS DA RUA SACADURA CABRAL NO CONTEXTO DO PORTO

A região portuária do Rio de Janeiro geograficamente era constituída por grandes áreas de várzea entre os morros e a praia que alagavam constantemente e configuravam um ambiente propício a ecossistema dos manguezais. O acesso era difícil e a urbanização dessa região, em razão de suas características naturais, foi lenta e dispendiosa. As primeiras ocupações pós-coloniais de que se tem relato datam do século XVI e eram constituídas sobretudo por pequenas moradias, existindo também algumas chácaras nos arrabaldes dos morros e as primeiras capelas.

No século XVII a presença urbana intensificou-se, principalmente com trapiches, e é do final deste século, 1634, que data a construção da ermida que veio a ser o Palácio Episcopal no alto do Morro da Conceição. Ele foi adquirido pelo exército depois de 1915 e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938. Outro relevante edifício é a Igreja de São Francisco da Prainha, construída no ano de 1696 no Adro da Prainha sobre a grande pedra da prainha às margens do Morro da Conceição. A Igrejinha da Prainha, como é conhecida popularmente, foi tombada também em 1938 pelo IPHAN e seu último restauro data de 2015. Atualmente é um elemento arquitetônico integrante da volumetria das faces da Rua Sacadura Cabral.

No início do século XVIII o Brasil, então colônia lusa, produzia a cana-de-açúcar, mas a principal atividade econômica já havia se tornado a mineração. A abundância de recursos minerais atraiu a atenção de outros países europeus causando diversos conflitos. Em um desses conflitos a Igreja de São Francisco da Prainha foi incendiada, sendo reconstruída em 1738. Também em função dos conflitos foi feita a construção da Fortaleza da Conceição, no alto do Morro da Conceição ao lado do Palácio Episcopal, para a proteger o litoral norte da cidade de futuros ataques marítimos. A Fortaleza foi edificada em 1713, tombada em 1938 e carrega o legado de eventos muito importantes da história do Rio de Janeiro.

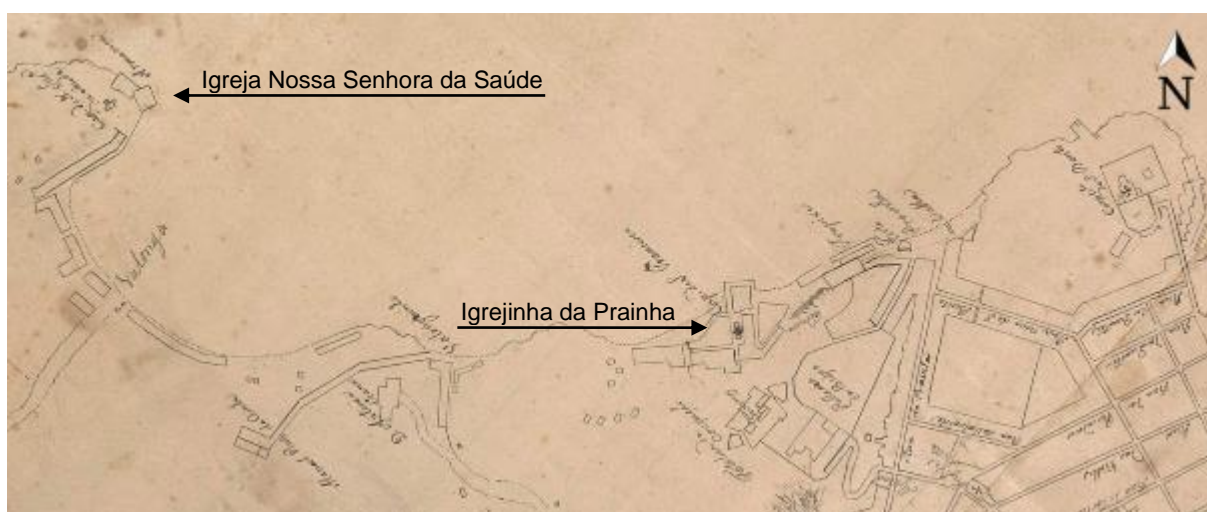
Neste período houve um salto populacional onde o crescimento esteve na ordem de 2,5 vezes a população anterior (MESQUITA, 2015, p. 17). As chácaras existentes na região, a partir do início do séc. XVIII, se tornaram entraves à expansão

da cidade e lentamente tiveram seus terrenos ocupados por ruas e edificações, como por exemplo as residências de pescadores.

A Igreja de Nossa Senhora da Saúde é exemplo dessa transição, pois surgiu como uma capela construída entre os anos de 1742 e 1750 no alto do Morro da Saúde. Ruas e casas surgiram nos arredores da Igreja, que veio a nomear o bairro como Saúde. Hoje ela se localiza no bairro da Gamboa próxima ao fim da Rua Sacadura Cabral (tomando como ponto inicial da rua a Praça Mauá) e seu restauro mais recente foi no ano de 2007.

As cartografias da época mostram o litoral sendo ocupado por ruas e edificações no decorrer do século XVIII, nelas podemos identificar os primeiros esboços do que viria a se tornar a atual Rua Sacadura Cabral, que já foi a antiga Rua da Saúde e inicialmente era a Rua São Francisco da Prainha. A evolução da ocupação urbana pode ser lida através das diversas plantas da antiga cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e atual Rio de Janeiro no decorrer do tempo.

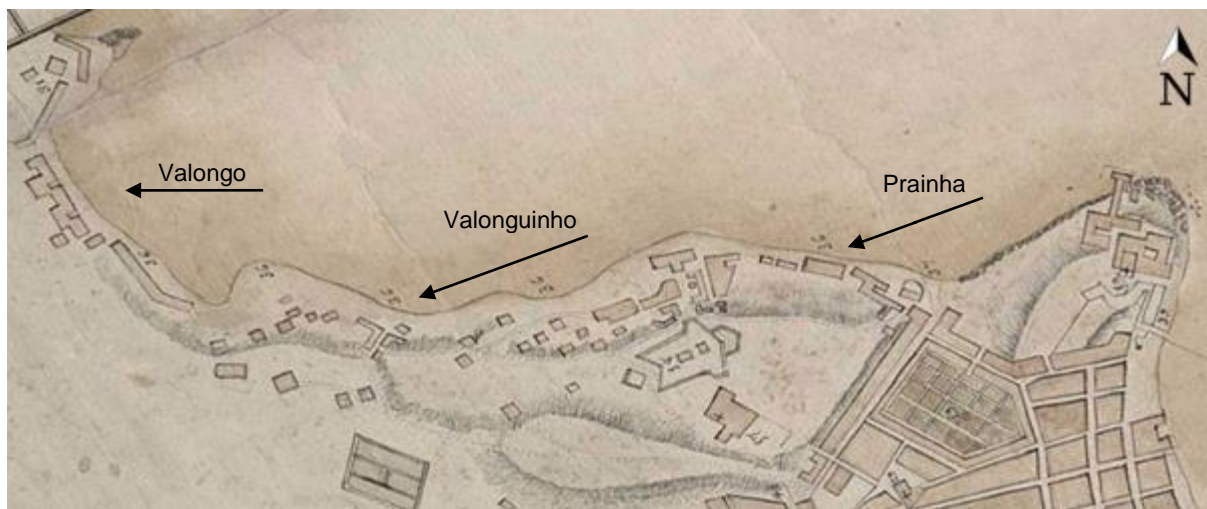
Figura 2 - Planta de São Sebastião do Rio de Janeiro, entre 1758 e 1760



Fonte: Site Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Disponível em:  
<<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/15506>> Acesso em: 14 de jan. de 2017.

No primeiro mapa que tivemos acesso podemos perceber que o limite da orla neste trecho não era todo construído, sendo que as ocupações se concentravam no topo dos morros e em esporadicamente na linha do mar. Da direita para a esquerda temos o Morro de São Bento com o Mosteiro de São Bento, a prainha que originalmente se estendia até o início da pedra da prainha onde foi construída a Igrejinha da Prainha, o Valonguinho, o Valongo e por fim o Morro da Saúde (Figura 2).

Figura 3 - Planta de S. Sebastião do Rio de Janeiro, 1775



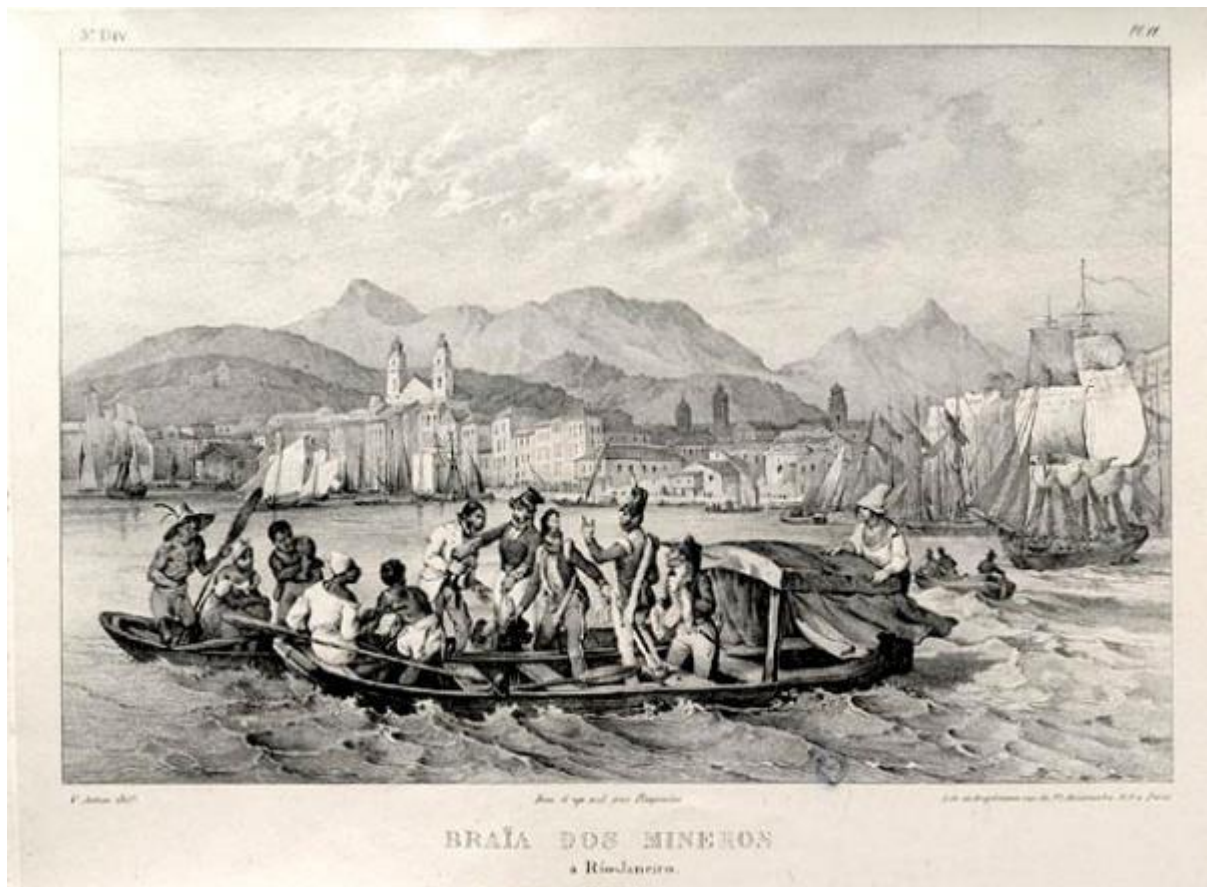
Fonte: Site Biblioteca Digital Luso-Brasileira.  
Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/15000>>  
Acesso em: 14 de jan. de 2017.

A presença de edificações foi crescendo progressivamente, em meados do século XVIII a malha urbana da cidade apenas tocava o trecho inicial da prainha, onde hoje temos a Praça Mauá, e todas as demais edificações eram esparsas (Figura 3). Isso colaborou para a consolidação da região do porto como parte da cidade e também no séc. XVIII aconteceu a transferência para a prainha das atividades portuárias, que anteriormente aconteciam na Praça XV de Novembro.

A escolha do novo lugar para o porto foi feita principalmente em razão do posicionamento geográfico da região que propiciava águas mais abrigadas na Baía de Guanabara. O funcionamento do porto iniciou-se onde hoje é a Praça Mauá com a carga e descarga de mercadorias e pessoas. Neste período foram executadas várias obras de drenagem e secagem dos mangues, brejos e lagoas que foram importantes para a expansão da cidade (MESQUITA, 2015, p. 17). Passaram a existir na atual região do porto edificações como trapiches, mercados, armazéns, atracadouros, etc.

Mesmo com essas vantagens, a encosta norte da cidade, atual região do porto não era de todo ideal. A costa era composta por pequenas enseadas, ilhas e assoreamentos o que dificultava a aproximação de grandes embarcações e fazia com que as mercadorias destas fossem descarregadas lentamente por pequenas embarcações (Figura 4).

Figura 4 - Ilustração do início do século XIX, de Victor Adam Mostra embarcação na Praia dos Mineiros, atual Praça Mauá

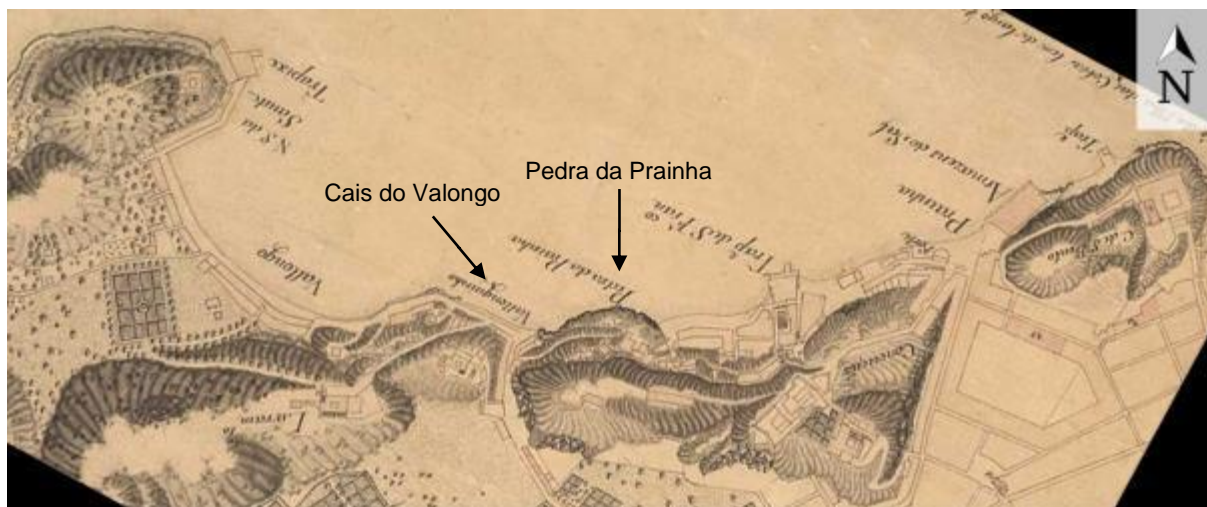


Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, In: Site Museu do Amanhã, Rio de Janeiro.  
Disponível em: <<http://museudoamanha.org.br/portodorio/>>  
Acesso em: 13 de jan. de 2017.

Durante a primeira metade do século XVIII o Valongo já desempenhava o papel de porto de escravos, mas só foi somente em 1769 que o desembarque dos negros foi transferido oficialmente para fora do perímetro urbano. O deslocamento desse comércio para o Valongo foi muito apreciado pela sociedade da época que demandava há tempos essa mudança urbana. A atividade escravagista era vista negativamente e quando estava alocada nas ruas principais, em frente as residências, denegria a imagem da cidade. Outro ponto que motivou a transferência desse comércio foram as doenças e epidemias que se alastravam com ele.

O Valongo era um vale longo cercado pelos morros da Saúde e Providência; dessa configuração geográfica é que deriva o nome, enquanto que o Valonguinho se situava entre os morros da Conceição e Livramento e era uma espécie de versão menor do primeiro.

Figura 5 - Plano do Rio de Janeiro elevado em 1791  
 Desenho a tinta nanquim 65,6 x 102 cm, Francisco Antônio da Silva Betancurt, 1803.



Fonte: Site Biblioteca Digital Luso-Brasileira.  
 Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/14936>>  
 Acesso em: 14 de jan. de 2017.

No terceiro mapa que retrata o século XVIII, podemos perceber como a topografia era acentuada na região e como a pedra da Prainha era um acidente que interrompia as praias do litoral e dividia a atual região portuária em duas. Podemos ver que existiam caminhos por sobre a pedra da prainha para tentar transpô-la, assim ela foi um grande entrave na construção de uma rua que ligasse toda a orla nos séculos seguintes (Figura 5).

A orla dessa região dividida em duas acabou por criar um caráter acima da pedra da Prainha e outro abaixo dela, sendo que a pedra dividia o porto geral da área reservada ao comércio de escravos. Em um primeiro momento os navios negreiros chegavam na Prainha e os escravos eram levados ao Valongo em pequenas embarcações, mas com o crescimento desse comércio foi construído o Cais do Valongo na formação geográfica conhecida por Valonguinho situada entre a Prainha e o Valongo.

Com a construção do cais no Valonguinho, entre 1790 e 1817, surgiram cada vez mais edifícios nessa região diretamente relacionados a economia escravagista e pelo Cais do Valongo estima-se que chegaram 1 milhão de escravos. O antigo Cais do Valongo hoje é um lugar de memória reconhecido na Rua Sacadura Cabral, no qual podemos observar vestígios arqueológicos como as grandes pedras de sua pavimentação original.

No complexo escravagista que se formou na região do Valongo e Valonguinho também existia um cemitério de vala comum onde os corpos dos escravos mortos por doenças ou açoites eram despejados, o cemitério dos Pretos Novos. Esteve em funcionamento de 1774 até 1830 e recebeu neste período cerca de 50 mil enterramentos (MUSEU DO AMANHÃ, 2016). O cemitério fica próximo à Rua Sacadura Cabral, sendo um dos elementos históricos mais significativos da formação do entorno da rua.

Com o isolamento propiciado pela geografia da região, o Cais do Valongo serviu para receber, abrigar temporariamente os negros e comercializa-los (Figura 6), fazendo com que perante o restante da cidade a região portuária criasse o estigma de degradada, suja e repleta de doenças. Infelizmente essa marca persistiu por muitos anos fazendo com que a desvalorização da região perdurasse, mesmo que de forma progressivamente mais branda com o decorrer do tempo.

Figura 6 - Mercado de Escravos no Rio em 1822, Henry Alken



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, In: Site Museu do Amanhã, Rio de Janeiro.  
Disponível em: <<http://museudoamanha.org.br/portodorio/>>  
Acesso em: 13 de jan. de 2017.

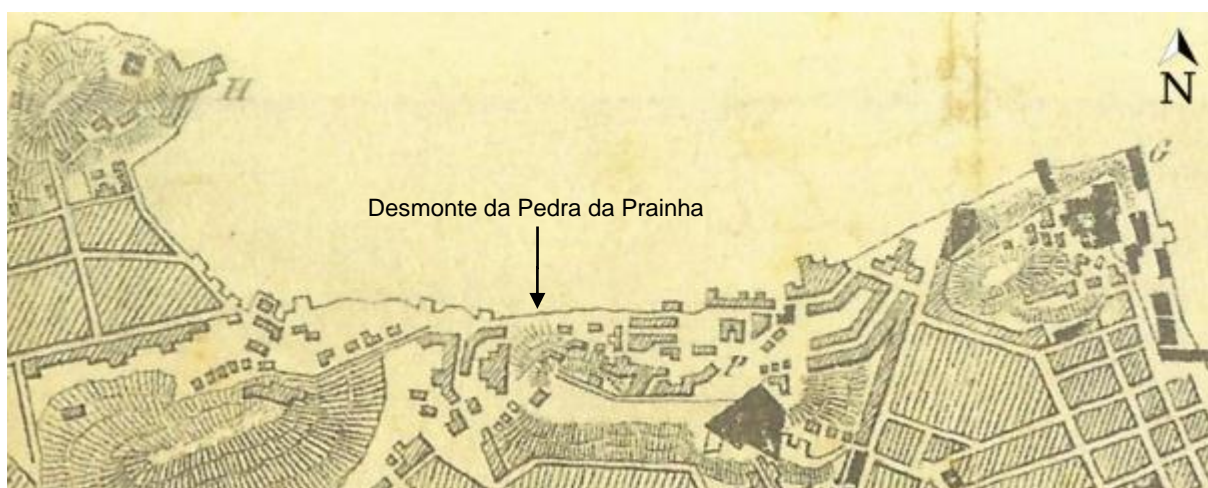
Próximo ao Cais, na pedra da Prainha, gêneros alimentícios eram descarregados pelos escravos e, para facilitar o trabalho, degraus foram esculpidos criando a conhecida Pedra do Sal. Este lugar se tornou um reduto da expressão da cultura negra no Rio de Janeiro e foi nela que o samba floresceu. Importantíssima por sua história a Pedra do Sal hoje é um ponto turístico que se foca na vida noturna,

sendo um reduto boêmio carioca, onde o samba ainda encontra espaço. É mais um dos lugares de memória nos arredores da Rua Sacadura Cabral, no entanto é menos reconhecido como tal do que o próprio cais citado anteriormente.

A partir do século XIX o crescimento constante da população da cidade fez com que os moradores procurassem novas áreas para acomodar suas residências, expandindo para o interior e formando os bairros costeiros. Na região do porto, com exceção do Morro da Conceição, as residências eram precárias, existiam muitos cortiços e pessoas morando nas ruas. A região era desarticulada da cidade e não progredia junto a esta, era considerada um depósito do porto que por sua vez não era nada organizado ou regular.

O desenho da rua, atual Sacadura Cabral, começou a ser delimitado no início do século XIX com a retirada da antiga Pedra da Prainha e a construção da via, vindo a consolidar seu desenho no decorrer deste século (Figura 7). No mapa podemos observar alguns trapiches e docas, mas foi o crescimento desse tipo de edificação que implicou a modificação da orla, chegando-se à uma definição da forma da rua com limites edificadas de ambos os lados muito parecida com a que temos ainda nos tempos atuais.

Figura 7 - Planta da cidade do Rio de Janeiro, entre 1812 e 1826



Fonte: RABHA, Nina Maria de Carvalho Elias (organizadora). Planos Urbanos: Rio de Janeiro no século XIX. Instituto Pereira Passos, 2008.

A chegada da corte em 1808 e a consequente abertura dos Portos representou muito para a região, pois fomentou o crescimento e o investimento em obras públicas transferindo definitivamente toda a atividade portuária para a Prainha inclusive com a construção de trapiches na Gamboa. Houve também obras e



melhoramentos no campo da higiene e da infraestrutura, chegando a transformar a malha urbana da cidade em alguns pontos, além do embelezamento da cidade principalmente depois de 1816 com a vinda da Missão Francesa.

Durante o século XIX a ocupação da região cresceu intensamente e algumas medidas foram tomadas pelas autoridades. Em 1828 foi feita a primeira demarcação dos lotes da região e a distribuição das terras como uma medida ordenadora, também foram feitos sucessivos pequenos aterros que acabaram por cobrir as antigas praias e enseadas. No final do século XIX a paisagem e a organização urbana já haviam se transformado muito, mesmo antes do grande aterro do porto.

Apesar desses feitos, tanto a cidade quanto o porto não receberam todo o investimento que necessitavam. Não existia sistema de limpeza pública, muitas obras ficaram inacabadas, ainda existia remanescentes do comércio de escravos nas ruas e o porto continuou desorganizado como antes. Com a vinda da família real e o aumento das atividades portuárias a população também acabou crescendo e a cidade passou a ter outras prioridades deixando alguns pontos importantes da gestão urbana, principalmente na região do porto, de lado.

Assim, durante o séc. XIX o estigma de degradação da região do porto perdurou. O governo fez algumas tentativas de mudar a aparência do lugar com as medidas do plano de 1843 de Henrique de Beaurepaire-Rohan, primeiro plano urbano da cidade, que propunha a construção do Cais da Imperatriz sobre o antigo Cais do Valongo. O segundo cais tinha a intenção de embelezar o lugar e apagar as memórias da escravidão ali presentes.

Esse posicionamento político por parte do governo para com a escravidão ainda iria se repetir por muitos séculos, inclusive com o aterro do porto. Apagar os vestígios soterrando-os foi a solução encontrada para promover o esquecimento por parte da população do que aconteceu ali. Essa atitude está ligada a forma com que os lugares e seus elementos construídos guardam a memória. Hoje escavados, ambos os cais compõem uma sobreposição de vestígios arqueológicos propositalmente expostos aos observadores, com o intuito de lembrar a história.

Outros edifícios relevantes surgiram em meados do século XIX na região do porto estimulados pelas intervenções urbanas. Podemos citar dentre eles a Escola Naval (1849) que veio a se tornar o Liceu Literário Português no Largo da Prainha, o

Mercado (1855) no Largo da Harmonia e o Colégio Pedro II (1837) que permanece em bom estado até hoje, tendo sido tombado pelo IPHAN em 1983.

Em meados do século XIX o café se torna a principal atividade econômica no país, fazendo com que a Região do Porto do Rio de Janeiro tenha de se adequar ao novo produto, neste intuito é criada em 1858 a Estrada de Ferro Central do Brasil. Próximo à estação de mesmo nome é feita a construção do canal do mangue, finalizada em 1860. No entanto a ferrovia inicialmente não chegava até o porto e o trecho final deveria ser feito com o transporte por carroças.

A precariedade organizacional do sistema e o crescimento da exportação de café exigiu que fossem feitas obras na região com um Plano de Melhoramentos elaborado em 1875-1876 por Pereira Passos, Moais Jardim e Ramos da Silva. O plano propôs inclusive o prolongamento da ferrovia e para tanto a construção de dois túneis, um no Morro do Livramento e um no Marro da Providência o que mudaria toda a dinâmica de deslocamento de pessoas e mercadorias na região e conseqüentemente a importância da Rua Sacadura Cabral.

Nesse período são criadas as Docas de D. Pedro II (1875), a referida Estação Marítima da Gamboa (1879) e o Dique da Saúde (1880). Além dos edifícios ligados diretamente a produção cafeeira, surgem indústrias na região do porto e ao final do século XIX é formada uma rede dinâmica de empresas de vários setores na área.

Após a década de 1870, começa-se a ter grandes indústrias como a Companhia de Luz Esteárica, o Moinho Inglês e o Moinho Fluminense. Teremos ainda a Companhia de Gás, de propriedade do empresário Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, e outras indústrias de pequeno e grande portes(...). (MUSEU DO AMANHÃ, 2016)

A população pobre de escravos, ex-escravos e imigrantes cresceu tomando os morros em busca de trabalho no porto (Figura 8). A urbanização da região do porto no final do século XIX e início do século XX é composta por residências, comércio e indústrias. Muitas das residências eram casas de aluguel e cortiços onde moravam muitas pessoas e as condições de higiene eram precárias.

Figura 8 - Trapiches na Orla do Bairro da Saúde, Elysio Belchior s/d.



Fonte: MESQUITA, Claudia B. A Preservação do Patrimônio Arquitetônico na Região Portuária no Projeto Porto Maravilha - Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Arquitetura. UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 30.

Com a República surge uma maior preocupação com a aparência da capital e a modernização da cidade do Rio de Janeiro seguindo os padrões europeus, se torna uma necessidade política. Em 1899 as medidas para a construção do novo porto do Rio de Janeiro são aprovadas com o plano geral das obras que determinava com deveriam ser as novas instalações. Em 1902 se configura um cenário político-econômico favorável para custear as reformas urbanas e estas se iniciam.

Pereira Passos é convocado como prefeito, promovendo uma grande reforma urbanística na cidade e demolindo em torno de 1500 construções, sendo sua maioria residências de pessoas de baixa renda. Esse processo expulsou ainda mais população para os morros dos arredores da região portuária, reservando o centro da cidade para os brancos ricos e de classe média.

Podemos citar como as principais obras do período a abertura das avenidas Mem de Sá, Beira Mar e Central (Figura 9), a remodelação do Canal do Mangue (Figura 10) até o mar e o alargamento da Rua Carmerino. É deste período a construção dos Jardins do Valongo na encosta do Morro da Conceição, mais um lugar de memória dos arredores na Rua Sacadura Cabral.

Figura 9 - Avenida Central ligando a Praça Mauá à Avenida Beira Mar  
Foto p&b, 11 x 16,5cm, Jorge Kfuri.



Fonte: Acervo Arquivístico da Marinha do Brasil, Álbum 102 Flotilha de Aviões de Guerra, 1916 - 1923  
Foto 47446, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.arquivodamarinha.dphdm.mar.mil.br/icaatom-1.3.0/index.php/vista-aerea-da-praca-maua;isad>> Acesso em: 13 de jan. de 2017.

Figura 10 - Vista aérea do Canal do Mangue, Rio de Janeiro  
Foto p&b, 10 x 15,5cm, Jorge Kfuri

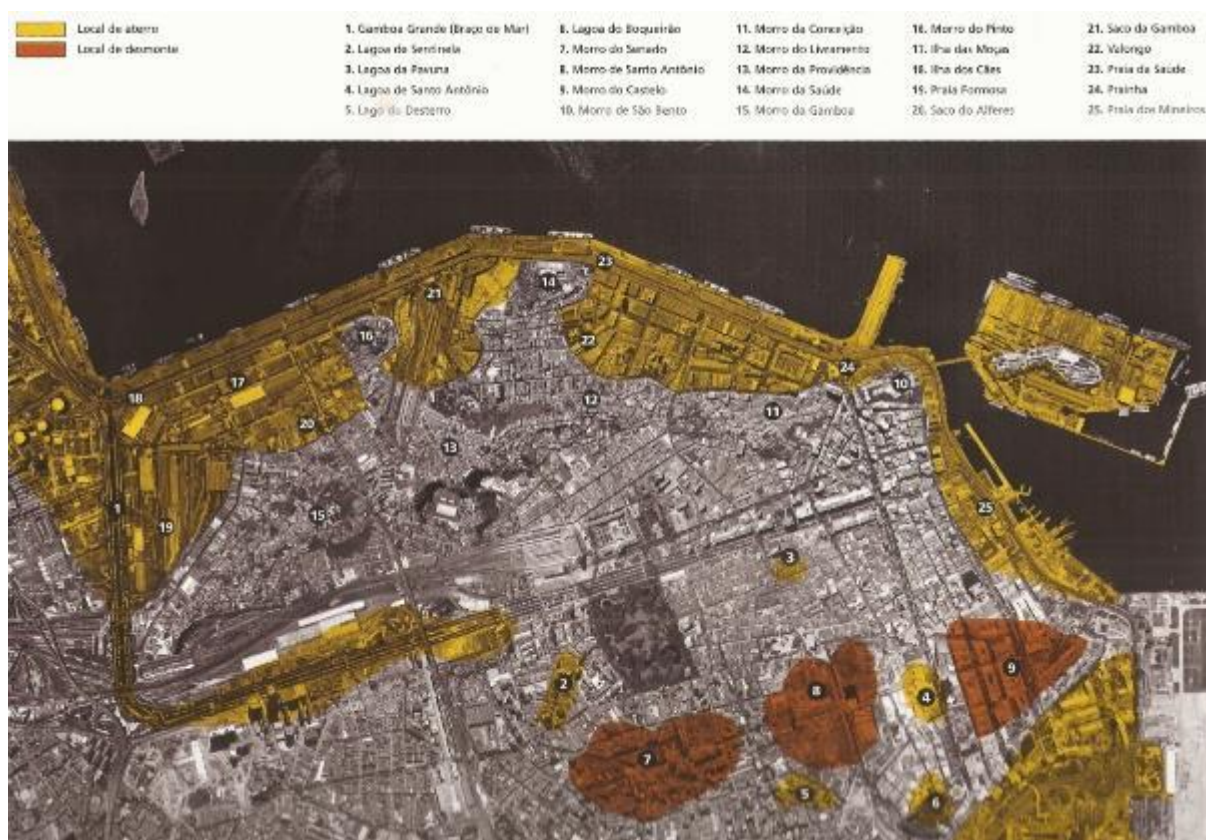


Fonte: Acervo Arquivístico da Marinha do Brasil, Álbum 102 Flotilha de Aviões de Guerra, 1916 - 1923  
Foto 47562, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.arquivodamarinha.dphdm.mar.mil.br/icaatom-1.3.0/index.php/vista-aerea-do-canal-do-mangue-bairro-da-leopoldina-rio-de-janeiro;isad>>  
Acesso em: 13 de jan. de 2017.

A Avenida Central, atualmente Avenida Rio Branco, representou um papel muito importante para a circulação da cidade, pois ligava o porto às demais regiões da cidade do Rio de Janeiro. Ela possuía 1975 metros de comprimento por 33 metros de largura (MESQUITA, 2015, p. 35) e cortava a antiga região central da cidade ligando a Praça Mauá à Avenida Beira Mar.

Em março de 1904, iniciaram-se as obras de aterro do porto. O material que seria usado era proveniente dos bancos de areia da Baía de Guanabara, do desmonte do Morro do Senado e de parte do desmonte do Morro do Castelo (Figura 11). Muitos remanescentes da história da presença negra foram aterrados aqui de forma intencional como meio de tentar apagar das barbáries da escravidão.

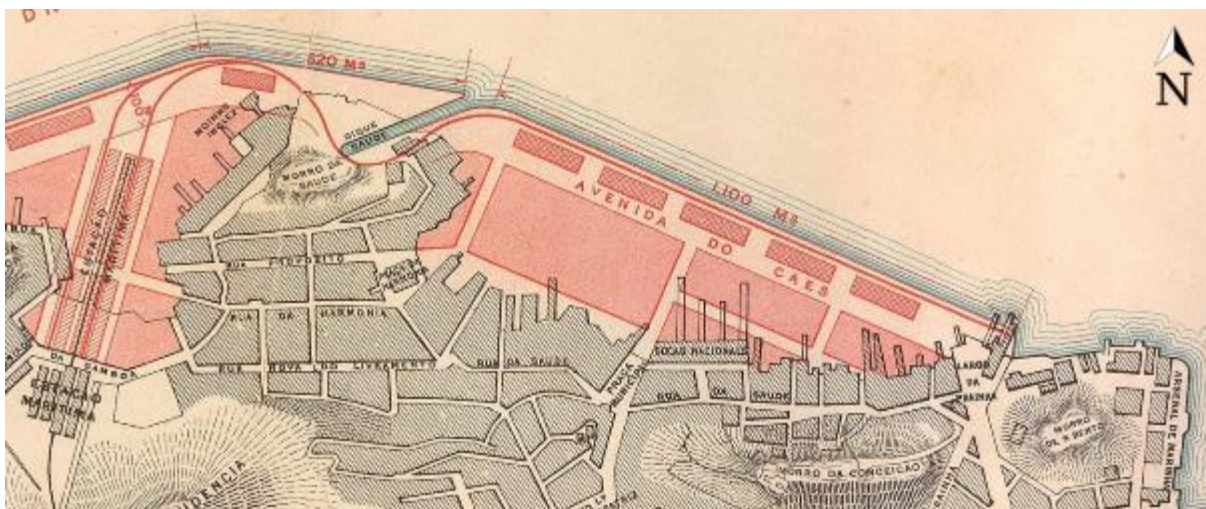
Figura 11 - Deslocamentos de terra da reforma urbana de Pereira Passos



Fonte: SIGAUD, Márcia Frota; PINHO, Cláudia Maria Madureira de. Morro da Conceição, Da Memória ao Futuro. Editora Sextante. Rio de Janeiro, 2000.

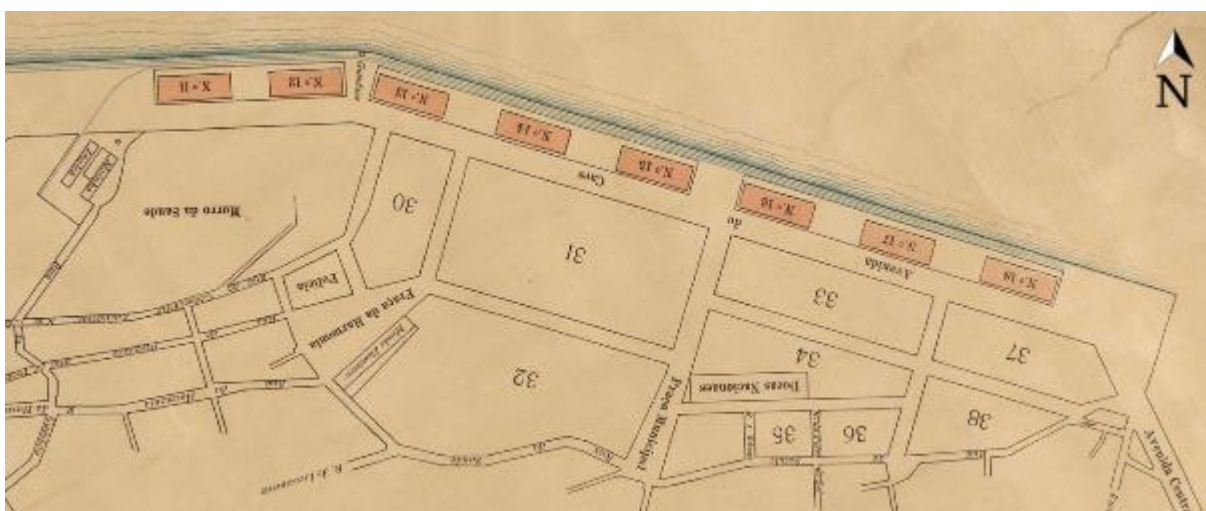
No início do século XX foram projetadas as novas áreas resultantes do grande aterro do porto, as novas quadras e ruas, ou seja, a nova malha urbana que surgiu seguindo o alinhamento do desenho retilíneo do limite do porto, diferenciando-se do orgânico formato anterior da costa (Figura 12 e 13). A partir desta intervenção urbanística tão radical, a ainda Rua da Saúde se distanciou do mar de forma definitiva.

Figura 12 - Planta das Obras do porto do Rio de Janeiro, 1903



Fonte: Site Biblioteca Digital Luso-Brasileira.  
Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/270317>>  
Acesso em: 14 de jan. de 2017.

Figura 13 - Terrenos da caixa especial do porto do Rio de Janeiro, 1900



Fonte: Site Biblioteca Digital Luso-Brasileira.  
Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/38940>>  
Acesso em: 14 de jan. de 2017.

Durante as obras o projeto teve de ser alterado, a construção do porto demorou cerca de 8 anos. Quando foi retificada a orla portuária, foram construídos 18 barracões e mais um para dar apoio ao transporte marítimo de passageiros, todos seguindo o mesmo modelo dos iniciais (Figura 14). As obras partiram do final do Canal do Mangue e seguiram em direção a atual Praça Mauá com a construção dos barracões, os 6 primeiros foram tombados pelo município do Rio de Janeiro.

Figura 14 - Porto do Rio de Janeiro, 1916-23

Foto p&b, 12 x 16cm, Jorge Kfuri.



Fonte: Acervo Arquivístico da Marinha do Brasil, Álbum 102 Flotilha de Aviões de Guerra, 1916 - 1923 Foto 47291, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.arquivodamarinha.dphdm.mar.mil.br/icaatom-1.3.0/index.php/vista-aerea-do-cais-do-porto-da-cidade-do-rio-de-janeiro;isad>> Acesso em: 13 de jan. de 2017.

Em 1911 a cidade já possuía um porto moderno para os moldes da época e nos anos que seguiram a cidade foi embelezada, espelhando os moldes europeus. Jardins floridos e árvores foram plantados e o Palacete Don João VI foi construído em moldes ecléticos entre 1913 e 1916. Tombado pelo poder municipal em 2000 e no auge da sua degradação, em 2010, foram iniciados trabalhos de restauro na fachada e adaptações pra futuro projeto do MAR que foi inaugurado em março de 2013.

Na região portuária em 1924 houve prolongamento com o aterro desde o Canal do Mangue até a Ponta do Caju, no intuito de melhor atender as demandas existentes. Em 1927 foi feito Terminal Marítimo de Passageiros do Touring Club do Brasil, uma estação marítima de passageiros em estilo Art Déco na Praça Mauá que está de pé até os dias de hoje, onde funciona atualmente a estação do Pier Mauá.

Também em 1927 iniciou-se a construção do primeiro arranha-céu do Brasil, o edifício "A Noite" de autoria de Joseph Gire, Elisiário Bahiana e Emílio Baumgart. No local onde antes existia o Liceu Literário Português surge uma edificação de 22 pavimentos e 102 metros de altura que é considerado um marco na arquitetura brasileira por utilizar o concreto armado.

A morfologia urbana é influenciada de forma radical pela construção do arranha-céu que muda a configuração urbana até então existente (Figura 15). Ele sediou a redação do jornal "A Noite", do qual recebeu o nome, e muitos outros escritórios, sendo o mais relevante deles a Rádio Nacional a partir de 1936. Foi tombado pelo IPHAN em 2013 e hoje o edifício A Noite é o marco inicial da Rua Sacadura Cabral e compõe na sua paisagem.

Figura 15 - Vista Geral da Cidade, 1930  
Foto p&b 15,8 x 24,5, S. H. Holland.



Fonte: Biblioteca Nacional, In: Site Brasileira Fotográfica, 1930, Rio de Janeiro.  
Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/3976>>  
Acesso em: 13 de jan. de 2017.

Durante o governo de Prado Júnior como prefeito, até 1930, o arquiteto Alfred Agache foi convidado para elaborar um plano urbano, tido como o primeiro plano diretor da cidade do Rio de Janeiro. O projeto tratava apenas de questões morfológicas e territoriais, não abrangendo todos os aspectos que hoje compreendemos como um plano diretor, mas era bastante abrangente para a época. Em 1930 o plano foi temporariamente esquecido; só em 1938 é que alguns pontos do projeto são resgatados e implantados, traçando um norte as medidas urbanas até a década de 1960.

Em 1941 tem início a abertura da Avenida Presidente Vargas, uma obra grandiosa que tinha como intuito ligar o antigo Canal do Mangue ao Cais dos



Marinheiros. A avenida com espantosos 72 metros de largura cortou o centro da cidade e fez com que muitos edifícios, até mesmo os com relevância histórica, fossem demolidos. O único edifício que resistiu ao traçado da avenida foi a igreja da Candelária que se manteve entre as pistas de tráfego. A implantação dessa avenida é consequência da febre viária dos anos 40 e se configurou como um importante vetor de crescimento para a cidade.

Em 1946 foram implantados outros projetos ambiciosos do governo com o intuito de embelezar, modernizar e dinamizar a cidade do Rio de Janeiro, na zona portuária em 1948, houver alguns investimentos públicos, como a construção do Hospital dos Servidores do Estado na Rua Sacadura Cabral, o Conjunto Habitacional da Morro da Providência e o início das obras do Túnel Santa Bárbara que vieram a se completar em 1963.

Figura 16 - Construção do Píer Mauá no final da década de 1940



Fonte: MESQUITA, Claudia B. A Preservação do Patrimônio Arquitetônico na Região Portuária no Projeto Porto Maravilha - Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Arquitetura. UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 51.

Figura 17 - O Píer Mauá em 1962



Fonte: Correio da Manhã / Arquivo Nacional, In: Site Museu do Amanhã, Rio de Janeiro.  
Disponível em: <<http://museudoamanha.org.br/portodorio/>>  
Acesso em: 13 de jan. de 2017.

No final da década de 1940 foi construído o Píer Engenheiro Oscar Weinschenk, o trecho final do atracadouro do Píer Mauá (Figura 16). A ideia era complementar as atividades portuárias da estação para passageiros, no entanto, o braço do píer de 400 metros que se estende para a baía só foi utilizado no início de suas atividades, sendo subutilizado ou até mesmo não utilizado nas últimas décadas do século XX (Figura 17). Acabou fechado e servindo de estacionamento para veículos até a recente construção do Museu do Amanhã.

A partir de meados da década de 1950 o sistema operacional do porto começou a ser gradualmente substituído por containers e guindastes. A antiga zona portuária repleta de galpões passou a ser um empecilho ao novo sistema que demandava uma área ampla e sem construções para o empilhamento dos containers. A Ponta do Caju apresentava essas características e aos poucos a atividade portuária de grande porte foi se deslocando para lá.

A partir deste momento os grandes galpões da região do porto foram sendo desocupados, abandonados e se degradaram. Quando a principal economia da região

muda de endereço o processo de marginalização urbana se intensifica. Contribuiu para esse processo o desmonte da ferrovia em função da febre viária dos anos anteriores, que era um dos principais estruturadores do território e que perdeu muito de sua importância em um breve espaço de tempo. Todos esses eventos influíram diretamente na degradação da região portuária e conseqüentemente dos edifícios da Rua Sacadura Cabral.

No final da década de 1950 a cidade do Rio de Janeiro sofreu um grande crescimento populacional e conseqüente crescimento urbano. A cidade seguiu para a Baixada Fluminense. Com o grande número de veículos e a expansão da cidade a malha viária também teve de crescer com mais obras de infraestrutura. Aqui, em função da grande demanda, são iniciados os projetos para a construção de uma ligação entre a Avenida Brasil e a Ponte Rio Niterói que viria a ser o Elevado da Perimetral que contornaria grande parte da cidade (Figura 18).

Figura 18 - Construção da segunda etapa do Elevado da Perimetral  
Passando por cima da atual Praça Mauá.



Fonte: MESQUITA, Claudia B. A Preservação do Patrimônio Arquitetônico na Região Portuária no Projeto Porto Maravilha - Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Arquitetura. UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 54.

A construção da Perimetral, que ligava a Praça XV até a atual Avenida Francisco Bicalho, iniciou-se em 1958 e terminou na década de 1970. A obra realizada em etapas saía da frente do Museu Histórico Nacional e seguia contornando a orla do centro e da região portuária em todo o seu perímetro. A construção no total levou cerca de 20 anos para ser concluída e, em 2013, em função das obras do Porto Maravilha, foi implodida (Figura 19).

O processo de transformação da cidade implica mudanças que não podem ser desfeitas. Por mais que o Elevado tenha sido demolido ele foi e é um elemento determinante da paisagem da cidade e do porto carioca. Muitos edifícios de valor histórico foram demolidos para sua construção, muitos lugares se degradaram em razão do desconforto e até mesmo insalubridade gerada nos quase 40 anos em que a Perimetral teve um constante tráfego de veículos e finalmente com a sua implosão esses espaços ressurgiram para serem trabalhados por novos projetos. Portanto a existência da Perimetral faz parte do que hoje é a região portuária.

Figura 19 - A Implosão do Elevado da Perimetral em 24/11/2013



Fonte: Portal G1, In: COSTA, Alex Franulovic da. Porto Maravilha, A Evolução Urbana da Região Portuária e os cinco primeiros anos da operação urbana consorciada. EPPGG - Escola de Políticas Públicas e Gestão Governamental. Rio de Janeiro, 2015, p. 69.

Na década de 1960, em função da mudança da capital federal, todos os prédios administrativos governamentais são desocupados e alguns deles não conseguem receber um novo uso depois disso. O centro esvazia-se enquanto a cidade cresce nas periferias incentivada por leis urbanísticas. A rodoviária é

transferida da Praça Mauá para a sua atual localização na Avenida Francisco Bicalho, atual Rodoviária Novo Rio. Ela funcionava onde hoje é o MAR, Museu de Arte do Rio; depois de sua saída o lugar abrigou o Terminal Mariano Procópio de ônibus urbanos até 2011 quando este foi desativado.

Em 1970 a região portuária e a maioria dos seus edifícios encontravam-se muito degradados. Os barracões vazios, o Elevado da Perimetral que criava um ambiente escuro, sujo e barulhento nos seus arredores, a Rodoviária e Terminais Urbanos que traziam um grande fluxo de pessoas e atraíam moradores de rua, além do grande número de estacionamentos e tráfego de veículos eram agentes dessa degradação.

Nesse cenário surgiram medidas a partir dos órgãos públicos que tentavam reurbanizar e revalorizar o centro da cidade do Rio de Janeiro. Um projeto que auxiliou muito nesta revitalização das áreas centrais foi o do Corredor Cultural lançado na década de 1980.

O Projeto do Corredor Cultural, proposto em 1979 e aprovado em 1984, iniciou um movimento que alterou significativamente, nos processos de revitalização, a forma de atuação sobre o espaço da cidade, considerando-se, a partir de então, trechos inteiros como objeto de preservação, em vez de monumentos isolados. (...). (VAZ e SILVEIRA, 2006, p. 79)

A região portuária é influenciada por tais medidas, mas a mais importante no que tange a questão patrimonial para a área específica do porto é a criação do projeto SAGAS (Sociedade de amigos da Saúde, Gamboa e Santo Cristo). Lançado em 1984 e com o intuito de abranger os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, o projeto inventariou os bens de interesse para a preservação e desenvolveu a partir de seus estudos uma legislação de proteção. Sua diferenciação é a participação das comunidades na busca por mecanismos para a conservação da arquitetura dos imóveis selecionados para a preservação.

Os movimentos de preservação que surgiram na década de 1980, no cenário específico da cidade do Rio de Janeiro (Lei Ordinária N°166 de 27 de maio de 1980, 1980), aconteciam de forma associada à necessidade de dinamização da economia (MOREIRA, 2004). As novas práticas urbanas de intervenções no campo do patrimônio eram apropriadas pelo mercado, na especulação imobiliária e dinamização da paisagem urbana.

As APACs (Área de Proteção do Ambiente Cultural) são criadas em 1992 pelo plano diretor decenal (Lei Complementar N°16 de 4 de junho de 1992), o qual foi

revogado em 2011 (Lei Complementar Nº 111 de 1º de fevereiro de 2011). Tal foi o avanço na área da preservação deste plano diretor, juntamente com o êxito de projetos como o Projeto Pró-Rio Morro da Conceição desenvolvido em 1998 pela Prefeitura, que surgem desdobramentos como foi o caso da criação de uma APAC específica para o Morro da Conceição.

Em 1993 como uma medida também para a revitalização da região portuária foi inaugurada a Cidade do Samba. Em uma área que anteriormente pertencia à Prefeitura, pátio da ferrovia desativada de 63 mil metros quadrados, foi erguida a estrutura de um complexo que centralizava os barracões das escolas de samba. O complexo se destaca na paisagem mais pelo seu tamanho do que pela sua arquitetura, e acabou se tornando um dos pontos de maior fluxo de pessoas na região do porto em função do seu uso.

No final da década de 2000 a abordagem da política municipal especialmente para a proteção ao patrimônio cultural mudou, dando a partir deste ponto mais ênfase às intervenções em áreas livres públicas nos espaços protegidos pelas leis, um exemplo disso é o decreto municipal nº 29.411, de 10 de junho de 2008 que cria o Núcleo Histórico do Centro da cidade do Rio de Janeiro. Essa nova abordagem que foi estabelecida visa a requalificação do espaço público juntamente com a preservação das ambiências urbanas notáveis do entorno, propondo a reconversão de prédios ociosos, degradados, ou aqueles inadequados para os fins a que se destinavam originalmente, para novos usos e destinações.

Principalmente desde essa data até hoje são realizados projetos de revitalização na região, a maioria destes atrelados à gigantesca iniciativa do Porto Maravilha. O projeto do Porto Maravilha é um plano urbano que intervém na área da região portuária e mais um trecho dos arredores da Avenida Francisco Bicalho e da Avenida Brasil, totalizando aproximadamente 5 milhões de metros quadrados. O projeto tem uma perspectiva decréscimo do número de habitantes da região portuária dos atuais 32 mil para 100 mil até 2020.

A proposta do projeto Porto Maravilha surgiu em função do mega evento olímpico que foi realizado em 2016 na cidade do Rio de Janeiro. Otilia Arantes em seus estudos trata de como os megaeventos incitam a construção não mais apenas de obras isoladas e sim de grandes planos urbanos que tem como intuito reforçar ou criar turismo cultural (ARANTES, 1996, p. 152). As Olimpíadas podem ser

consideradas o maior megaevento mundial por conta de sua abrangência em termos de nações e continentes participantes e, portanto, sediá-la implicaria a cidade do Rio de Janeiro a execução de grandes planos urbanos.

Uma das motivações do Projeto Porto Maravilha é combater a degradação do espaço que se constituiu historicamente como apresentado anteriormente, por meio da economia. A proposta é gerar novas fontes de renda na região, sendo que isso se faz necessário em razão do deslocamento do capital econômico para forma da região portuária. Com a transferência do desembarque de cargas para o Caju o porto deixa de gerar lucros para a área e desencadeia o esvaziamento populacional desta. Tal processo urbano é o principal motivador das ações do projeto do Porto Maravilha que segue uma vertente onde se foca no incentivo a grandes empreendimentos imobiliários, na criação de prédios empresariais e no turismo cultural como algumas atividades econômicas capazes de reverter o quadro ao qual a região do porto acabou ficando sujeita.

Quando definiu-se a sede dos jogos olímpicos de junho de 2016, foram desenvolvidos diversos projetos urbanos espalhados em pontos estratégicos da cidade para adequar o Rio de Janeiro ao megaevento. Pacotes de ações foram implantados para que esta estivesse pronta a tal fim; assim nos últimos anos temos observado uma avalanche de projetos e dentre eles destacamos o projeto Porto Maravilha que intervém diretamente na área a que esse trabalho se dedica.

O financiamento do projeto Porto Maravilha se dá a partir do aumento do potencial construtivo da região utilizando-se para isso da criação e venda do título CEPACS (Certificados de Potencial Adicional Construtivo). Do total arrecadado apenas 3% é destinado a valorização do patrimônio material e imaterial da área. A prefeitura municipal divide as obras em duas vertentes, as diretamente relacionadas aos jogos, chamadas de "Projetos Olímpicos Municipais" e as que se referem aos demais investimentos necessários a realização do evento, chamadas de "Projetos Municipais de Política Pública."

Os equipamentos de turismo cultural são os principais exemplos de intervenção antigo-novo no Porto Maravilha e estão diretamente ligados a vertente de "Projetos Municipais de Política Pública". Existe uma série de intervenções edificadas contemporâneas que foram feitas na região portuária durante a implantação do Porto

Maravilha. O MAR, Museu de Arte do Rio, é o mais impactante exemplo de intervenção Antigo-Novo no contexto atual da zona portuária.

Em uma cidade turística como o Rio de Janeiro a grande maioria dos usuários dos edifícios culturais são visitantes da cidade e o valor que este grupo de forma geral aprecia é o “valor de novidade” (RIEGL, 2006, p. 97-108). Agregar este valor à arquitetura contemporânea é natural, no entanto quando se trata de um patrimônio histórico tal ação pode desenhar uma situação complexa.

O termo lançado por Riegl, carregado de sentido e de ambiguidade, continua pertinente, mas o objeto, as formas e a natureza do culto se transformaram: a princípio como consequência de uma expansão generalizada de suas áreas de difusão, de seu corpus e de seu público, depois, recentemente, por sua ligação com a indústria cultural (CHOAY, 2006, p. 206-207).

Dar o status de ícone cultural a um Patrimônio Histórico, como acontece com o Palácio Don João VI atual MAR, é uma forma de valorização decorrente de várias ações. Choay classifica como elementos de valorização a conservação e restauração, a *mise-en-scène*, a animação cultural, a modernização, a conversão em dinheiro e o acesso (CHOAY, 2006, p. p. 212-218). Podemos perceber que todos esses recursos foram empregados no Museu.

O MAR, Museu de Arte do Rio, é um projeto contemporâneo na conjuntura criada para a recepção do megaevento Olimpíadas Rio 2016. O momento possibilitou a reforma urbana na região do porto intitulada Porto Maravilha e com ela a criação de um polo cultural no entorno da Praça Mauá. Os principais focos museográficos deste empreendimento, abarcando a escala reduzida da praça, são: o Museu do Amanhã e o MAR. O projeto urbanístico da área, o projeto paisagístico da praça, o projeto arquitetônico dos dois museus e a paisagem urbana e natural conformam a ambiência que foi eleita e estabelecida no lugar.

A região portuária para o Rio de Janeiro hoje é um ponto de interesse econômico muito intenso, grandes investimentos advindos do setor público e privado vem sendo feitos na região. Mas mesmo com volumosas somas de capital sendo investidos na área ela não deixa de apresentar inúmeros contrastes, o que ao mesmo tempo enriquece as dinâmicas sociais e cria tensões. Existem muitos públicos diferentes circulando na região, tradicionalmente temos os moradores dos morros e os trabalhadores dos comércios e serviços do centro, mas com os novos investimentos pretende-se atrair também novos moradores de classe média e alta



para a região do aterro, além dos que trabalharão nos numerosos escritórios e os turistas.

A arquitetura hoje proposta para abrigar essas novas demandas segue contrastando com a existente e também cria tensões no espaço. Hoje a região portuária é palco de um grande choque, com uma dinâmica social pungente, e isso se reflete na Rua Sacadura Cabral porque ela é uma das principais vias da área. A rua guarda construções, calçamento, vegetação, traçado e outros aspectos físicos de diferentes períodos, sendo que alguns se sobrepõem literalmente a outros de períodos históricos anteriores.

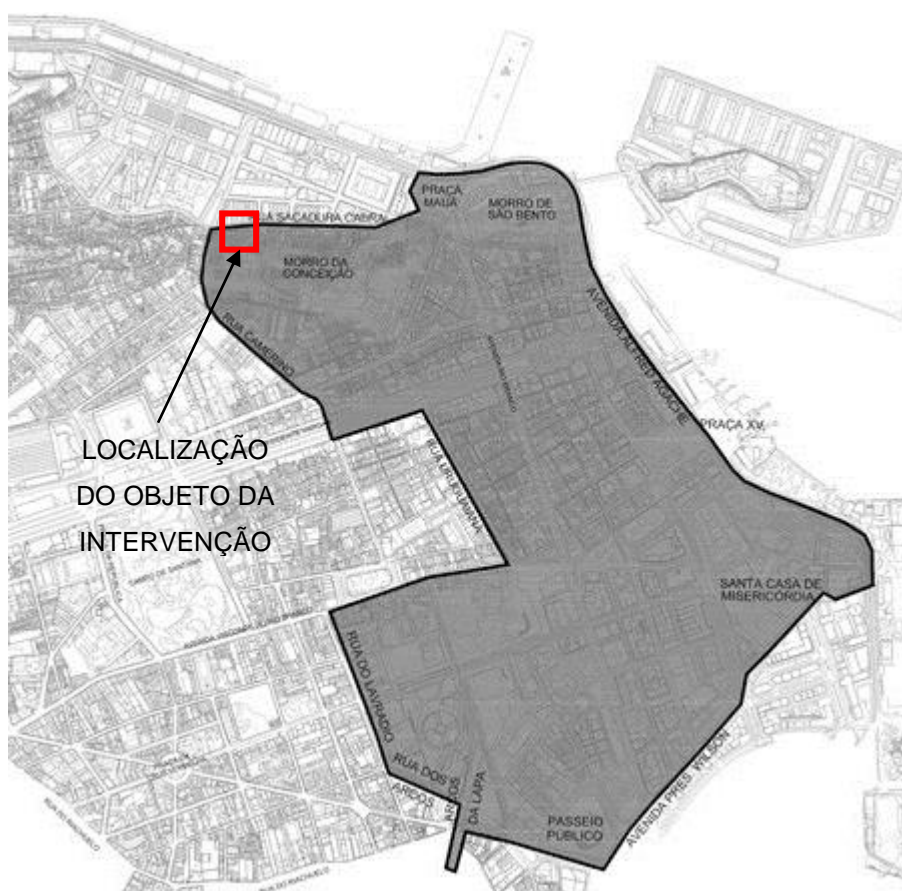
Ao logo da história desse pequeno recorte territorial da cidade, podemos perceber que diversas forças constroem a imagem dos lugares, e que o espaço do porto carioca especificamente foi estratégico em uma grande escala até mesmo para a história do país. Por ele muito do ouro da colônia foi enviado a Portugal, ele foi a maior porta de entrada dos escravos no país, por ele a princesa chegou ao Brasil, por ele grande parte do nosso café foi exportado, ele foi palco de um aterro gigantesco, ela já foi muito moderno e muito degradado, e recentemente sediou a primeira olimpíada no Brasil.

Por tudo que já aconteceu nesse lugar, hoje ele guarda vestígios e memórias de diferentes épocas de forma a criar diversas tensões na organização urbana. Grande parte do desafio da intervenção que será desenvolvida é lidar com essa densa sobreposição de camadas dos elementos que existem na paisagem do porto carioca e os contrastes gerados pela forma com que essas camadas são reveladas.

### 1.3.A ATUAL RUA SACADURA CABRAL

Rua Sacadura Cabral, parte do núcleo histórico da cidade do Rio de Janeiro, e, como visto, em seu traçado guarda a memória do antigo limite da orla. Hoje ela demarca o fim do bairro antigo e o início do aterro do porto com suas novas ruas e nova dinâmica urbana.

Figura 20 - Núcleo Histórico do centro da Cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Site Leis Municipais, Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2008/2942/29411/decreto-n-29411-2008-proibe-publicidade-na-area-e-na-forma-que-define>>. Acesso em: 13 de jan. de 2017.

Uma parcela da região do porto, mais especificamente do bairro da Saúde, está enquadrada pelo decreto municipal nº 29.411, de 10 de junho de 2008 no Núcleo Histórico do Centro da cidade do Rio de Janeiro onde são restritas, por exemplo, ações publicitárias que tragam prejuízo ao patrimônio (Figura 20). Descritivamente esse centro histórico englobando a parcela da região portuária partindo da Praça Mauá, tudo ao sul da Rua Sacadura Cabral, a leste da Rua Camerino, a norte da

Avenida Presidente Vargas e a oeste da Avenida Rio Branco. Este recorte engloba o objeto de intervenção dentro da área do Núcleo Histórico do Centro.

Para fins metodológicos dividiremos esta importante a rua em dois trechos que se distinguem claramente; partindo da Praça Mauá tem-se o primeiro deles no bairro da Saúde até atravessar a Avenida Barão de Tefé, onde passa a pertencer ao bairro da Gamboa até seu fim na Rua Silvino Montenegro.

Os trechos correspondem ao que hoje é compreendido como parte integrante da cada um dos bairros, Saúde ou Gamboa<sup>2</sup>. Inicialmente toda a rua pertencia ao bairro da Saúde, mas por questões geográficas o Hospital dos Servidores do Estado, o Moinho Fluminense, a Praça Coronel Assunção, Praça da Harmonia e a Igreja Nossa Senhora da Saúde passaram para o bairro da Gamboa.

Figura 21 - Situação do Bairro da Saúde



Fonte: Google Maps. Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/@-22.8998077,-43.1921481,14.54z>>. Acesso em: 21 de out. de 2017.

O Bairro da Saúde (Figura 21) é o menor dos bairros da região administrativa portuária e tem apenas um morro em seus domínios, o Morro da Conceição. Os principais edifícios e pontos de interesse são os Jardins Suspensos do Valongo, o Observatório do Valongo, a Fortaleza da Conceição e o Píer Mauá. A Praça Mauá não está compreendida dentro dos limites do bairro, no entanto é um ponto de interesse que se relaciona muito com o bairro da Saúde. A rua Sacadura Cabral tem

<sup>2</sup>A delimitação dos bairros foi estabelecida em 1981 (Decreto N° 3.158 de 23 de julho de 1981), mas sofreu alterações em 1985 (Decreto N° 5.280 de 23 de agosto de 1985).

seu primeiro trecho na Saúde e é neste bairro que está localizado o conjunto de edifícios que será objeto da intervenção.

Vamos nos aprofundar nesse estudo ao primeiro trecho onde se encontrará projeto de intervenção e que se inicia logo depois da Praça Mauá e abarca a Igreja de São Francisco da Prainha, o largo da Prainha, a Fundação Manoel Lino Costa e o Cais do Valongo e Cais da Imperatriz (Figura 22).

Figura 22 - Trechos da Rua Sacadura Cabral



Fonte: Mapa elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

A morfologia da rua está diretamente relacionada aos morros que lhe são lindeiros, sendo que o morro que conforma o seu primeiro trecho é o Morro da Conceição. A relação entre rua e morro é constante, não só por sua dependência histórica nos campos econômico, social e cultural, mas também sua importância na ambientação da paisagem. Como apresentado anteriormente, a rua foi criada a partir da transposição da pedra da Prainha, parte integrante do Morro da Conceição, que era uma barreira natural da área. Hoje a pedra se situaria no limite do primeiro trecho.

Por mais que o desmonte desse trecho do morro tenha ocorrido no início do séc. XIX, suas marcas podem ser observadas até hoje da Rua Sacadura Cabral no paredão de pedra aparente atrás das edificações onde faremos a intervenção. Não coincidentemente cada um dos trechos, que já foram fisicamente separados no passado, possuem características diferentes hoje.

A ambiência do primeiro trecho da Rua Sacadura Cabral (Figura 23) se diferencia em muito de seu segundo trecho (Figura 24). Além das questões históricas, muito desta distinção se deve as intervenções atuais do projeto do Porto Maravilha.

Hoje o desenho do plano de piso, da vegetação e a dimensão alargada das calçadas acabam quando termina o bairro da Saúde na Rua Sacadura Cabral, o que ajuda a acentuar ainda mais a diferença entre os trechos.

Figura 23 - Ambiência do primeiro trecho da Rua Sacadura Cabral



Fonte: Google Street View.

Figura 24 - Ambiência do segundo trecho da Rua Sacadura Cabral



Fonte: Google Street View.

Como as revitalizações feitas nos edifícios pertencentes a iniciativa privada acompanharam as medidas de reurbanização, podemos perceber uma clara diferença no estado de preservação das fachadas do primeiro trecho para as do segundo. As primeiras estão em melhor estado de conservação (como poderemos observar no levantamento das fachadas desenvolvido no tópico 2.2.); o porquê disso está claramente relacionado com o projeto de revitalização do Porto Maravilha. A unidade

formal da via foi deixada de lado juntamente com o segundo trecho da rua, que não foi agraciado com as intervenções recentes.

Hoje a Rua Sacadura Cabral tem um perfil de uso sobretudo recreativo, existem vários comércios, alguns serviços e pouca habitação. O grande foco da rua no seu primeiro trecho são os eventos noturnos e as iniciativas culturais desenvolvidas nos museus e outros edifícios do entorno. Como dito anteriormente a região tem um público diverso, mas deste público são os turistas e frequentadores dos bares e das casas noturnas que mais a ocupam. A rua hoje acabou se transformando em um ponto de interesse turístico para o município

No período diurno a Rua Sacadura Cabral em si funciona mais como eixo estruturador da malha urbana e seus fluxos do que como objeto de atração para o público. Excetuando-se sua relevância recreativa noturna, nos períodos diurnos ela atrai relativamente poucas pessoas e com a criação do túnel Rio 450 anos, ou túnel do binário, menos carros passam pelo trecho. Essa é uma mudança recente, pois historicamente a rua tinha um grande uso diurno, muito ligada ao funcionamento do porto, com muitos comércios, depósitos e residências.

Essa foi uma transformação muito grande, mas ocorreu em um processo lento, na qual a região passou por anos de desvalorização e desocupação. A ocupação da Rua Sacadura Cabral sempre esteve diretamente relacionada com a atividade portuária e seus objetos de interesse econômico. Quando o porto lucrava com o comércio negreiro, a rua era repleta de barracões de engorda; quando o café tomou o posto de principal produto de principal produto de exportação os silos e galpões se multiplicavam por ela; mas hoje o porto de carga foi deslocado e se estabeleceu um hiato de função econômica na rua que vem sendo preenchido pelos usos recreativos.

Esse é um processo de rompimento da dependência econômica da rua com o porto. Poderíamos associar o turismo a nova atividade econômica recreativa noturna que vem surgindo na região e também associá-lo ao porto por meio do embarque e desembarque de passageiros em suntuosos transatlânticos, no entanto, na rua Sacadura Cabral os turistas não são a maioria e percebe-se que principalmente foi a população da cidade que abraçou a área como lugar de recreação. Os turistas que vem dos navios do porto histórico não são quem dá vida hoje à Rua Sacadura Cabral.

Ao percorrer a rua encontramos sobretudo sobrados, alguns pequenos edifícios, pouquíssimas edificações térreas e ainda poucos prédios. O projeto Porto

Maravilha incentiva a verticalização da área como forma de aumento da densidade da região, hoje esta é a área urbana menos populosa do município do Rio de Janeiro. Assim, a paisagem está mudando no porto carioca nos maiores lotes que estão localizados na área do antigo aterro e esse processo se desenvolve com a construção de grandes arranha-céus.

A pretensão do projeto do Porto é adensar a área, mas desperta questões como a valorização do entorno construída através de uma revitalização financiada por capital público que vem a favorecer investidores particulares e gera uma especulação imobiliária que conseqüentemente acaba por prejudicar os moradores locais. Esse adensamento não foi pensado para dar oportunidade de habitação com qualidade de vida para as pessoas que habitam a região e seus arredores e sim para trazer outras pessoas com maior poder aquisitivo o que claramente gerará mais conflitos, gentrificação e esvaziamento da memória coletiva da região.

Figura 25 - Diferença de gabaritos nos tipos de parcelamento do solo



Fonte: Google Earth, 2017.

Com o aterro foram criadas novas áreas e outros padrões de parcelamento se sobrepuseram aos estreitos lotes. Existem diferentes padrões de parcelamento do solo na região portuária: pequenos lotes no interior dos morros, lotes alongados longilíneos das áreas lindeiras aos morros e anteriores ao aterro, e grandes lotes feitos na área aterrada como podemos perceber nas tomadas aéreas da região (Figura 25). Nesses últimos lotes o processo de verticalização é muito intenso, o que pode acabar por criar uma cortina de edifícios altos que modificam a paisagem. Os novos arranha-

céus nessa implantação poderão bloquear as visuais dos morros para a baía e desta para os morros.

Enfim, as características da região portuária citadas anteriormente, que são percebidas em diversos pontos em toda a área, também são facilmente observadas na extensão da Rua Sacadura Cabral. Um exemplo de uma dessas características é a volumetria, os grandes arranha-céus da zona portuária que se apresentam ao fundo na composição da paisagem da rua Sacadura Cabral.

Podemos perceber também que existem momentos na composição das fachadas da rua em que se torna evidente a diferenciação dos padrões de parcelamento do solo e que o estado de conservação das mesmas é um reflexo da economia atual do bairro. Assim a ambiência da rua como um todo e dos seus trechos específicos está ligada para além de suas particularidades com a dinâmica da região portuária.

É possível compreender o zoneamento da região portuária associando a sua disposição a composição da malha urbana de cada setor, é consequência disso a grande diversidade de zonas. Os fatores históricos e geográficos conformaram uma região complexa com não só um desenho de malha urbana variado, mas também uma configuração econômica e social que demanda ações diferentes em cada ponto. O objeto de intervenção está situado na ZR-3 que compreende todo o centro da região portuária. ZR-3, Zona Residencial 3: Onde o uso residencial permanente é adequado em unidades residenciais de edificação unifamiliar e de edificação multifamiliar.

Esse disposto implica ao projeto que será desenvolvido uma característica residencial mesmo que voltada para um público específico e que possuirá caráter multifamiliar. Isso é uma das características importantes do entorno que será abordada pelo projeto como uma forma de “conceituação do conteúdo” que será desenvolvido. Além das questões dos usos que sofrem influência direta da localização e zona a que pertence a intervenção, a morfologia do projeto também é influenciada pelo contexto, no caso previamente abordado da ambiência e do perfil da Rua Sacadura Cabral.



#### 1.4. O PATRIMÔNIO DA RUA SACADURA CABRAL E SEU ENTORNO

Aqui brevemente serão apresentados os principais pontos de interesse - marcos históricos do objeto estudado e de seu entorno imediato, identificados através de percurso para leitura do espaço realizado no primeiro trecho da Sacadura Cabral, desde a Praça Mauá, acompanhando a rua em sua extensão, até o Cais do Valongo. Essa leitura vem para apontar lugares que são relevantes na narrativa da formação da Rua Sacadura Cabral como “colagem” de diversos tempos. Os edifícios foram selecionados por possuírem valores, os quais serão analisados segundo as definições de Aloïs Riegl em seu célebre texto “O culto moderno aos monumentos” de 1903 (RIEGL, 2006). Para a contextualização é importante salientar as características históricas que conformaram o espaço hoje existente foram abordadas no item 1.1.2, onde é possível referenciar o período histórico de cada um dos principais elementos construídos presentes no entorno.

Figura 26 - Lugares de Memória na Rua Sacadura Cabral, Trecho 1



Fonte: Mapa elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Focando no sub recorte determinado anteriormente, ou seja, o primeiro trecho da rua que vai da Praça Mauá até a Rua Camerino, é possível discriminar os principais lugares de memória ali encontrados através de fotografias e descrições (Figura 26). Primeiramente, discorreremos sobre os elementos alocados na rua, e posteriormente os alocados no entorno imediato.

Começando pela própria Praça Mauá existe um edifício que foi marco da arquitetura brasileira no seu tempo e até hoje é um expoente na paisagem urbana da zona portuária, o edifício "A Noite" (Figura 27). Ele é um marco do período das modernizações da década de 1930, tão grande e arrojado quanto o espírito de sua época. O Plano Agache é pertencente a esse momento histórico e ilustra bem as ideias inovadoras da época.

Hoje o edifício está fechado e demanda uma reforma urgente por falta de manutenção. Os valores que mais se destacam nessa construção são o valor histórico e artístico, sendo que é um importante exemplar da arquitetura Art Déco. Historicamente sua relevância fica a cargo de ser o primeiro arranha-céu do Brasil e de ter sido a sede do Jornal "A Noite" e da Rádio Nacional.

Figura 27 - Praça Mauá, edifício da "À Noite"  
Foto p&b, 22,2 x 16,4, Instituto de Expansão Comercial



Fonte: Biblioteca Nacional, In: Site Brasileira Fotográfica, 193-, Rio de Janeiro.  
Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/3713>>  
Acesso em: 13 de jan. de 2017.

Seguindo na Rua Sacadura Cabral, onde hoje se encontra o largo São Francisco da Prainha (Figura 28), anteriormente tínhamos a referida Prainha que nomeia não só o largo, mas também a Pedra da Prainha e a Igreja de São Francisco da Prainha. O mar na pequena praia em função da maré, batia nos muros da Igrejinha construída sobre a pedra da prainha, logo ao lado. A Igreja de São Francisco da Prainha é uma das construções mais antigas existentes nessa região e se configura também como um marco da paisagem.

Figura 28 - Largo São Francisco da Prainha nos dias atuais



Fonte: Foto de Mariane Scarpellini, 2016.

A localidade deixou de ser uma praia em função primeiro da ocupação da orla pelos trapiches durante o século XIX e depois por conta dos aterros do início do século XX. Hoje o largo São Francisco da Prainha é um elemento da conformação original da orla, assim como o desenho da Rua Sacadura Cabral, marcando a presença da Prainha não só no nome dos locais, mas também na memória e na paisagem da cidade.

Esse lugar tem um valor histórico contando a evolução da malha urbana e também um valor de conjunto, pois se tratarmos do largo isoladamente é muito difícil obter uma leitura da paisagem. É preciso observar o largo como parte do desenho da rua Sacadura Cabral, entender o porquê da sua existência e sua importância como sendo o elemento divisor entre a antiga Prainha, que começava onde hoje é a Praça

Mauá e se estendia até o referido largo ao lado da Igrejinha da Prainha, e a Pedra da Prainha, formação rochosa que se iniciava aqui e seguia até o Valonguinho, hoje ambas não existem mais.

Continuando o percurso pela rua encontramos a antiga Fundação Manoel Lino da Costa (Figura 29) construída na virada do século XIX para o XX na Rua Sacadura Cabral nº 152/154, e tombada pelo poder Municipal em 23 de agosto de 1986. O edifício é vizinho ao local de intervenção e possui grande relevância para a compreensão do valor do conjunto edificado neste trecho da Rua Sacadura Cabral.

Figura 29 - Antiga Fundação Manoel Lino da Costa, atual Sacadura 154



Fonte: Site Sacadura154, Rio de Janeiro.

Disponível em: <<http://www.sacadura154.com.br/sacadura-154--galeria-de-fotos.html>>

Acesso em: 13 de jan. de 2017.

A Fundação Manoel Lino da Costa possuiu uso industrial, o que é representativo das atividades econômicas da região no século XIX. Arquitetonicamente o edifício possui valor artístico que se caracteriza por uma linguagem rica em ornamentos, como flores, conchas, medalhões, bustos, guirlandas e azulejos prolongando-se até a platibanda onde se leem os dizeres "Fundação de Ferro e Bronze". A serralheria do edifício com suas portas e guarda-corpos, para além dos elementos esculpidos em cimento na decoração da fachada, também é algo relevante de ser notado.

Atualmente nesse edifício funciona um espaço de eventos chamado Sacadura 154. Interiormente quase não restam mais elementos originais da

edificação, sendo que o uso atual descaracterizou totalmente as paredes, cobertura e piso. Apenas a fachada da Rua Sacadura Cabral deste edifício se encontra preservada.

Já na praça Jornal do Comércio onde existem os vestígios arqueológicos do Cais do Valongo e da Imperatriz, existe um outro elemento, fragmento quase que imperceptível e em estado precário de conservação que tem um valor histórico e de antiguidade, na Rua Sacadura Cabral nº 127: a primeira sede do Clube Vasco da Gama (Figura 30).

Figura 30 - Primeira sede do Clube Vasco da Gama nos dias atuais



Fonte: Foto de Mariane Scarpellini, 2016.

O início das funções do clube se deu em 1898, e a primeira atividade desportiva de interesse deste foram as regatas. A localização da sede foi escolhida em função da proximidade com o mar para a prática do remo e também da proximidade com o comércio e negócios dos fundadores do clube. Os primeiros sócios eram em sua maioria moradores dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, ou seja, da região portuária que estava em pleno crescimento na época.

No entanto esta primeira sede foi temporária e no mesmo ano da fundação o clube já se mudou para a sua sede própria na extinta Ilha das Moças. Não se sabe

até que tempo exato o clube usou o edifício da Rua Sacadura Cabral, mas ele foi deixado por muitos anos sem uso e hoje encontra-se totalmente degradado, restando apenas a fachada da edificação original que hoje configura uma ruína.

Já os lugares de memória próximos a Rua Sacadura Cabral são os que não estão situados necessariamente na rua, mas tem uma grande relevância para as dinâmicas do entorno. Cronologicamente apontamos: a Pedra do Sal utilizada para descarga de alimentos, o Cais do Valongo, as construções que foram casas de engorda e o comércio escravagista no Largo do Depósito, o Cais da Imperatriz, o aterro e construção do porto, os Jardins do Valongo e o Observatório do Valongo (Figura 31).

Figura 31 - Lugares de Memória na Rua Sacadura Cabral, Trecho 1



Fonte: Mapa elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Os lugares aqui apontados coincidem com quase todos, com exceção ao Observatório do Valongo, os presentes no Circuito Histórico da Herança Africana desenvolvido para o projeto Porto Maravilha. O Circuito Histórico da Herança Africana engloba os referidos Cais do Valongo e Imperatriz, Pedra do Sal, Jardins Suspensos do Valongo e Largo do Depósito, além do Cemitério dos Pretos Novos e o Centro Cultural José Bonifácio. Seu percurso narra o processo da diáspora africana expondo no circuito edificações historicamente relevantes e vestígios arqueológicos encontrados durante as escavações das obras do Porto Maravilha.

Esses lugares tem hoje têm o intuito de apresentar a história ao público sempre valorizando a memória carioca e brasileira. Trabalhar cada um dos elementos

e seus referenciais históricos é uma forma de evidenciar sua importância para a leitura da ambiência e dos tempos do lugar. Portanto em todos os casos o valor histórico foi de fundamental importância para a escolha dos elementos abordados.

Inicialmente trataremos do Cais do Valongo, Cais da Imperatriz e Praça dos Estivadores (Figura 32). A atual Praça dos Estivadores que hoje possui apenas a função de um estar, tradicionalmente é conhecida como Largo do Depósito e é onde o comércio de escravos se instalou em 1776 e onde se alocavam os principais barracões. Também é um ponto relevante na malha urbana e inicialmente na constituição da cidade se alocava ao final do Valonguinho, pequeno vale formado entre os morros da Conceição e do Livramento.

Figura 32 - Largo do Depósito ou Praça dos Estivadores



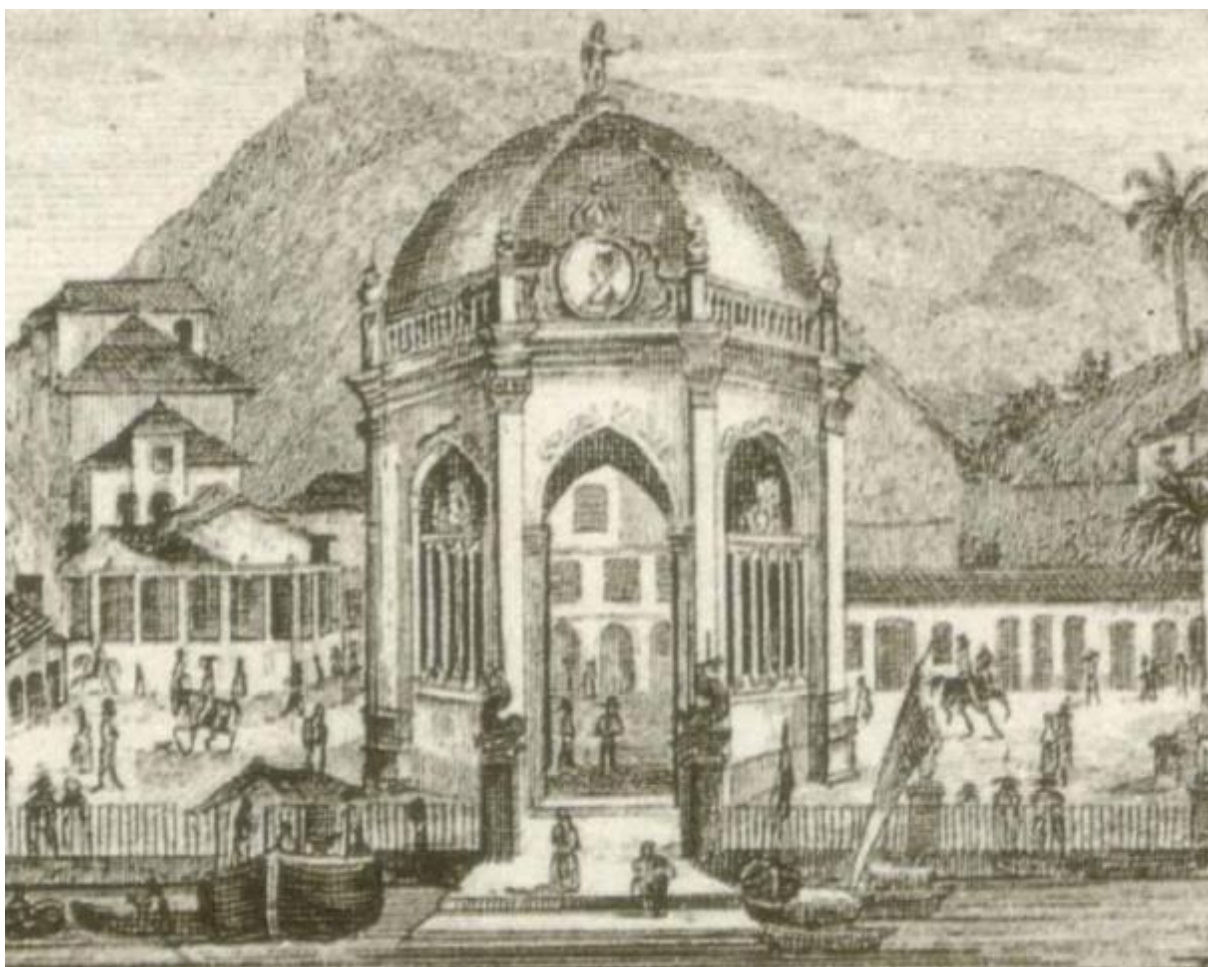
Fonte: Google Street View.

Já o Cais do Valongo foi construído entre 1790 e 1817 e por ele estima-se terem desembarcado 1 milhão de escravos até o ano de 1831, quando o cais deixou de ser a principal porta de entrada do comércio negreiro no Rio de Janeiro (MESQUITA, 2015). Nos aproximados 300 anos de escravidão cerca de 4 milhões de escravos desembarcaram no Brasil, mais da metade no Rio de Janeiro e 1 milhão só no Cais do Valongo, ou seja, um quarto do total. É o maior vestígio arqueológico da diáspora negra do Rio de Janeiro e foi tombado como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

O cais é aterrado em 1842 para que sobre ele seja construído o Cais da Imperatriz, projeto de Grandjean de Montigny, para recepcionar a chegada da princesa das Duas Sicílias Thereza Cristina, noiva do imperador D. Pedro II. No ponto onde existia o antigo Cais do Valongo a princesa Thereza Cristina desembarcou em 04 de setembro de 1843, após o aterro ter coberto as principais evidências da principal atividade econômica da região até então, o tráfico negreiro. Com o intuito de embelezar o cais, elementos decorativos são colocados no local (Figura 33).

(...) um grande prédio em forma de torre circular, com cúpula grandiosa, golfinhos de pedra na parte interna derramando água, e o medalhão gigante da imperatriz e os clássicos dizeres em latim. (SOARES, Carlos Eugênio Líbano apud. MUSEU DO AMANHÃ, 2016)

Figura 33 - Cais do Valongo embelezado para a Imperatriz  
Litogravura de autoria de Friedrich Pustkow, cerca de 1844.



Fonte: Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro, In: LIMA, Tânia Andrade; SENE, Gláucia Malerba; SOUZA, Marcos André Torres. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. Anais Museu Paulista, vol.24 n°1. São Paulo, Jan./Apr. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142016000100299](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142016000100299)> Acesso em: 13 de jan. de 2017.



Os adornos do cais da imperatriz que possuíam um valor artístico foram retirados e a construção citada demolida logo depois de sua inauguração e chegada da princesa, o desmanche se deu em favor do calçamento da Praça Municipal (Figura 36). O cais a partir daí entra em um processo de degradação contínua mesmo ainda possuindo uso, ele serviu para atracação de pequenas embarcações até ser aterrado com a construção do porto. Em 1911 a Praça Municipal também é aterrada em função das reformas urbanas do início do século XX e se transforma em Praça Jornal com Comércio (Figura 34).

Figura 34 - Praça Municipal, atual Avenida do Barão de Tefé  
Foto, Augusto Malta.



Fonte: MESQUITA, Claudia B. A Preservação do Patrimônio Arquitetônico na Região Portuária no Projeto Porto Maravilha - Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Arquitetura. UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 37.

Atualmente o sítio arqueológico é protegido pela lei federal 3924/61 e tem trechos expostos aos visitantes, são eles os vestígios dos calçamentos do Cais do Valongo, sobre ele o Cais da Imperatriz e ainda sobre esse último o antigo calçamento da Praça Municipal. O sítio com seu valor de antiguidade é considerado o traço material mais importante da época do tráfico escravo de africanos fora da África e faz parte do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana da cidade do Rio de Janeiro (Figura 35).

Figura 35 - Fotografia da Praça Jornal do Comércio



Fonte: Foto de Mariane Scarpellini, 2016.

O segundo ponto a ser tratado é a Pedra do Sal e como patrimônio cultural material e imaterial. Discorrer sobre a importância do patrimônio da Pedra do Sal e suas influências imateriais na cultura local e nacional é fundamental para entender o porto atual. Abordando o samba e a herança africana como instrumentos formadores da identidade cultural, a Pedra do Sal hoje se tornou um símbolo da liberdade artística não só na zona portuária, mas em todo o Rio de Janeiro, tendo sido tombada em 1984.

Historicamente, segundo Soares (2013), a Pedra do Sal é um fragmento remanescente da antiga Pedra da Prainha por onde durante o século XVII eram descarregados das embarcações que aportavam nas proximidades com gêneros alimentícios, principalmente o sal. Quem fazia esse transporte eram escravos que trabalhavam e viviam no porto, nas docas e trapiches que existiam nas imediações. Foi para facilitar o desembarque que foram esculpido degraus na pedra, estes ainda podem ser observados nos dias atuais.

Nas ondas migratórias do século XIX vieram para a região muitos baianos em busca de trabalho, o porto estava em pleno crescimento e era preciso estivadores para realizar os trabalhos braçais. Os novos moradores se misturam com os antigos

escravos, fazendo com que a cultura e tradições negras ficassem em evidência no lugar, tais como o samba e os ranchos.

Por volta de 1930, a Pedra do Sal continuava a respirar muitas festas, frequentadas pelos baianos, negros, artesãos, funcionários públicos. Festa inclusive do carnaval carioca, formado por ranchos, blocos e cordões, que resultariam nas futuras escolas de samba. Nos bailes das casas se tocava o partido alto e nos terreiros, o samba raiado e as rodas de batuque. Muita música acompanhada por pandeiro, tamborim, agogô, surdo, ou com o que estivesse à mão: panelas, pratos, e latas, valorizadas pelo ritmo dos negros. (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2015)

A Pedra do Sal passou a ser ponto de encontro dos estivadores que se encontravam para jogar, cantar e dançar. Foi na Pedra do Sal que surgiram as primeiras rodas de samba e hoje é conhecida como o berço do samba. Dentre os principais sambistas que passaram por ali temos Pixinguinha, Donga, João da Baiana, Heitor dos Prazeres (Figuras 36, 37 e 38).

Figura 36 - João da Baiana e Jota Efegê  
Nas escadarias da Pedra do Sal, em 1920.



Fonte: Site Prefeitura do Rio de Janeiro  
Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldoservidor/exibeconteudo?id=5320725>>  
Acesso em: 19 de jan. de 2017.

Figura 37 - João da Baiana



Fonte: Acervo da Casa do Choro  
Disponível em: <<http://www.elfikurten.com.br/2016/04/joao-da-baiana-entrevista-memoria-viva.html>>  
Acesso em: 19 de jan. de 2017.

Figura 38 - Fotografia da Pedra do Sal

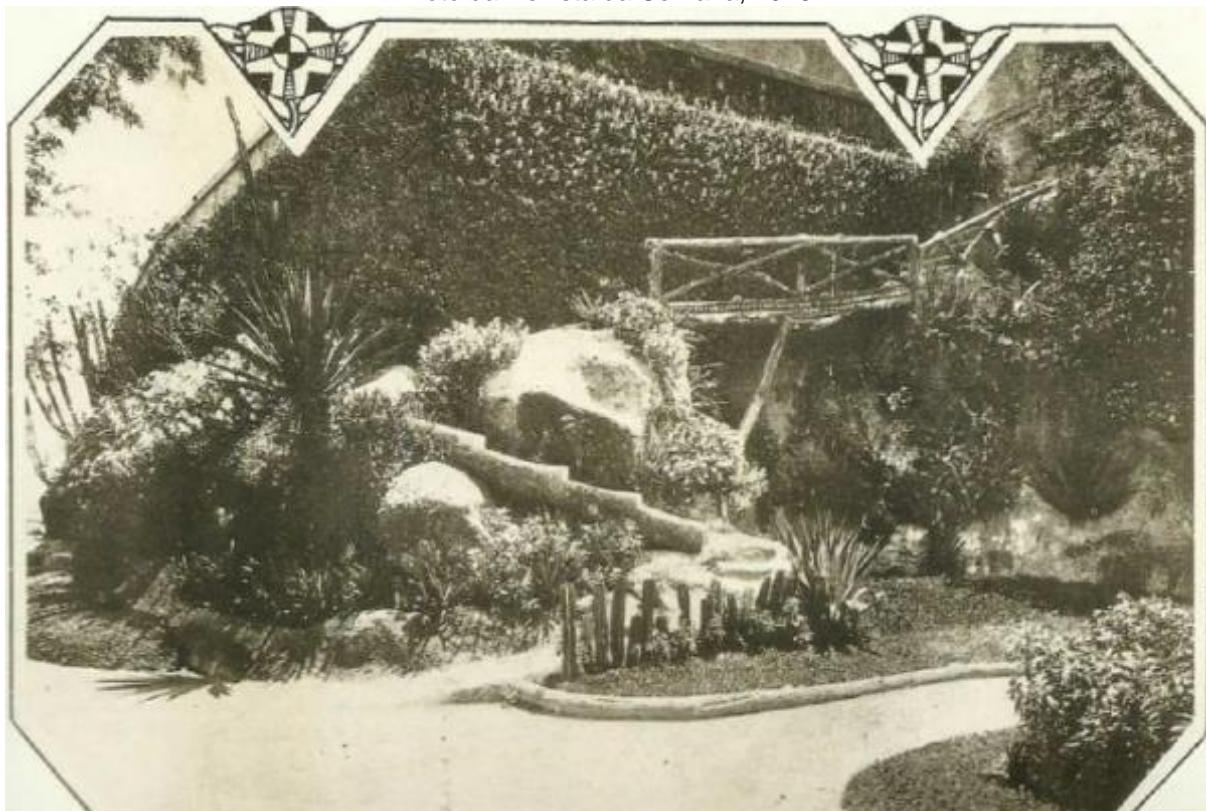


Fonte: Foto de Mariane Scarpellini, 2016.

Concluindo, temos os Jardins do Valongo e o Observatório do Valongo, ambos são edificações mais recentes se comparados aos bens anteriormente citados, são fragmentos de momentos da conformação urbana específicos e hoje representam seus períodos na ambiência da cidade. Assim apresentam um valor de rememoração intencional, ajudam a elucidar o desenvolvimento do porto e são fundamentais elos que ligam a memória aos eventos históricos.

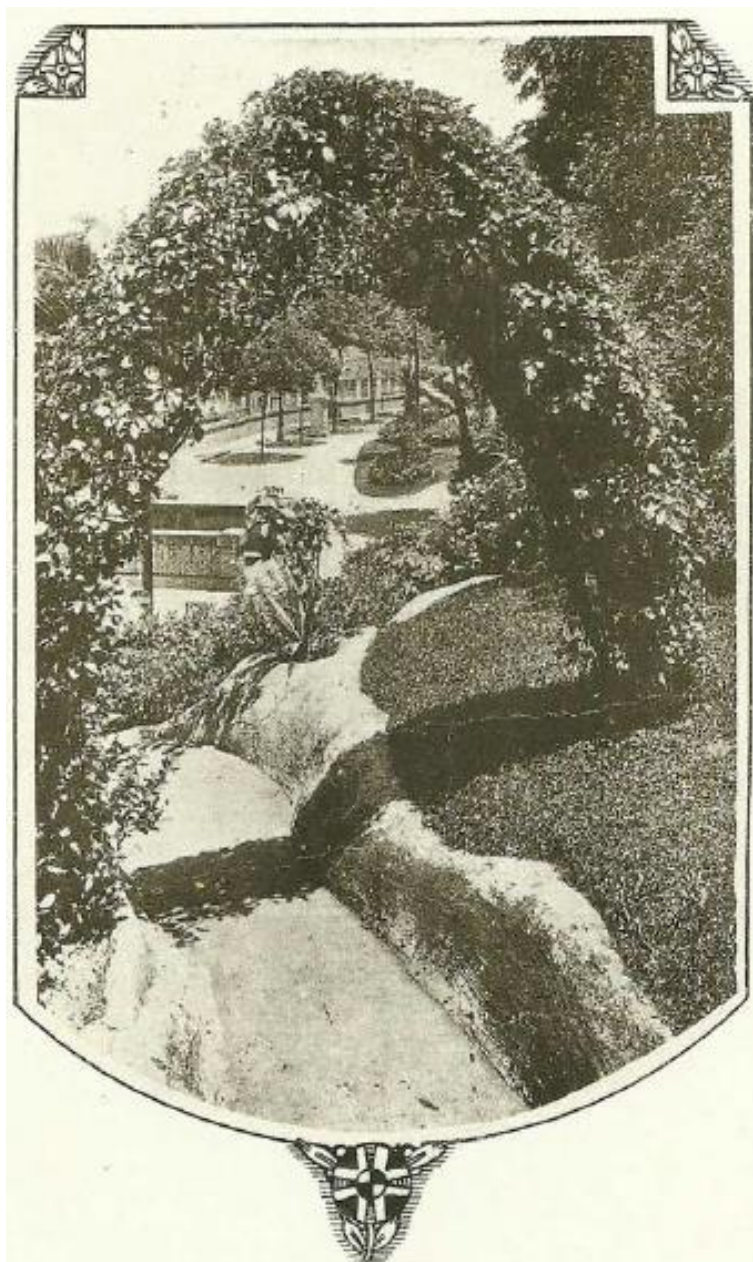
Os Jardins do Valongo foram projetados pelo arquiteto Luis Rey e inaugurados em 1906 em função dos planos de Pereira Passos para remodelação e embelezamento da cidade sob a influência de um paisagismo de gosto romântico (Figuras 39 e 40). A necessidade de estabilização da íngreme encosta do Morro da Conceição e o alargamento da antiga Rua do Valongo, atual Rua Carmerino que ligava o Cais do Valongo ao Largo do Depósito, também foram pontos fundamentais para a execução do projeto.

Figura 39 - Jardins do Valongo, pontes em concreto e ferro imitando madeira  
Foto da Revista da Semana, 1928.



Fonte: MESQUITA, Claudia B. A Preservação do Patrimônio Arquitetônico na Região Portuária no Projeto Porto Maravilha - Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Arquitetura. UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 36.

Figura 40 - Jardins do Valongo, canteiros cuidadosamente preservados  
Foto da Revista da Semana, 1928.



Fonte: MESQUITA, Claudia B. A Preservação do Patrimônio Arquitetônico na Região Portuária no Projeto Porto Maravilha - Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Arquitetura. UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 36.

O jardim foi inaugurado juntamente com a Casa de Guarda e o Mictório Público, durante as obras de ligação do centro da cidade com a Região Portuária, quando Pereira Passos era prefeito do Distrito Federal. Teve seu último restauro executado em 2012 em função das obras de revitalização da área para o projeto do Porto Maravilha e atualmente se encontra em bom estado de conservação (Figuras 41 e 42).

Figura 41 - Fotografia dos Jardins do Valongo



Fonte: Foto de Mariane Scarpellini, 2016.

Figura 42 - Fotografia dos Jardins do Valongo



Fonte: Foto de Mariane Scarpellini, 2016.

Também no morro, o Observatório do Valongo (GRANATO, s.d.) segundo data de 1924, quando foi extinto o antigo observatório do morro de Santo Antônio e ocorreu a sua transferência para o atual endereço. A planta e a disposição dos equipamentos é quase a mesma antes e depois da transferência para o Morro da Conceição.

Inicialmente foi um pequeno Observatório do Morro de Santo Antônio, depois veio a pertencer a Escola Politécnica com data de fundação em 1881 (Figura 43), foi desmontado e remontado no Morro da Conceição em 1924 quando passou a se chamar Observatório do Valongo (Figura 44), já em 1968 este foi incorporado a UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

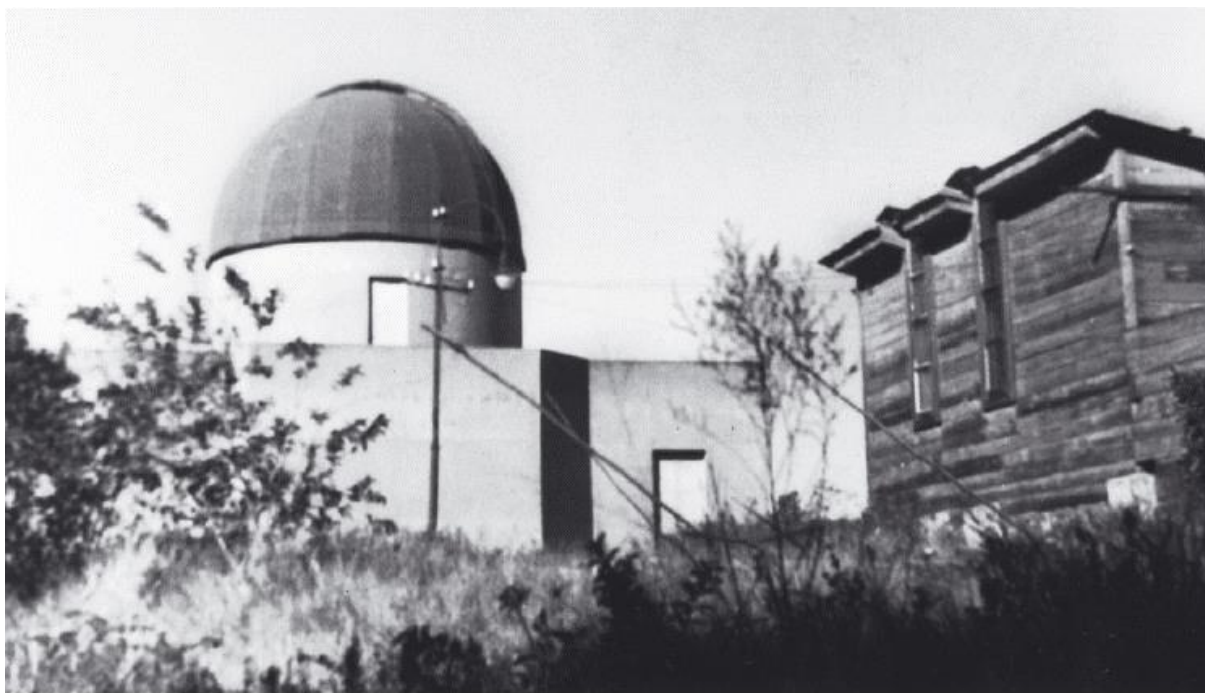
Figura 43 - Antigo observatório da escola politécnica, morro de Santo Antônio



Fonte: CAMPOS, José Adolfo S. de. O Observatório do Valongo e a História do ensino superior de astronomia no Rio de Janeiro. Vol. 1. Rio de Janeiro, s.d., p.280.



Figura 44 - Prédio principal do Observatório do Valongo, década de 60



Fonte: CAMPOS, José Adolfo S. de. O Observatório do Valongo e a História do ensino superior de astronomia no Rio de Janeiro. Vol. 1. Rio de Janeiro, s.d., p. 293.

O observatório pode não fazer parte do referido Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, mas é um conjunto edificado de porte significativo e com uma história relevante para o entendimento das atuais dinâmicas da área. O observatório é sim um ponto de interesse a ser apontado como um patrimônio histórico da região do porto.

Tanto o Observatório quanto os Jardins se situam no Morro da Conceição, além é claro da Pedra do Sal, demonstrando a importância do morro para a região. O morro abriga diversos edifícios com uma arquitetura de interesse para a preservação os quais criam a ambiência única de suas ruas. Aqui foram eleitos apenas alguns elementos do morro para serem estudados mais profundamente, escolhidos em função de sua proximidade com o objeto que sofrerá a intervenção.

Segundo o levantamento feito pela Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio existem bens tombados, preservados e tutelados em três instâncias na região portuária: federal, estadual e municipal. Dos bens citados nesse tópico temos sob proteção federal os Jardins do Valongo e o Edifício "A Noite", sob proteção estadual a Pedra do Sal e sob proteção municipal a Fundação Manoel Lino Costa.

De forma a situar novamente todos os patrimônios apontados existentes na Rua Sacadura Cabral e seu entorno, além de localizar a área do objeto de intervenção no espaço, foi elaborado um mapa onde estão assinalados todos os lugares de memória descritos (Figura 45). É claramente perceptível como o conjunto de edificações escolhidos para a intervenção está muito próximo a vários deles, sendo que uma breve contextualização se fez necessária.

Figura 45 - Lugares de Memória na Rua Sacadura Cabral



Fonte: Mapa elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

## 2. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DA RUA SACADURA CABRAL NO CONTEXTO DO PORTO

### 2.1. ESTRUTURA, USOS E MUDANÇAS DA PAISAGEM

Figura 46 - Transformação da paisagem



Fonte: Produto da disciplina de Ateliê 3 sob a orientação da professora Vera Tângari.

É possível observar a transformação da paisagem da região portuária do Rio de Janeiro com a sobreposição de camadas de modificações do espaço no decorrer do tempo e a consequente mudança dos limites urbanos, especialmente aqui o da orla, no decorrer dos séculos (Figura 46). As transformações da paisagem no tempo, presentes no mapa, são marcos referentes aos séculos XXI, XX, XIX e anteriores a isso. As camadas de modernização podem ser percebidas no lugar por meio de elementos do passado que permanecem tal como uma “colagem” dos

tempos. No mapa destacamos alguns objetos arquitetônicos que são relevantes na leitura temporal do porto carioca.

Os agentes de transformação são as motivações sobretudo econômicas da sociedade que modificaram muito o porto, reconstruindo até mesmo a sua orla no século XX. Os principais objetos arquitetônicos que foram edificadas em determinados momentos da história e que ainda se encontram em seus locais originários estão assinalados no mapa acima e têm seu século de construção referenciado para que possamos nos localizar na paisagem atual do porto.

Figura 47 - Estrutura morfológica atual



Fonte: Produto da disciplina de Ateliê 3 sob a orientação da professora Vera Tângari.

Fazendo um recorte apenas do primeiro trecho da Rua Sacadura Cabral e seu entorno imediato temos o segundo mapa (Figura 47). Esse mapa trata primeiramente da legislação ou parâmetros legais da área com os seus respectivos

zoneamentos<sup>3</sup>. A topografia é delimitada por suas curvas de nível que demonstram o suporte físico em que a paisagem estudada está estruturada. Ela é descrita graficamente pela presença das acentuadas curvas nas áreas limítrofes do Morro da Conceição e a ausência delas no interior da área do aterro deixando claro que cada uma das áreas é resultado de um tipo de formação no decorrer da história.

No mapa os padrões de parcelamento do solo também são apresentados com suas respectivas volumetrias construídas, elementos de vegetação e espaços livres. Os padrões de parcelamento do solo foram divididos em seis diferentes, cada qual devidamente assinalado na legenda, e ele são: conjunto edificado, morro, lindeiros ao morro, porto, vegetação e espaços livres. Esses aspectos ilustram a estrutura morfológica atual da região de intervenção que abarca o primeiro trecho da Rua Sacadura Cabral e seu entorno.

Podemos analisar a respeito dessas informações que o padrão de loteamento dos intitulados conjuntos edificados são maiores e ocupam uma grande parcela do solo, sobretudo no topo do Morro da Conceição. Isso acontece pois os loteamentos mais antigos, como o as Fortaleza da Conceição, e foram os primeiros a conformar o espaço, ocupando o solo enquanto o padrão da malha aqui ainda não havia se formado e foi delimitado pelas construções que surgiram subsequentemente.

O Padrão de parcelamento no morro são pequenos lotes que foram em sua maioria destinados à habitação. Como os caminhos no morro são em sua maioria ladeiras o desenho desses lotes é caracterizado por fachadas estreitas e que seguem a acentuada topografia. A malha urbana que configura esses lotes não é ortogonal e sim orgânica seguindo sempre as curvas de nível do morro e portanto existem muitos espaços no fundo de lotes e nas encostas mais íngremes que são ocupados pela vegetação.

Os lotes lindeiros ao morro configuram a transição entre o lote inscrito em uma malha urbana orgânica e o lote de uma malha ortogonal, portanto são em sua maioria com fachadas estreitas e retas, mas bastante longilíneos, terminando sempre com seus fundos voltados para o morro, o que traz uma grande variação entre o tamanho dos lotes.

---

<sup>3</sup>Os tipos de zoneamentos existentes na região estudada são ZR5, ZUM, ZR3 e AC1. (Decreto N° 322 de 3 de março de 1976, 1976) Fonte: Legislação bairro a bairro, Disponível em <<http://mapas.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em: 29 de nov. de 2017

Os lotes com o padrão de parcelamento denominado aqui como “do porto”, que compreendem os novos terrenos criados pelo aterro, são completamente ortogonais e abrangem uma grande área. Foram projetados em uma época diferente da dos anteriores e expressam um pensamento racional que produziu lotes nos quais praticamente qualquer projeto pode ser inserido, em função da ausência de curvas de nível em função do aterro, o que propicia um maior aproveitamento de solo possível. Historicamente abrigaram sempre grandes construções, ou industriais ou institucionais, e hoje é onde os arranha-céus estão implantados.

Quanto a legislação é importante salientar que sua diferenciação segue os padrões de parcelamento do solo, o que demonstra o interesse de se zonear a região e legislar suas futuras intervenções de acordo com sua morfologia e características específicas de cada trecho da malha urbana. O relevo, a legislação e também a presença de patrimônio histórico são os importantes fatores da conformação da estrutura morfológica e acabam por ser determinantes da configuração urbana encontrada atualmente na região.

Os espaços livres são poucos, mas existem em diferentes escalas em cada um dos tipos de padrões de parcelamento do solo. É importante fazer aqui uma distinção entre o morro e o aterro, no primeiro existem pequenos espaços livres e bastante vegetação, enquanto no segundo grandes espaços livres e pouca vegetação. Essas características são consequência da forma dos lotes, mas também do período histórico em que foram construídos.

O terceiro e último mapa desenvolvido na disciplina de Ateliê 3 (Figura 48) para essa primeira etapa de aproximação com a área, trata da distribuição dos espaços livres públicos, dos usos e fluxos. Os usos divididos em sete categorias elucidam a função exercida por cada um dos lotes que integram o perímetro estudado, sendo que podemos a partir desse levantamento concluir que a predominância de uso entre os lotes está diretamente relacionada com o padrão de parcelamento do solo e segue muito frequentemente a seguinte disposição: o uso mais presente no padrão intitulado de conjunto edificado é institucional, do padrão intitulado do interior do morro é habitação, do padrão intitulado lindeiros ao morro é comércio e serviço e do padrão intitulado porto também é institucional.

É possível perceber que no decorrer do tempo histórico os usos sofreram pouca alteração no interior do morro, onde a topografia é acentuada e a malha urbana orgânica configurado ali um lugar com forte caráter de permanência. Enquanto isso a

região do aterro passa por uma constante mudança no uso<sup>4</sup> das edificações em que muitos dos usos industriais foram substituídos por comerciais, depois esses últimos se tornaram institucionais e hoje o projeto Porto Maravilha prevê uma nova troca de uso, agora para habitação. Nessa malha tão ortogonal e plana se configurou um lugar de constantes transformações e com baixas taxas de ocupação.

Figura 48 - Aspectos funcionais e o sistema de espaços livres



Fonte: Produto da disciplina de Ateliê 3 sob a orientação da professora Vera Tângari.

A região estudada apresenta fluxos muito variados: primeiramente o fluxo de pedestre que é exclusivo em alguns trechos, principalmente no interior do morro, seguindo pelo fluxo de veículos coletivos ou individuais que ocupam a maioria das ruas, mas que tem sido diminuído em alguns trechos por meio de intervenções urbanas que retiraram faixas de rolagem e de estacionamento em vias estratégicas e desviaram grande parte do fluxo por meio da construções de túneis, continuando com

<sup>4</sup> (Lei Complementar N° 33/2013, 2013) – Dispões sobre o uso e ocupação do solo para ordenamento territorial da cidade do Rio de Janeiro.

a ciclovias construídas recentemente que cruzam a região e concluindo com o VLT que passa pela Praça Mauá.

Quanto a hierarquia dos espaços livres podemos perceber que quanto mais internamente no morro eles estão alocados e menos tratamento receberam, menor é a sua abrangência. Portanto espaços projetados como a Praça Mauá, a praça do Comércio onde estão alocados o Cais do Valongo e da Imperatriz e os Jardins do Valongo estão classificados nas hierarquias mais altas de metropolitano e urbano. Já as praças no interior do Morro da Conceição e os espaços de vegetação nas encostas do morro tem abrangência de bairro ou vizinhança na hierarquia dos espaços livres.

Os fluxos e seus sentidos apresentam a dinâmica espacial bastante intensa da área e as hierarquias delimitam a relevância para a cidade de cada ambiente reconhecido como espaço livre. O padrão de distribuição dos espaços livre públicos pode ser lido através de suas posições que estão localizadas onde a topografia e demais características geográficas não são favoráveis a edificação, ou seja, os espaços livres estão dispostos sobretudo nas encostas dos morros.

É relevante perceber que as diferenciações existentes nas paisagens físicas refletem na paisagem social da região, gerando um lugar repleto de contrastes. Outro estudo relevante para a análise das características da Rua Sacadura Cabral é o levantamento das fachadas dos edifícios de ambos os lados da rua. A partir de uma planificação e montagem com as imagens obtidas através do dispositivo Google Maps é possível apreender o perfil morfológico da composição dos cheios e vazios da rua, conforme desenvolvido no tópico seguinte.

É perceptível através do levantamento e cruzamento dos dados com a elaboração dos mapas, a caracterização de determinados espaços como de permanência e de outros como de circulação. A dinâmicas dos espaços e sobretudo da rua se revela diferente em cada trecho e isso possibilita que as áreas sejam trabalhadas no momento da intervenção a partir de suas características e interesses observados como resultados da leitura.



## 2.2. LEVANTAMENTO VISUAL E ANÁLISE DO PRIMEIRO TRECHO DA RUA SACADURA CABRAL

Foram desenvolvidos dois tipos de levantamento das vistas no primeiro trecho da Rua Sacadura Cabral, o primeiro sendo por meio de um levantamento fotográfico e uma planificação das fachadas e o segundo por meio de vistas panorâmicas tiradas em pontos específicos do trajeto pela rua. As imagens do levantamento para a planificação foram extraídas a partir do google maps e panificadas manualmente, já as vistas panorâmicas foram tomadas em visita de campo.

As fachadas do primeiro trecho da Rua Sacadura Cabral foram levantadas integralmente desde a Praça Mauá até a Avenida Barão de Tefé. Os percursos curvos foram planejados para o melhor entendimento da percepção do transeunte ao passar pela rua que é o principal objetivo dessa planificação. Todo o curso do primeiro trecho foi subdividido como estratégia metodológica em lados e em quadras, as quais foram distribuídas linearmente partindo da Praça Mauá no sentido do percurso para a Praça do Comércio (Figura 49).

Figura 49 - Localização das Fachadas no Levantamento



Fonte: Google Earth.

No lado A temos quatro quadras: Quadra 1 (Figura 50), Quadra 2 (Figura 51), Quadra 3 (Figura 52) e Quadra 4 (Figura 53). É importante salientar que do lado A da Rua Sacadura Cabral as quadras 1 e 2 foram edificadas depois do aterro enquanto as quadras 3 e 4 são anteriores ao aterro do porto e mantiveram sua

ocupação original. Isso pode ser percebido no padrão de parcelamento e consequentemente nas fachadas, sendo clara a diferenciação entre as quadras.

Figura 50 - Lado A Quadra 1



Fonte: Google Street View.

Figura 51 - Lado A Quadra 2



Fonte: Google Street View.

Figura 52 - Lado A Quadra 3



Fonte: Google Street View.

Figura 53 - Lado A Quadra 4



Fonte: Google Street View.

Enquanto que no nomeado lado B a face das quadras é maior e se dividem também em quatro quadras: Quadra 1 (Figura 54), Quadra 2 (Figura 55), Quadra 3 (Figura 56) e Quadra 4 (Figura 57).

Figura 54 - Lado B Quadra 1



Fonte: Google Street View.

Figura 55 - Lado B Quadra 2



Fonte: Google Street View.

Figura 56 - Lado B Quadra 3



Fonte: Google Street View.

Figura 57 - Lado B Quadra 4, com o conjunto objeto da intervenção assinalado



Fonte: Google Street View.

No lado B os lotes seguem o desenho do perímetro do Morro da Conceição, se diferenciando muito entre si em função disso, mas a maioria dos lotes seguem o padrão de parcelamento do solo lindeiro ao Morro. Alguns desses lotes foram substituídos por edifícios de gabarito elevado, criando alguns prédios estreitos e finos principalmente observados na quadra 1 e 4, ou unindo mais de um lote e gerando construções um pouco maiores como observado nas quadras 2, 3 e 4. A grande variação de gabaritos e morfologia das fachadas fica evidente em todo o lado B, pois diferentes períodos históricos se intercalam nessas fachadas.

Quando comparamos os lados A e B, percebemos que a sobreposição temporal aconteceu de maneiras diferentes, sendo que no lado A cada trecho se caracteriza pela predominância de edificações de um determinado período histórico, enquanto que no lado B os períodos temporais se misturam e não é clara a predominância de uma determinada tipologia.

Assim podemos perceber uma maior unidade em cada quadra do lado A, pois pertencem a um mesmo período temporal, e uma descontinuidade no conjunto total desse lado do trecho que em um primeiro momento apresenta edificações anteriores ao aterro e em um segundo momento posteriores ao mesmo com uma clara ruptura entre as quadras 2 e 3. Paralelamente, o lado B não apresenta uma unidade clara em cada quadra, mas sim uma continuidade e um ritmo se observado como um todo, pois todas as suas quadras são anteriores ao aterro e foram sofrendo alterações juntas no decorrer do tempo. Agora trataremos do levantamento feito por meio da tomada fotográfica de panorâmicas.

Figura 58 - Localização das Panorâmicas



Fonte: Google Earth.

Figura 59 - Panorâmica 1



Foto de Mariane Scarpellini, 2017

Figura 60 - Panorâmica 2



Foto de Mariane Scarpellini, 2017

Figura 61 - Panorâmica 3



Foto de Mariane Scarpellini, 2017

Figura 62 - Panorâmica 4



Foto de Mariane Scarpellini, 2017

Figura 63 - Panorâmica 5



Foto de Mariane Scarpellini, 2017

Já as vistas panorâmicas foram tomadas de pontos estratégicos no percurso feito pela Rua Sacadura Cabral saindo do Praça Mauá sentido a Praça do Comércio (Figuras de 59-63). As fotos panorâmicas são importantes para a leitura espacial da área, pois acrescentam mais uma camada na percepção e leitura do lugar. Com uma panorâmica é possível se situar visualmente em um ponto específico do trajeto pela Rua Sacadura Cabral e analisar a paisagem dessa situação.

As fotos acima mostram a variedade de visuais existentes na rua que durante o trajeto variam, passando por momentos como bifurcações, sensação de estreitamento resultante da verticalização dos edifícios, afunilamentos em rua perpendiculares, expansões da percepção do espaço principalmente em largos e praças, dentre outros momentos criados pela configuração da morfologia do espaço.

A visita em campo foi feita juntamente com um grupo de estudantes de graduação em arquitetura e urbanismo da UFRJ<sup>5</sup> e a proposta da experiência coletiva era apreender o espaço sensorialmente destacando momentos ou lugares em que pudessem ser observados acontecimentos ou dinâmicas relevantes para a percepção do espaço arquitetônico construído na cidade, como os citados anteriormente.

Figura 64 - Rua lateral a do Jardim do Valongo



Foto de Mariane Scarpellini, 2017

A importância do conjunto de edifícios escolhidos para a intervenção arquitetônica na morfologia e composição do espaço é a de que suas fachadas colaboram no desenho não só da quadra em que estão inseridos, mas também no

---

<sup>5</sup> Disciplina eletiva da FAU-UFRJ "Arquitetura e Arte Moderna e Contemporânea" ministrada pela professora Fabiola do Valle Zonno, com acompanhamento da profa. Cláudia Nóbrega no segundo semestre do ano de 2017.

desenho da paisagem da rua Sacadura Cabral como um todo. A ambiência da rua compõe o espaço juntamente com o eixo para o Valongo (Figura 64), o Morro da Conceição e o aterro do porto.

As visuais do ponto de vista do pedestre e usuário da rua são um dos elementos em que são pautadas as escolhas projetuais. É importante destacar a relevância da percepção da relação das fachadas com a continuidade do gabarito e as visuais do morro a partir da rua Sacadura Cabral para o desenvolvimento do trabalho. Portanto é possível assinalar a preservação da morfologia da rua e sua ambiência como uma diretriz conceitual do projeto.

### 2.3. RELAÇÕES CONJUNTO ARQUITÔNICO - CONTEXTO

O lugar é composto por uma sobreposição de camadas temporais que se manifestam como presença, algumas vezes vestigial, na espacialidade e arquitetura dos lugares, configurando assim a ambiência do espaço construído com o qual nos deparamos na atualidade. É possível aproveitar-se dos fragmentos do passado para constituir uma ação projetual, assim tem-se a possibilidade de posicionar-se sobre eles: valorizá-los, subvertê-los nesse processo ou, até mesmo, de ignorá-los.

A temporalidade de um lugar pode ser percebida por olhos atentos a detalhes (LYNCH, 1972). Essa característica é descrita no livro "What time is this place?" acerca dos lugares por onde o autor passa, evidenciando o fato de que o tempo do ambiente é uma construção contínua. Para ele a ambiência é algo organizado no decorrer do tempo ou até mesmo emblemático do tempo. Lemos o lugar como uma sucessão de imagens em movimento e desta forma os vestígios históricos configuram parcelas significativas da percepção ambiental do espaço.

A relação da Rua Sacadura Cabral com os seus antigos e atuais limites, ou seja, sua relação com o mar, o morro e o aterro é definidora da espacialidade hoje percebida. A relevância desse tópico é trabalhar a questão da memória coletiva, dos traços e desenhos urbanos que persistiram com o tempo e a produção do entorno do recorte que configura os limites físicos da intervenção que será desenvolvida.

Acerca do recorte, o conjunto de cinco lotes selecionados da Rua Sacadura Cabral para a intervenção tem a pretensão de dialogar em primeiro plano com os demais edifícios do trecho entre a Avenida Barão de Tefé e a Rua Aníbal Falcão, lado A quadra 4 e lado B quadra 4 do levantamento das fachadas (referência ao item 2.2). Em segundo plano tem como objetivo relacionar-se com o restante da rua, seus trechos anteriores e posteriores, e com os principais pontos de interesse do entorno ampliado que englobam: Cais do Valongo e da Imperatriz, Pedra do Sal, Jardins do Valongo, Praça dos Estivadores e Observatório do Valongo (Figura 64), reconhecidos como lugares de memória (referência ao item 1.4).



Figura 65 - Vista aérea do entorno



Fonte: Google Earth.

Existem outros elementos que são também limites físicos da configuração espacial da paisagem, como o mar, o morro e o aterro.

Quanto ao morro, nos referimos aos Morro da Conceição; do Livramento e da Saúde que são circunvizinhos a Rua Sacadura Cabral, são o limite sempre fixo que estrutura e determina o desenho da rua. O morro configura a paisagem do entorno da rua e se relaciona com esta. A rua é a porta de entrada do morro e reflete os traços culturais dos habitantes desse último. Já o aterro é um limite transformado. A construção do aterro foi tão grandiosa que subverteu todas as antigas relações espaciais existentes na área. O aterro acabou levando à ocultação de diversos fragmentos da história do porto.

A Rua Sacadura é campo de muito potencial para o projeto em função de sua morfologia, história e ambiência. Projetar na Rua Sacadura Cabral é uma oportunidade de ler seus limites, destacar seus traços e trabalhar com as temporalidades do contemporâneo e do passado. Partindo desse posicionamento faremos a análise do potencial de intervenção na relação entre o conjunto arquitetônico atual e seu entorno imediato (Figura 64).

Os principais pontos de relevância histórica no entorno imediato estão assinalados na figura e configuram três momentos diferentes dessa morfologia. O Observatório do Valongo é um exemplo que caracteriza a ocupação do espaço no alto do Morro da Conceição e é visível em função de sua localização pelos usuários da rua Sacadura Cabral e a partir do Cais do Valongo e da Imperatriz. Os Jardins do Valongo foram edificadas na encosta do mesmo morro, até mesmo com o propósito de consolidação do declive lateral, e morfologicamente configuram um exemplo desse tipo de ocupação. O Cais do Valongo e da Imperatriz é situado em um terreno plano, pertencente a área do aterro e foi redescoberto perante escavações na praça do comércio, configurando assim um terceiro momento dessa paisagem.

Figura 66 - Situação dos lotes escolhidos para a intervenção



Fonte: Planta Cadastral do Município do Rio de Janeiro, alterada por Mariane Scarpellini, 2017

O projeto se desenvolve com a ideia de referenciar os objetos de memória citados e ainda outros por meio da criação de novas dinâmicas visuais e de fluxos (Figura 65), portanto é importante saber que o objeto pode ser visto não só da rua Sacadura Cabral, mas também do Cais, do Observatório e dos Jardins do Valongo. Sendo que com esse último existe a proposição de uma ligação física e não apenas visual, que cria um novo fluxo para a percepção e uso do espaço.

Figura 67 - Lotes consecutivos Objeto da Intervenção



Fonte: Google Street View.

Figura 68 - Lote que dá acesso à rua do Valongo



Foto de Mariane Scarpellini, 2017

O local da intervenção é um conjunto de cinco lotes consecutivos na Rua Sacadura Cabral (Figura 66) e um que dá acesso à Rua do Valongo (Figura 67). Eles foram determinados por englobar dois lotes específicos, o primeiro e o último dos da fachada da Sacadura (números 141 e 149), em razão de sua descaracterização e estado de precariedade. Tais lotes se configuram como vazios ou lacunas neste

contexto urbano específico que possibilitam uma intervenção mais incisiva. Ambos apresentam hoje construções precárias, que mesmo preenchendo materialmente o vazio não possuem relevância de valor histórico ou artístico, e nem mesmo auxiliam a leitura espacial da rua.

Na Rua Sacadura Cabral, especificamente no trecho assinalado, diversos elementos se sobrepõem compondo a atual ambiência. No entanto, os lotes vazios (141 e 149), configuram rupturas à continuidade do ritmo e da ambiência da rua Sacadura Cabral. O projeto pretende ocupar os lotes vazios, no intuito de consolidar um ambiente não fragmentado, mas mantendo sua distinção como partícipes de uma colagem temporal. O intuito é preservar o ambiente em seus elementos de valor patrimonial, mas reconhecer o novo também como valor, e buscar o diálogo entre o novo e o antigo.

Figura 69 - Dimensão dos lotes em metros quadrados e Área total



Fonte: Produção de Mariane Scarpellini, 2017

A escolha dos lotes como conjunto objeto da intervenção que será desenvolvida se deu em função do seu contexto na rua Sacadura Cabral. Atualmente o conjunto (Figura 68) se destaca dos demais edifícios pelos lotes da extremidade, 141 e 149, estarem em um péssimo estado de conservação e assim tais lotes

determinam os limites escolhidos para a intervenção, que pretende integrar o objeto ao contexto que foi debatido no tópico de análise e diagnóstico.

Outra justificativa para o recorte é o fato de o imóvel na Rua Sacadura Cabral número 145 ser tombado pela instância municipal por se tratar de uma antiga estrebaria datada de 1836. O edifício tombado se encontra no meio dos demais, é o lote central do objeto e demanda destaque em função de ser o único tombado dentre esses.

Foi feita a opção pela reintegração dos lotes para que o projeto possa ser desenvolvido, como naturalmente vem acontecendo com diversos lotes desse mesmo trecho da rua, principalmente no mesmo lado em que nosso objeto está situado. Os cinco lotes com fachada para a rua Sacadura Cabral mais o lote com fachada para a rua do Valongo serão tratados como um. Isso vem acontecendo muito em função do formato longilíneo dos lotes que restringem muito as possibilidades formais das edificações.

A desapropriação e a modificação dos usos atuais também é uma postura adotada no projeto, em função desses usos de forma geral não se adequarem as construções que os abrigam. Serão propostos novos usos para o conjunto no decorrer do trabalho. Agora que os lotes foram situados, vamos tratar a seguir do reconhecimento de seus valores.

## 2.4. O CONJUNTO DE VALOR PATRIMONIAL NA RUA SACADURA CABRAL

### 2.4.1. O RECONHECIMENTO DOS VALORES DO OBJETO

Os valores que trazem relevância ao conjunto hoje se encontram muito esquecidos, mas não totalmente perdidos. Um dos objetivos da intervenção é a redescoberta do objeto como lugar de memória, relembrando seus valores materiais e imateriais. Localizados no bairro da Saúde e nas ruas Sacadura Cabral e do Valongo, os lotes 141, 143, 145, 147 e 149 tem seus fundos voltados para a encosta do Morro da Conceição e estão rodeados por diversos outros edifícios, para os quais se podemos reconhecer um valor de conjunto.

Figura 70 - Carnaval na Rua Sacadura Cabral



Fonte: Site La Cumbuca.

Disponível em: <<http://www.lacumbuca.com/2014/12/e-ja-comecou-o-carnaval-2015-veja-como.html>>

Acesso em: 13 de jan. de 2017.

Os edifícios da Rua Sacadura Cabral, entendidos como conjunto, são relevantes quanto ao seu valor imaterial, pois muitos transitam e vivenciam o espaço da rua tanto cotidianamente quanto em momentos específicos como o carnaval (Figura 69). A presença dessas construções está enraizada no imaginário da

população e compõe a memória coletiva do lugar, esses aspectos também colaboram para reafirmar o valor de conjunto das edificações.

O valor histórico do conjunto já foi anteriormente explicitado e se mistura com o valor histórico do contexto, já o artístico está vinculado a elementos da arquitetura. As principais características arquitetônicas das construções do conjunto escolhido são as mesmas de outras construções na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX. Mesmo que algumas das construções sejam de data anterior, neste período a rua e suas edificações foram remodeladas nos padrões “eccléticos”, com a sobreposição de platibandas e outros ornamentos.

Neste período para as edificações de pequeno porte são normalmente usados alvenaria portante de tijolos com as vedações internas geralmente feitas de pau-a-pique ou estuque (MARTINS, 2009). O estuque mesmo sendo vedação já é uma evolução perante o anterior tabique pois pode suportar e transmitir cargas dos pavimentos superiores e/ou do telhamento. Um outro diferencial estrutural do período é o começo da utilização de elementos metálicos ferrosos nas alvenarias e lajes, já as fundações para pequenas edificações não mudaram muito continuando a serem utilizadas as alvenarias de pedra e barro.

As alvenarias portantes utilizavam ou pedra ou tijolos maciços e chegavam a ter 60 centímetros de espessura externamente e metade dessa espessura internamente. Tijolo e cal eram a base da construção dessas alvenarias juntamente com as técnicas tradicionais de execução, sendo as argamassas feitas de cal e areia. Como revestimento eram muito usados os azulejos lisos ou estampados, principalmente nas áreas consideradas molhadas: salas de almoço, cozinha, banheiros, corredores e varandas.

Os acabamentos decorativos são o cerne da arquitetura eclética, sendo que os mais utilizados na parte interna das residências, além dos azulejos já citados, são as pinturas que imitam madeiras e mármore, as decorativas formando painéis ou murais, as lisas, os lambris de madeira ou estuque e os papéis de parede. Segundo Martins (MARTINS, 2009) quanto mais ornamentado o ambiente maior sua importância e sofisticação, pois nesse período a quantidade de elementos decorativos refletia o poder aquisitivo dos moradores das residências.

O uso do estuque para a confecção de sancas, lambris, cimbalhas, ornatos, aplicações, frisos, molduras, dentre outros se dá em função de ser um material barato e de rápida execução apropriado tanto para as fachadas quanto para os interiores das

edificações. Já o cimento Portland era usado sobretudo em ornatos externos, principalmente nos repetidos em série em função de suas propriedades físicas e químicas.

As edificações do período eclético não são ainda reconhecidas plenamente nos seus valores históricos e artísticos por diversas razões, sendo uma delas o curto distanciamento temporal se comparada às edificações de períodos anteriores. Outro fator que historicamente dificulta o reconhecimento dessa arquitetura é a aversão gerada pelo moderno ao eclético, sobretudo em função do extensivo uso de ornatos que é uma das principais características do movimento.

Para gerar o reconhecimento desses bens é preciso propor novos usos que requalifiquem os edifícios e desenvolvam dinâmicas relacionadas com o lugar onde se insere. Discutiremos na sequência os usos atuais e o estado de conservação do conjunto.



## 2.4.2. ESTADO DE CONSERVAÇÃO E USO

Para a melhor leitura das informações de cada edifício analisado enumeraremos as principais informações sobre cada um. A localização dos lotes já foi evidenciada anteriormente através de um mapa de situação, aqui o material fotográfico foi organizado de acordo com o lote a que se refere. No processo de levantamento de material foi feita uma visita ao local, registrada em fotos.

Relativo às limitações do trabalho podemos citar a imposta pelo grupo de edifícios estudados, como o seu estado de conservação, a degradação ao longo do tempo além da pouca relevância artística da arquitetura eleita, se julgada pela observação de sua pouca ornamentação. No entanto o grupo tem muita importância para a configuração da ambiência da rua e representa uma arquitetura modesta e bastante popular na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.

Figura 71 - Edifício Lote 141, 2016



Fonte: Foto fachada de Mariane Scarpellini, 2017, e aérea do Google Earth, 2016.

O edifício do lote 141(Figura 70) não tem data de construção definida, apresenta uma fachada descaracterizada que recentemente passou por uma renovação. Pela vista aérea podemos perceber que o edifício ainda possui cobertura e portanto existe um interior mesmo que este tenha permanecido vedado de 2015 até pouco tempo. Foram realizadas pesquisas e percebeu-se, a partir de imagens datadas

de setembro de 2011 pelo Google Street View, que o uso anterior do prédio era de um depósito de lixo (Figura 71).

Figura 72 - Edifício Lote 141, 2011



Fonte: Foto do Google Street View, 2011.

Após a reforma sofrida em 2017 o edifício ainda não recebeu nenhum uso e encontra-se fechado. As transformações ocorridas no edifício buscaram mais um aspecto de limpeza com um novo reboco e pintura do que uma renovação na arquitetura. As mudanças perceptíveis na fachada são que as janelas forma mantidas, as grades retiradas e um novo portão colocado (Figura 72).

Figura 73 - Edifício Lote 141, 2017



Fonte: Foto fachada de Mariane Scarpellini, 2017

Somente não foi possível obter fotos do interior do lote 141, ele estava fechado e provavelmente seu interior arruinado até as recentes obras, mas mesmo depois da reforma não conseguimos acesso a ela. Seguiremos para o lote 143.

Figura 74 - Edifício Lote 143



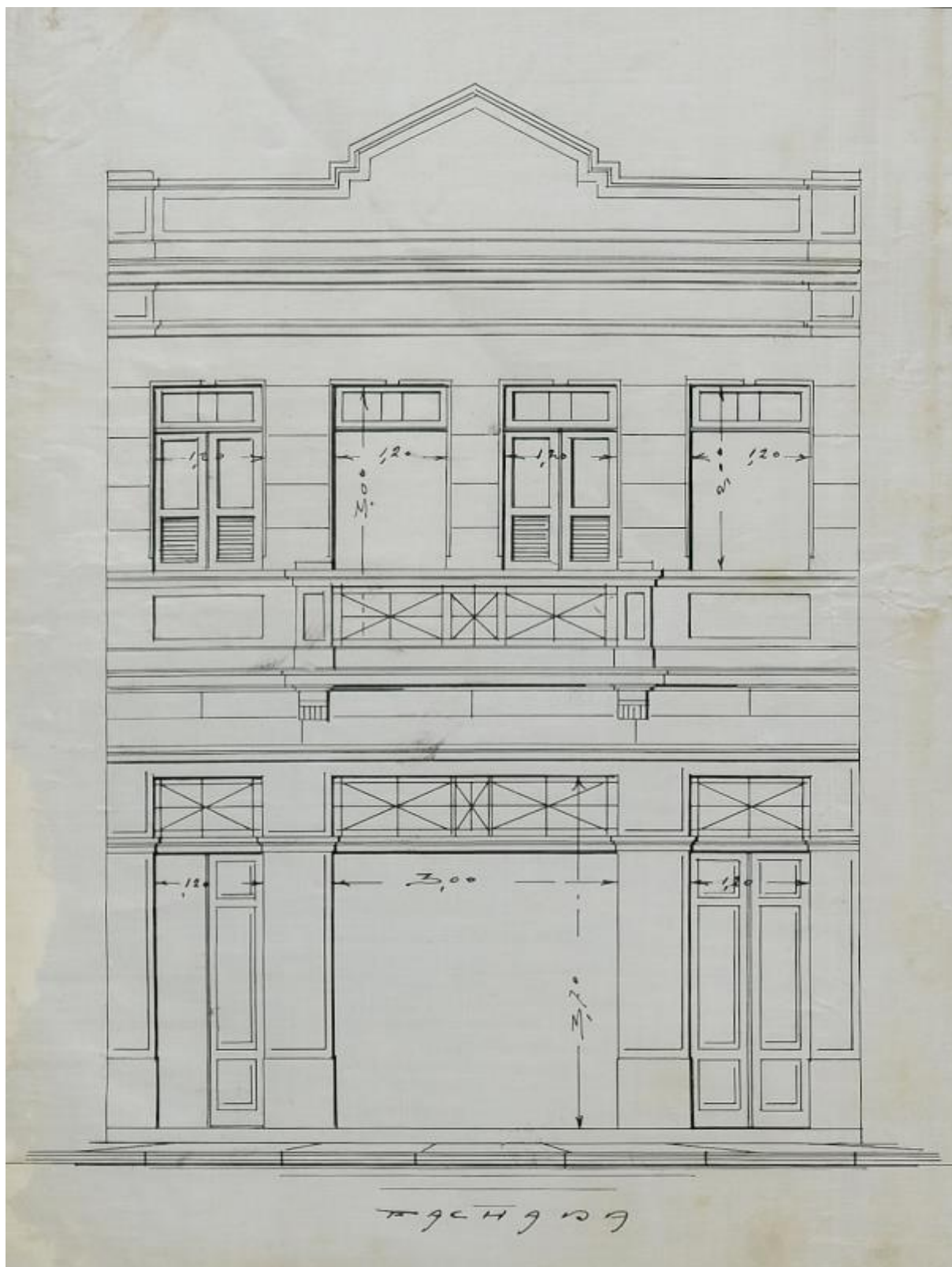
Fonte: Foto fachada do de Mariane Scarpellini e aérea do Google Earth, 2016.

Figura 75 - Interior do Edifício Lote 143



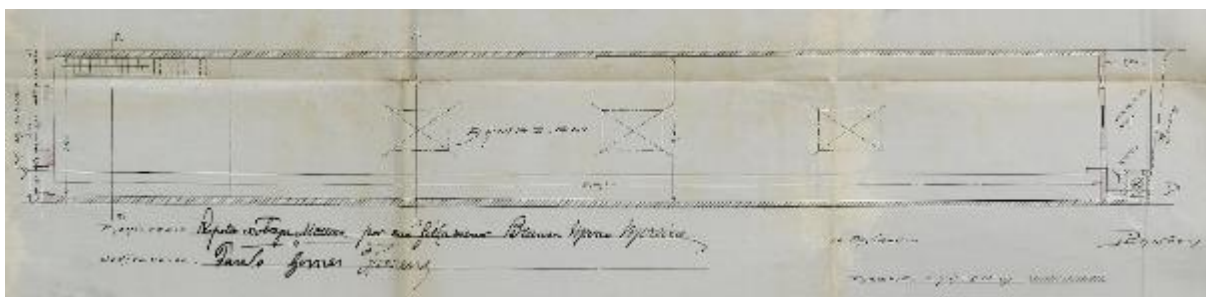
Fonte: Fotos de Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 76 - Fachada do edifício Lote 143



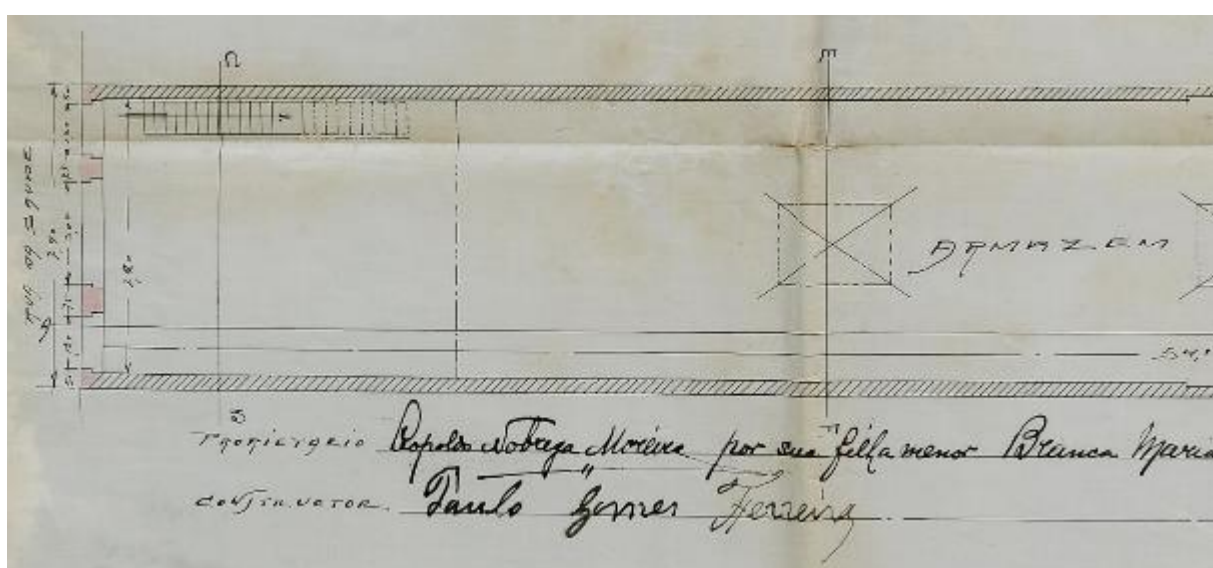
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 77 - Planta do Pavimento Térreo do edifício Lote 143



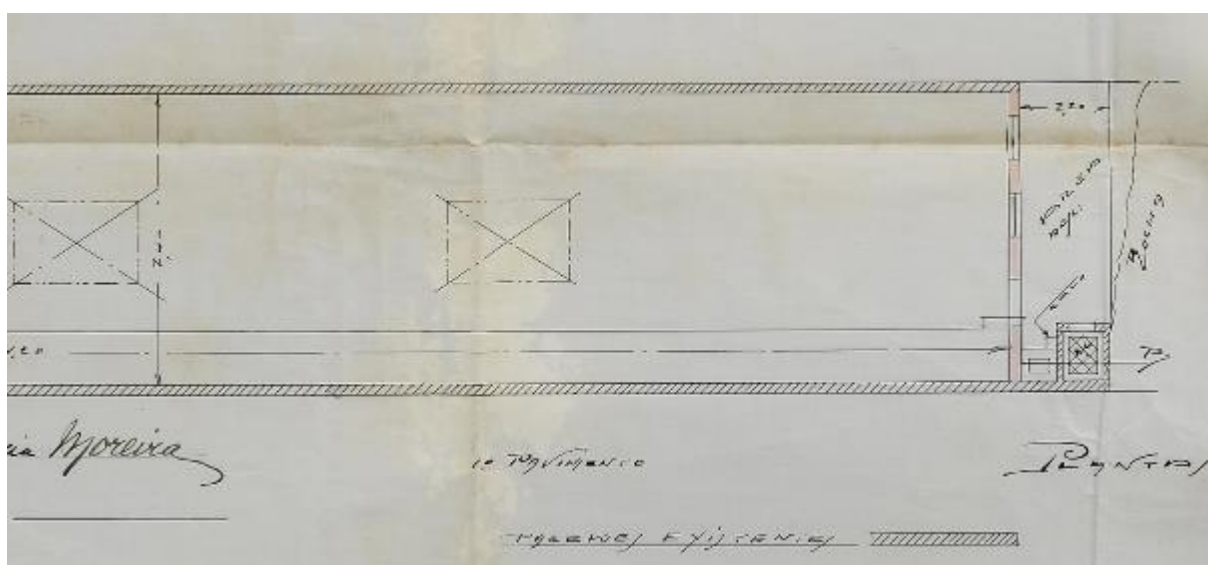
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 78 - Planta do Pavimento Térreo do edifício Lote 143, Detalhe 1



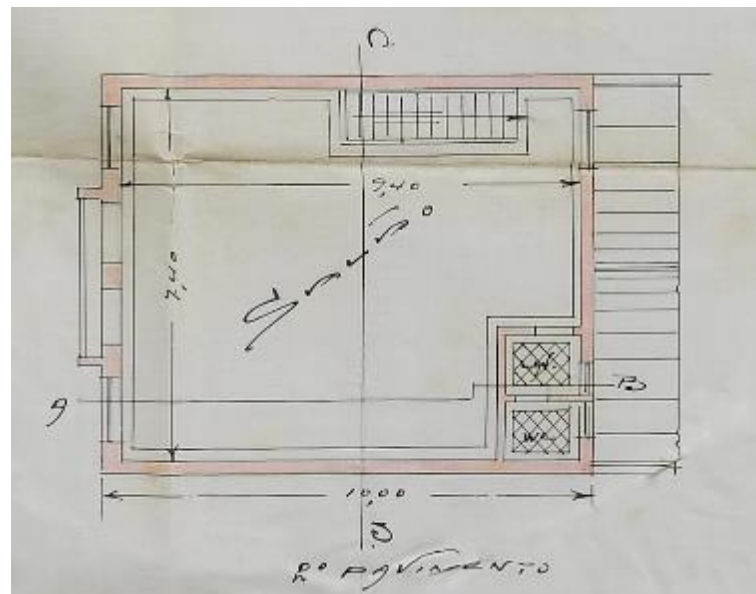
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 79 - Planta do Pavimento Térreo do edifício Lote 143, Detalhe 2



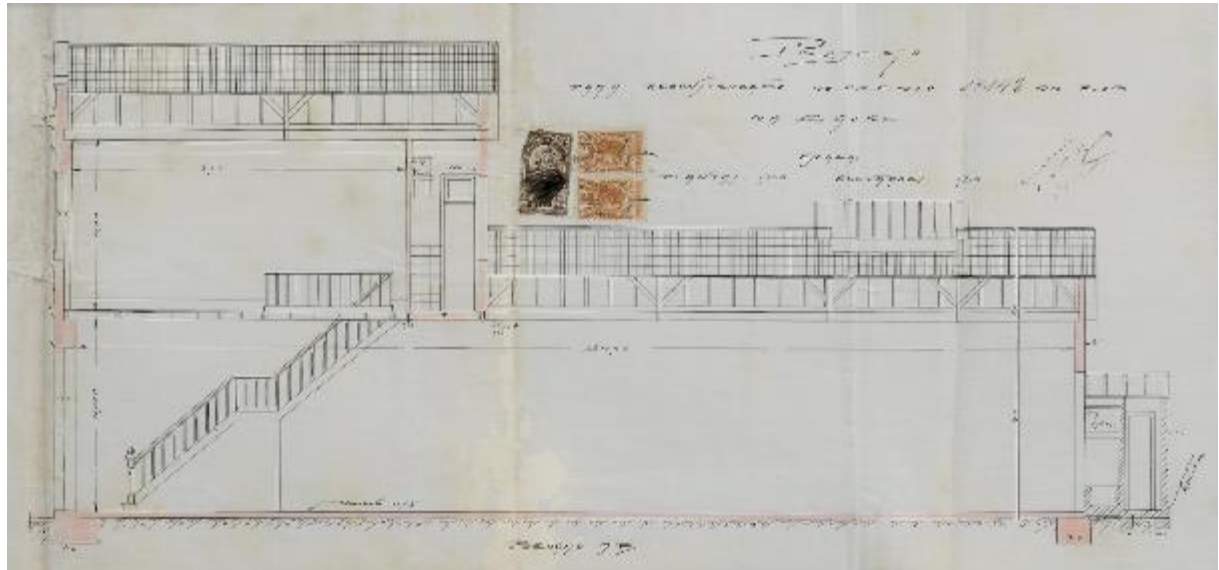
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 80 - Planta do Segundo Pavimento do edifício Lote 143



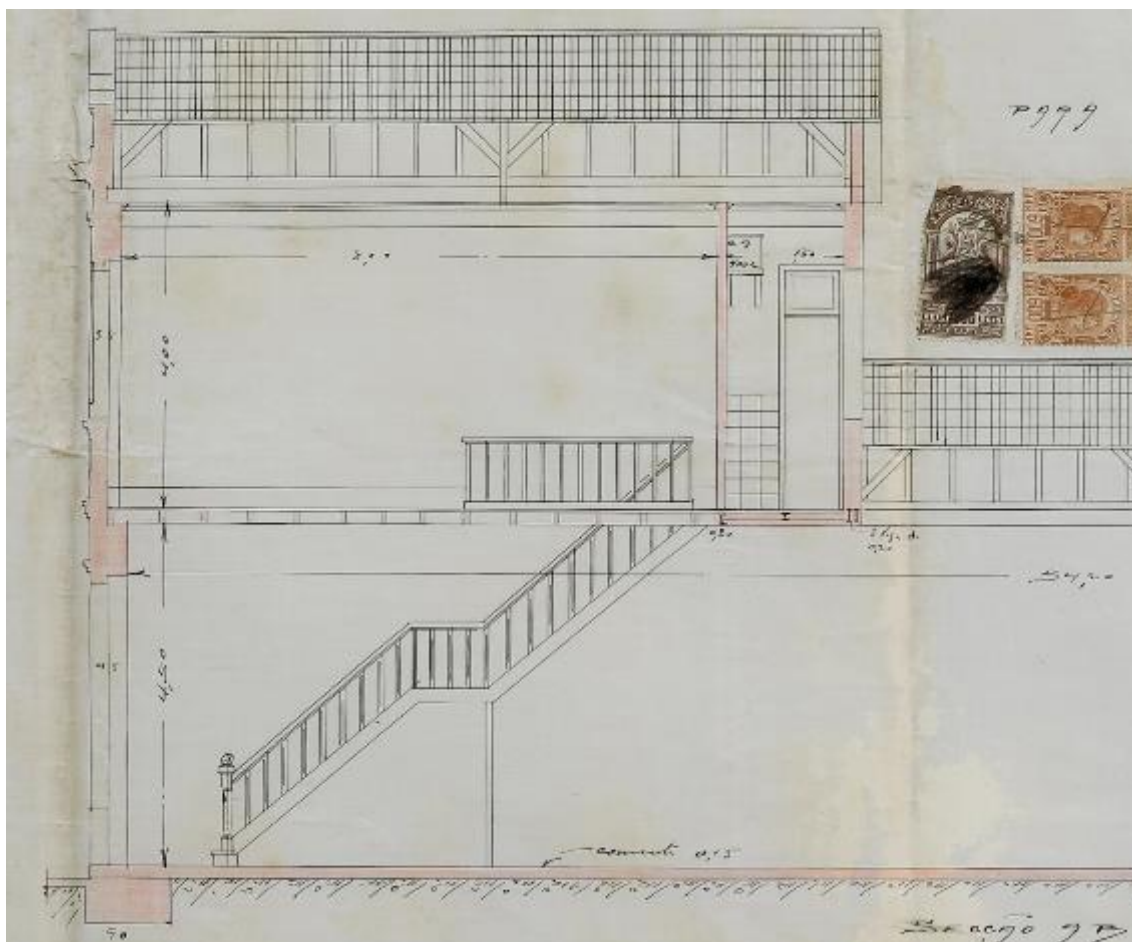
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 81 - Corte AB do edifício Lote 143



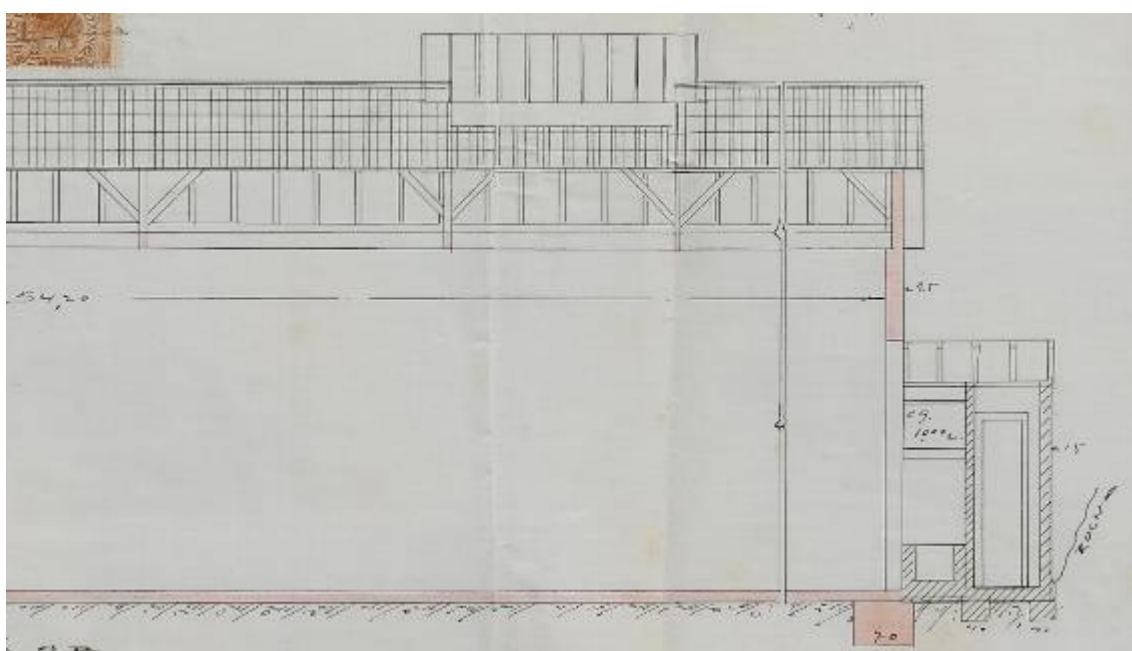
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 82 - Corte AB do edifício Lote 143, Detalhe 1



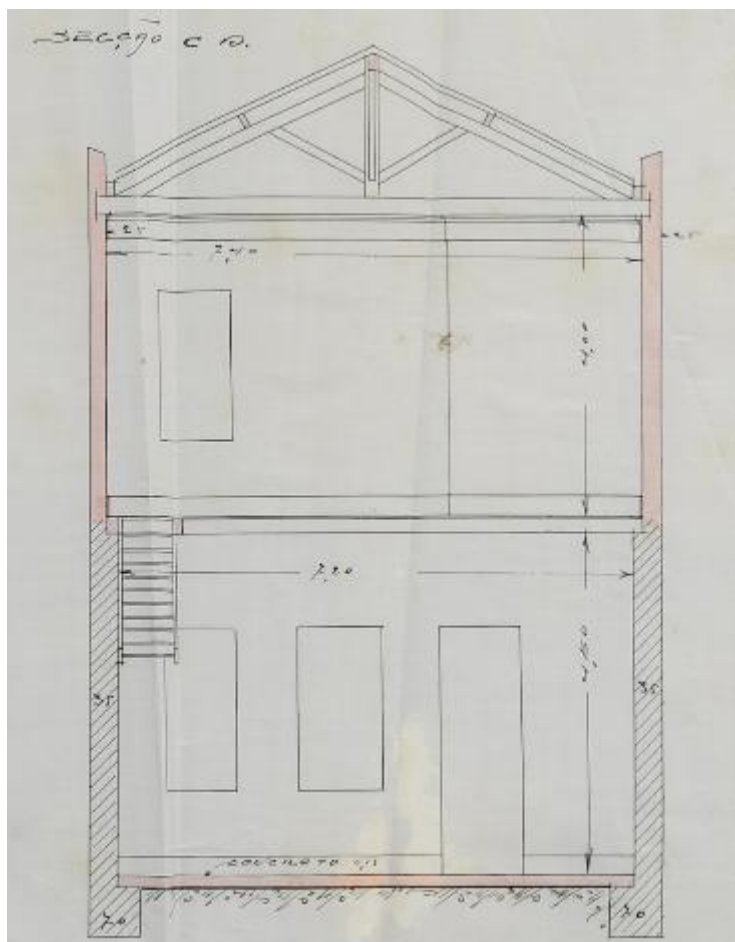
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 83 - Corte AB do edifício Lote 143, Detalhe 2



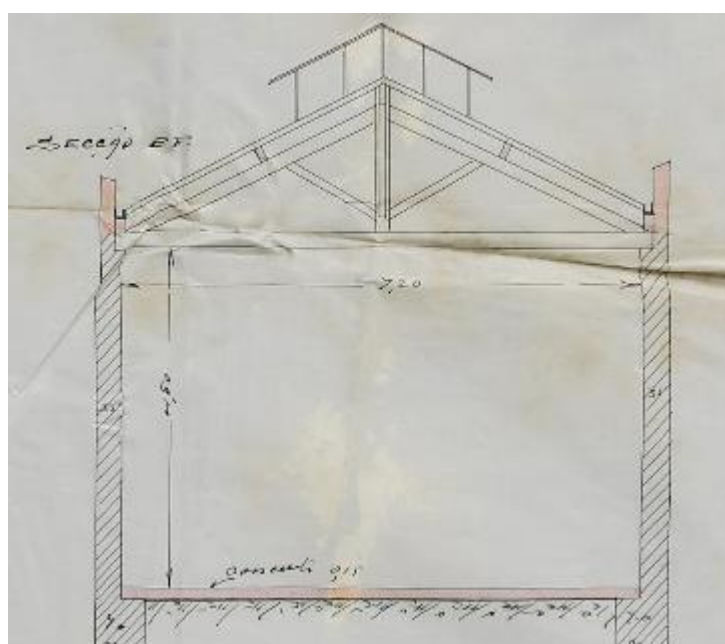
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 84 - Corte CD do edifício Lote 143



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 85 - Corte EF do edifício Lote 143



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



O edifício do lote 143 (Figura 73) apresenta uma fachada atualmente bastante danificada, preservando apenas precariamente seu desenho original conforme desenho da fachada do projeto de 1925. Pela vista aérea podemos perceber que o edifício não mais possui cobertura e portanto seu interior é inexistente. Quanto ao uso, atualmente funciona como um estacionamento como podemos perceber nas fotos do interior da edificação. (Figura 74).

Não temos conhecimento da data de sua construção, mas sabemos que em 1925 o projeto para a sua reconstrução foi aprovado e temos esse projeto de forma detalhada na sequência (Figuras 75-84). Continuando temos o lote 145.

Figura 86 - Edifício Lote 145



Fonte: Foto fachada de Mariane Scarpellini e aérea do Google Earth, 2016.

O edifício do Lote 145 (Figura 85) foi construído em 1836 e seu uso originalmente era o de uma cavalaria. Hoje é tombado pelo poder municipal e se encontra em relativo bom estado de preservação, ao menos da fachada e volumetria estão conservadas. Existem indícios de um restauro recente, pois se observarmos as imagens aéreas existe um marca no telhado que configura uma expansão da cobertura original e a construção de um anexo externo para banheiros, além de um mezanino no interior do edifício.

Figura 87 - Interior do lote 145 como espaço de entretenimento



Fonte: Site Cais da Imperatriz

Disponível em: <<http://caisdaimperatriz.com.br/index.php>> Acesso em: 30 de out. de 2017.

O interior está completamente descaracterizado, tendo suas paredes descascadas, o que eliminou seu reboco original (Figura 86). Foi criado um mezanino, foram colocadas janelas decorativas e uma abertura da iluminação zenital. Todas essas modificações foram feitas no intuito de adequar o espaço para o seu uso atual que é o de um espaço recreativo onde acontecem festas periodicamente. O tombamento dos edifícios foi feito em conjunto com diversos outros edifícios da região portuária e data de 1986 (Decreto N° 6.057 de 23 de agosto de 1986, 1986).

Infelizmente o tombamento não protege o edifício de sofrer modificações em seu interior e portanto apenas a fachada e a volumetria estão preservados. A adequação de um edifício de relevância histórica para um uso recreativo não é, na maioria das vezes, positiva para a preservação do mesmo, pois esse uso implica muitas modificações e neste caso várias dessas modificações trouxeram grandes perdas materiais e na leitura espacial do interior do edifício. Sequencialmente tratamos do lote 147.

Figura 88 - Edifício Lote 147



Fonte: Foto fachada de Mariane Scarpellini e aérea do Google Earth, 2016.

Figura 89 - Interior do lote 147 como restaurante, 2015



Fonte: Site O Turista Aprendiz, Disponível em: <<http://www.turistaaprendiz.org.br/detalhe.php?idDado=157>>Acesso em: 13 de mar. de 2017.

Figura 90 - Interior do lote 147 como espaço Duplex Club, 2017



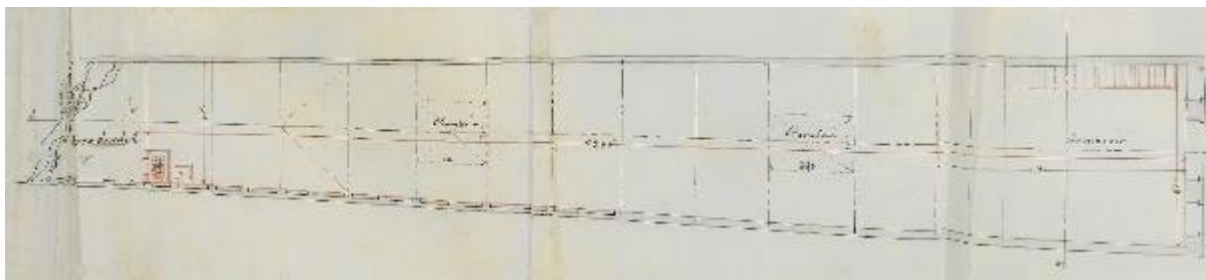
Fonte: Site Duplex Club, Disponível em: <<http://www.duplexclub.com.br/about.php>>Acesso em: 30 de out. de 2017.

Figura 91 - Fachada do edifício Lote 143



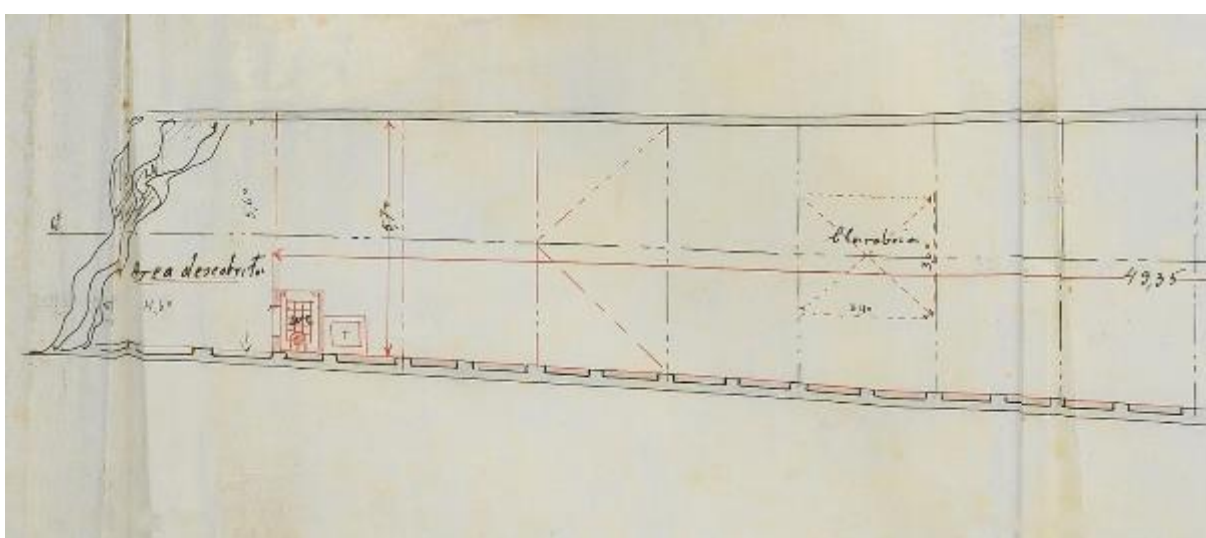
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 92 - Planta do Pavimento Térreo do edifício Lote 147



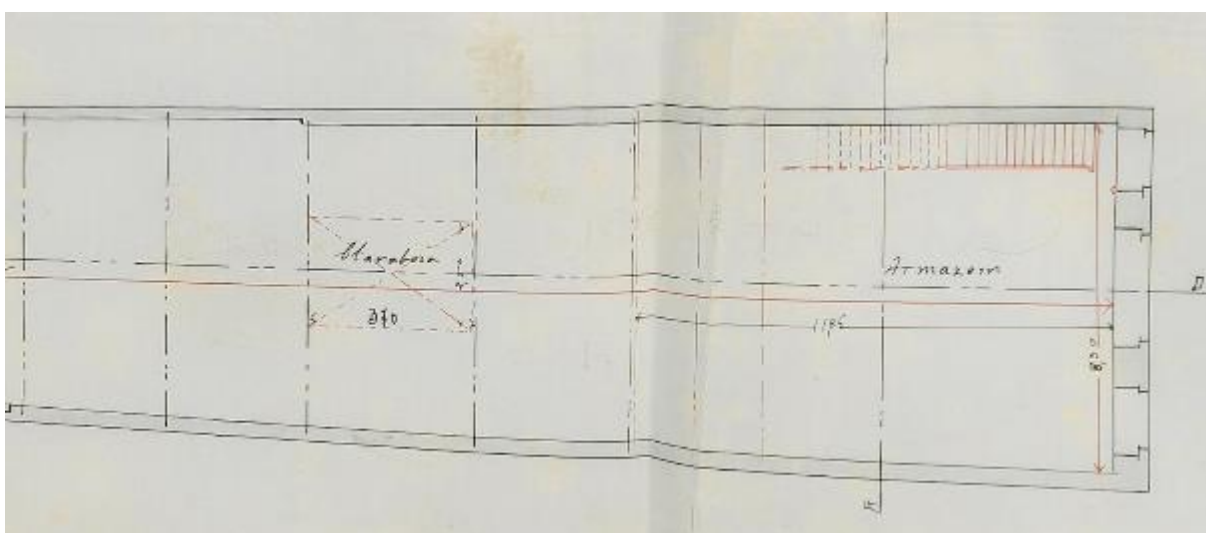
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 93 - Planta do Pavimento Térreo do edifício Lote 147, Detalhe 1



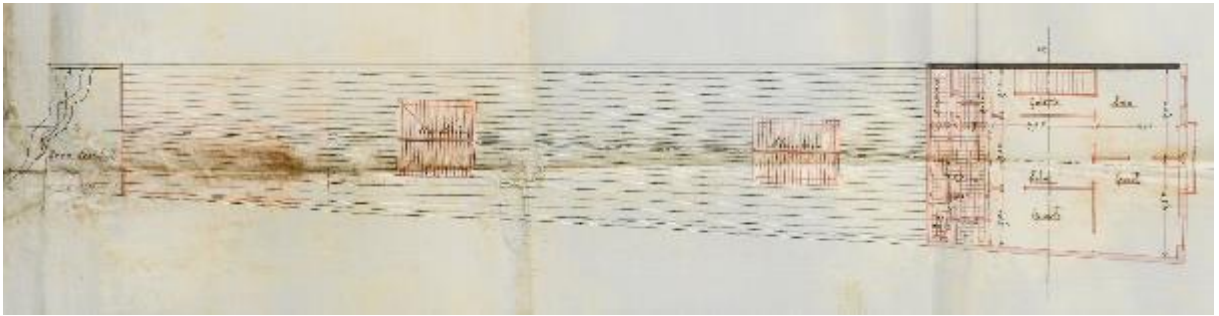
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 94 - Planta do Pavimento Térreo do edifício Lote 147, Detalhe 2



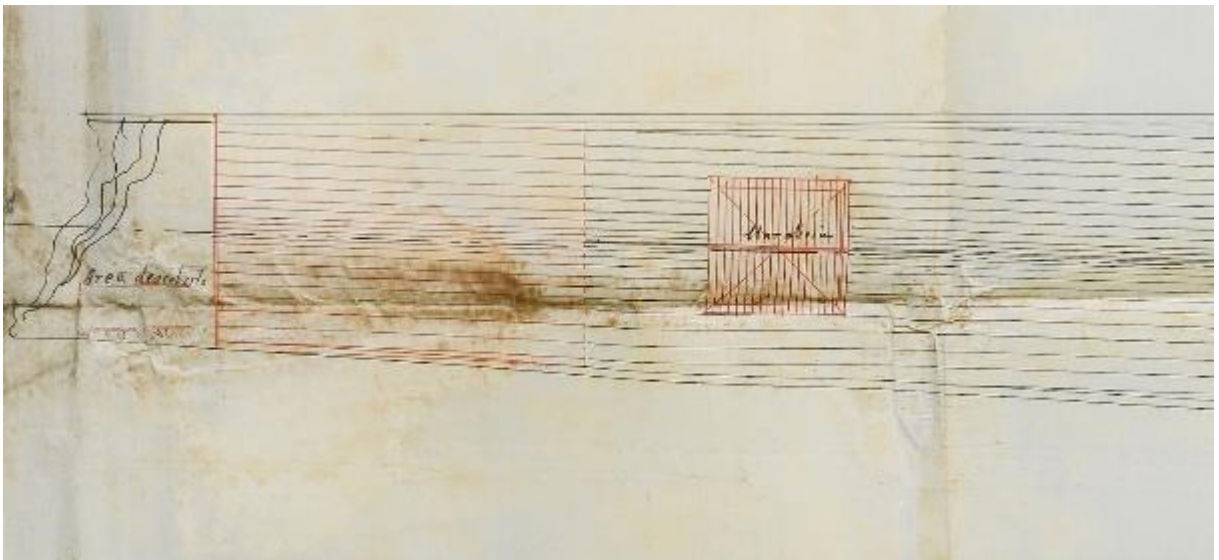
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 95 - Planta do Segundo Pavimento do edifício Lote 147



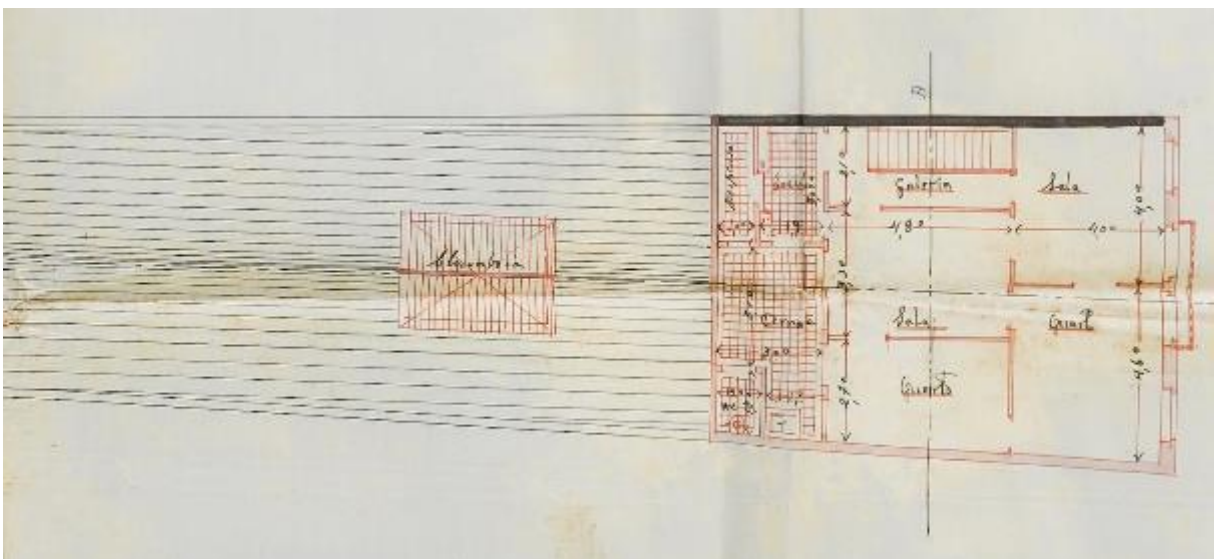
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 96 - Planta do Segundo Pavimento do edifício Lote 147, Detalhe 1



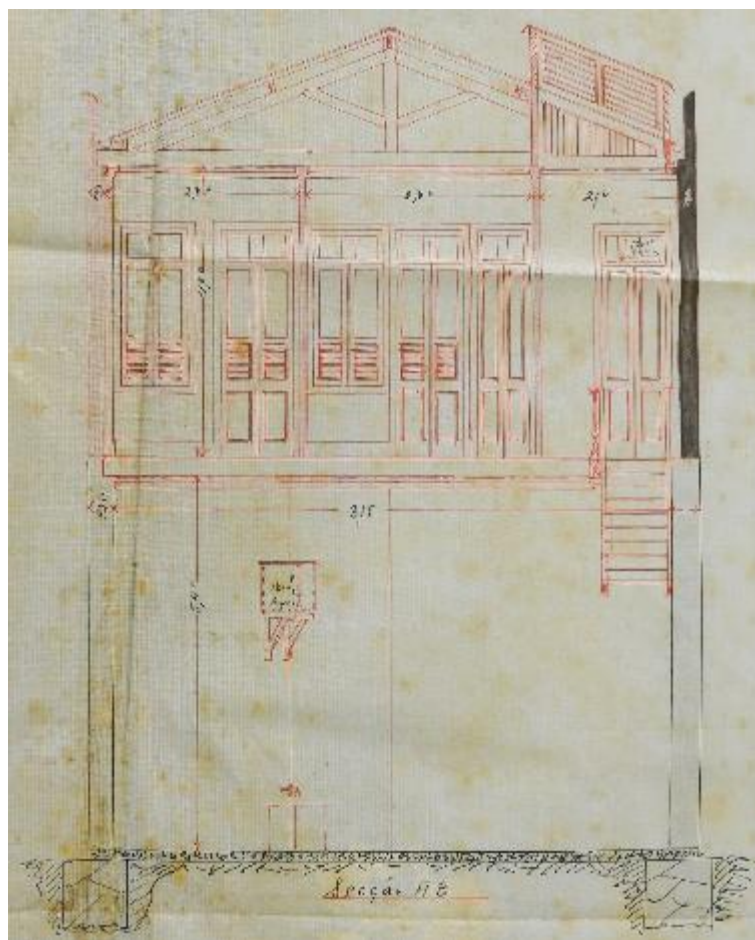
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 97 - Planta do Segundo Pavimento do edifício Lote 147, Detalhe 2



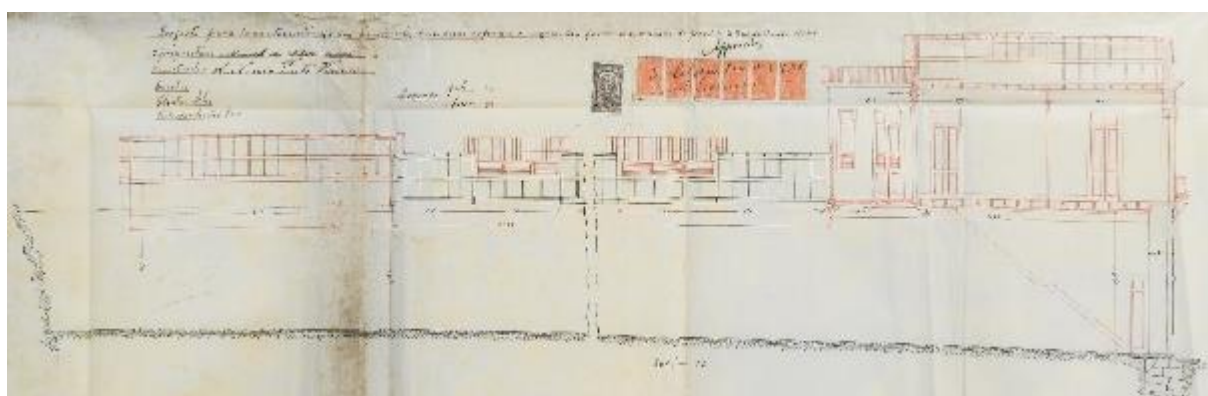
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 98 - Corte AB do edifício Lote 147



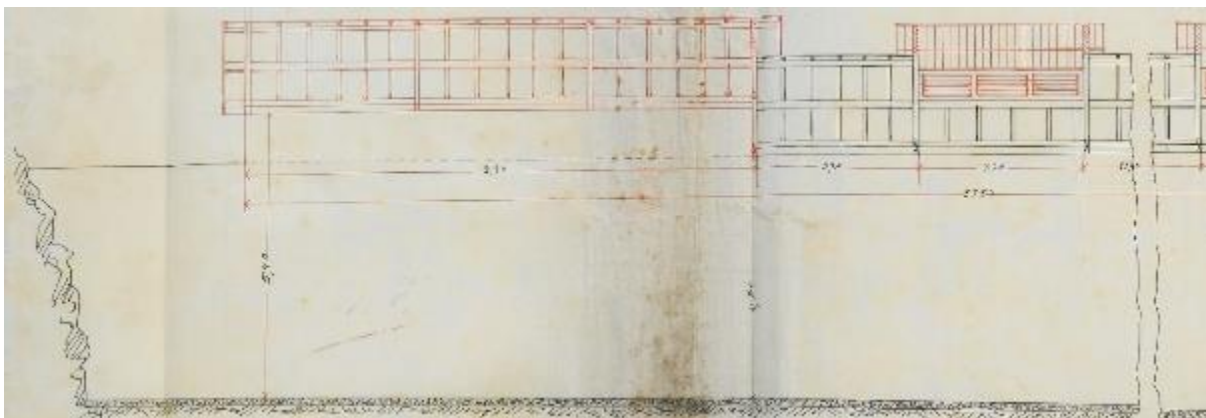
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 99 - Corte CD do edifício Lote 147



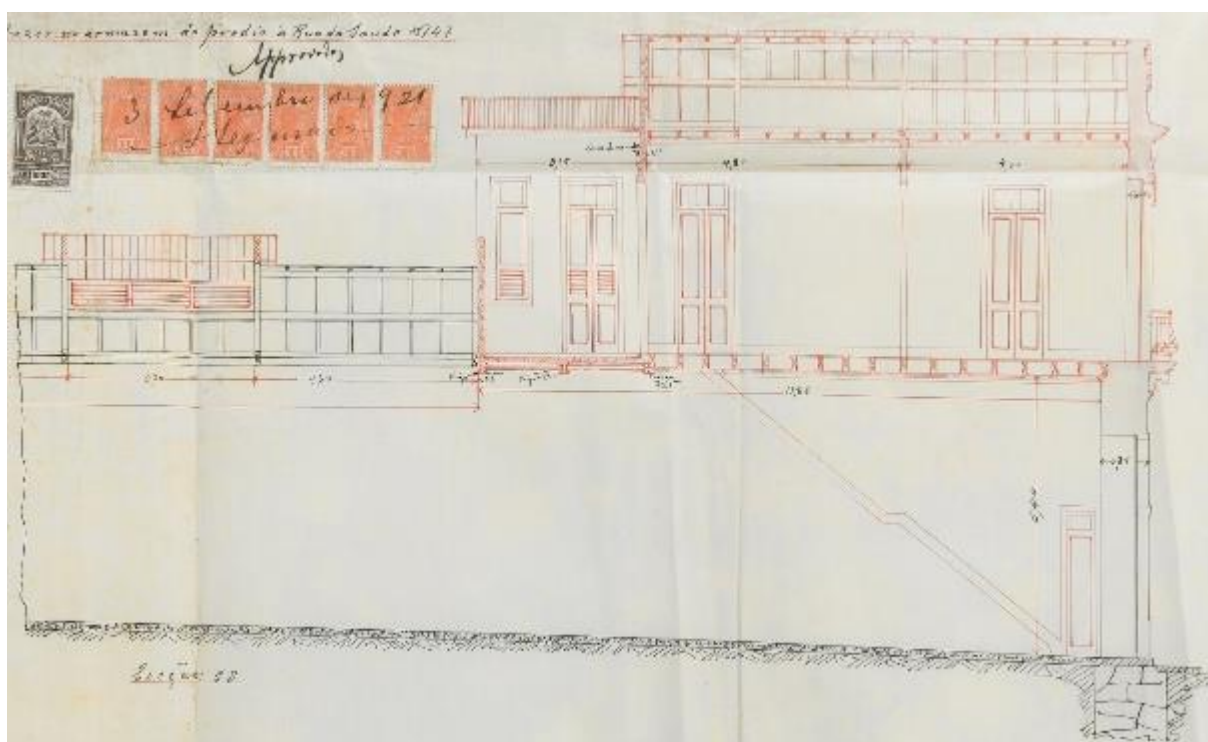
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 100 - Corte CD do edifício Lote 147, Detalhe 1



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 101 - Corte CD do edifício Lote 147, Detalhe 2



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

A última reforma do edifício 147 (Figura 87) data de 1921, mas acredita-se que sua construção é muito anterior e próxima a do lote 145, pois ambos possuem o mesmo desenho em seu primeiro pavimento. Segundo o estudo das diversas plantas da reforma de 1921 o primeiro pavimento da edificação já estava construído e na data citada foi feita uma remodelação deste, construindo-se um segundo pavimento (Figuras 90-100). Diversos edifícios no entorno foram assobradados e ornamentados para se tornarem condizentes a estética eclética nesse período.



Hoje o uso do imóvel é recreativo, pois lá funciona uma boate. Internamente o edifício está totalmente modificado do projeto existente nas plantas de 1921, sendo que muitas outras repartições foram feitas e espaços criados. O edifício possuiu diversos usos nos últimos anos, sendo desde um restaurante até a atual boate, como podemos observar nas imagens do interior (Figuras 88-89). As paredes do imóvel também foram descascadas e excetuando-se a parte assobradada, a cobertura original foi perdida existindo hoje uma cobertura metálica.

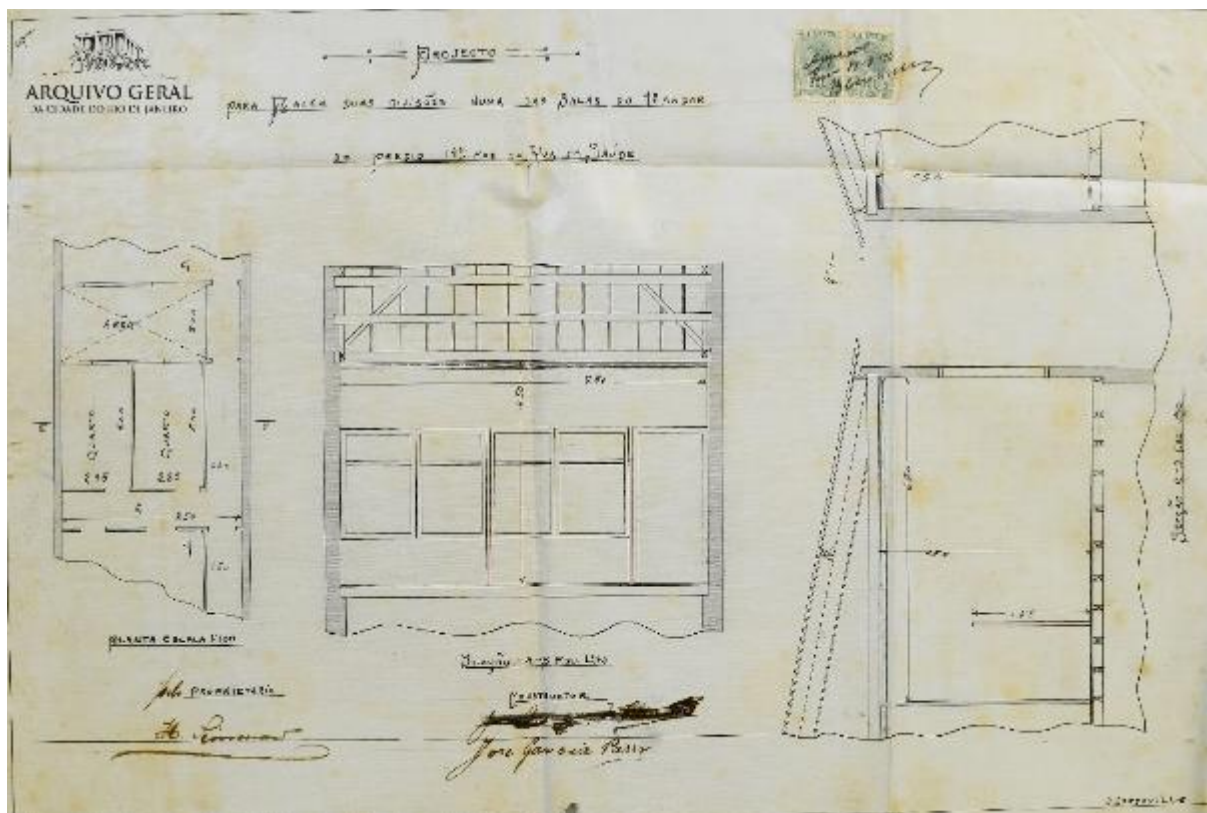
Figura 102 - Edifício Lote 149



Fonte: Foto fachada de Mariane Scarpellini e aérea do Google Earth, 2016.

Finalizando temos o lote 149, cujo atual uso de uma oficina mecânica. A fachada está completamente descaracterizada do que foi sua edificação original, e não resta nenhum trecho da primeira cobertura, temos hoje no local apenas uma cobertura metálica recente (Figura 101). Sabe-se o lote originalmente foi ocupado por alguma edificação que se perdeu, pois existe um projeto de reforma para o edifício do lote 149 datado de 19 de agosto de 1911 (Figura 102). No projeto é prevista duas divisões em uma das salas do primeiro andar do edifício, portanto podemos concluir que no lote existia anteriormente um sobrado, do qual hoje não restam evidências

Figura 103 - Projeto de reforma para Edifício Lote 149



Fonte: Foto fachada de Mariane Scarpellini e aérea do Google Earth, 2016.

Figura 104 - Edifício da Rua do Valongo



Fonte: Foto fachada de Mariane Scarpellini e aérea do Google Earth, 2016.

O lote do final da Rua do Valongo (Figura 103) é o que menos possuímos informação, todavia sabemos que ele só possui a fachada e seu interior não tem nenhuma construção. Podemos chegar a essa conclusão através das fotos aéreas e sabendo que ele não possui uso e está fechado. É um lote de difícil acesso que faz limite com a pedra do Morro da Conceição por um de seus lados e com grandes desníveis na topografia pelos demais lados, com exceção da fachada que é voltada para o fim da Rua do Valongo, configurando assim uma rua sem saída.

Esse estudo é fundamental para a posterior elaboração de um projeto de intervenção contemporânea no local, que pretende dialogar com o entorno e com os elementos ainda existentes nas edificações do conjunto. Para que exista uma conexão entre o novo e o antigo é preciso que o antigo seja apropriadamente estudado, sendo que a análise estrutural e levantamento das técnicas construtivas são um ponto muito importante. Relacionamos acima os edifícios as suas respectivas fotos e dados técnicos. Também foram conseguidas imagens do interior da maioria dos lotes estudados.

Sobre o uso original das edificações os lotes 141, 143, 147 era de uso misto de residência e comércio, enquanto o lote 145 foi construído para abrigar uma cocheira onde eram deixados cavalos e carroças dos moradores e comerciantes que frequentavam a região, por isso diferentemente dos primeiros o lote 145 possui apenas um pavimento e atualmente se encontra tombado pelo município. Não se sabe o uso original do lote 149 mas imaginamos que também foi uma edificação de uso misto com residência e comércio em razão da existência de desenhos referentes a uma reforma realizada em um segunda pavimento e assinalada como pertencente a esse lote, atualmente essa edificação não existe mais e em seu lugar funciona uma oficina mecânica, o que é um uso degradante para o objeto e seu entorno.

O uso deve sempre adequar-se a vários aspectos do objeto como: as demandas do lugar (conjunto, rua, bairro, região), as características físicas das edificações, as leis a que está sujeito como tombamento ou leis urbanísticas. O uso também deve colaborar com as intenções conceituais do projeto, gerando dinâmicas enriquecedoras, características que não são atendidas hoje pelos usos existentes nos lotes escolhidos para a intervenção. Portanto é prioritário ao intervir propor um novo uso, mais adequado, para o conjunto das edificações.

### 2.4.3. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

O método utilizado para a elaboração deste estudo de caso foi a identificação fotográfica e análise das técnicas construtivas presentes no conjunto das edificações eleitas como objeto. Cada técnica identificada foi detalhada segundo o referencial teórico.

Estes são alguns dos métodos construtivos do período, nos quais podemos embasar o estudo do conjunto dos lotes 141, 143, 145, 147 e 149 da Rua Sacadura Cabral. A partir de levantamentos cada aspecto destes será detalhado.

Figura 105 - Parede de Pedra e Cal, lote 147



Fonte: Foto de Mariane Scarpellini, 2016.

**Paredes Estruturais:** As paredes externas que ainda se mantêm das edificações analisadas são feitas de pedra (Figura 104), principalmente o gnaiss em função de sua disponibilidade no Rio de Janeiro, segundo Melo (2006), tal técnica construtiva é tradicional nas regiões litorâneas do Brasil.

Como vemos, apesar das novas possibilidades estruturais disponíveis devido a facilidade de importação de peças metálicas, estas eram empregadas com mais frequência no interior das construções, de modo que as paredes perimetrais continuavam exercendo função estrutural. No caso do Rio de Janeiro, era comum a alvenaria de pedra e cal nas paredes envoltórias da construção, técnica utilizada desde os primórdios da colonização principalmente em cidades litorâneas, onde era mais fácil a obtenção destes materiais. (MELO, 2006, p. 88-89)

Durante o ecletoismo se popularizaram as alvenarias de tijolos e cal, ou seja com o passar do século XIX, no entanto no objeto desse estudo apenas podemos encontrar tijolos na fachada de alguns dos lotes. As paredes que estruturam os edifícios e dividem os lotes ainda são resquícios do sistema construtivo de pedra.

Figura 106 - Acabamentos degradados, lote 143



Fonte: Foto de Mariane Scarpellini, 2016.

**Acabamentos:** Nos edifícios do conjunto estudado podemos observar o emboço, o reboco e a pintura nas fachadas (Figura 105). O emboço e o reboco das paredes externas, que são as restantes nos lotes do conjunto, provavelmente são feitos originalmente de argamassa ordinária de cal por ser mais recorrente o seu uso em comparação com a argamassa hidráulica de cimento Portland. Este último é um produto importado e, portanto, caro para utilização indiscriminada em obras de pequeno porte.

Diante do exposto, a cal provavelmente passa a ser produzida industrialmente a partir de meados do século XIX. Deste modo, as alvenarias deste período continuam a ser revestidas com argamassa de cal, no entanto, emprega-se uma cal de melhor qualidade. Externamente as edificações são em geral rebocadas e pintadas com o mesmo material - uma pasta de cal -, podendo em certos casos, possuir trechos revestidos em azulejos. (MELO, 2006, p. 96)

A pintura das edificações durante o ecletismo era feita através de pigmentos industrializados ou da pasta de cal que apresentava melhor compatibilidade com a argamassa. Os pigmentos industrializados representaram um avanço técnico porque já eram comercializados moídos o que facilitava sua utilização.

Figura 107 - Esquadrias do pavimento superior, lote 143



Fonte: Foto de Mariane Scarpellini, 2016.

Figura 108 - Esquadrias do pavimento inferior, lote 147



Fonte: Foto de Mariane Scarpellini, 2016.

**Esquadrias:** As janelas de madeira de duas folhas foram amplamente utilizadas no período, sendo que nos casos estudados temos esquadrias sem bandeira, com almofadas, com caixilhos de vidro e venezianas no pavimento superior (Figura 106). Já as portas do pavimento inferior possuem bandeiras ora em forma de arco pleno, como é o caso dos lotes 145 e 147, ora em formato retangular como no lote 143. As bandeiras em forma de arco são de ferro fundido enquanto as portas de todos os edifícios do conjunto foram possivelmente substituídas nas fachadas (Figura 107).

Figura 109 - Elementos decorativos, lote 147



Fonte: Foto de Mariane Scarpellini, 2016.

**Elementos Decorativos:** No conjunto abordado existem poucos elementos decorativos o que demonstra a simplicidade das edificações a partir de sua falta de requinte (Figura 108). Nas edificações ecléticas a quantidade de ornatos e demais elementos decorativos simboliza o poderio econômico dos proprietários, no entanto possivelmente as edificações abordadas não eram residências de proprietários importantes, com sublojas que poderiam ser comércios, fábricas ou depósitos em função de sua proximidade com o cais.

Os elementos decorativos presentes na fachada podem ser ou de estuque ou de cimento Portland. O estuque segundo Melo (2006) é composto por uma

argamassa de gesso, cal ou cimento acrescida de água e possivelmente de areia que podem receber um elemento estruturante como pelos, fibras vegetais, madeira ou telas metálicas. O cimento Portland era um material importado e caro sendo usado sobretudo para ornatos externos de produção em série que é moldado através de um modelo de gesso.

Figura 110 - Platibandas do conjunto, lotes 141, 143, 145, 147 e 149



Fonte: Foto de Mariane Scarpellini, 2016.

Coberturas: Em todos os edifícios do conjunto que ainda possuem cobertura os telhados ficam ocultados por platibandas, marca do ecletismo carioca (Figura 109). Temos conhecimento que a maioria dos lotes tiveram sua cobertura extinta ou modificada, no entanto o lote 145 ainda possui um telhado de quatro águas que possivelmente é original e o lote 147 um telhado de duas águas também possivelmente original.

No ecletismo, devido ao amplo leque de soluções formais, possibilitado pela própria definição do termo, dependendo da referencias tipológicas adotada os telhados podem ficar aparentes ou serem ocultados pelo uso das platibandas, sendo este último mais comum, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro. (...) (MELO, 2006, p. 131)

Os aspectos construtivos da arquitetura eclética são muito variados, pois a mesma se vale de uma grande variedade de soluções formais em suas edificações, os principais estão detalhados aqui. No conjunto edificado que é o objeto desse estudo existem esses elementos construtivos, conforme foi assinalado anteriormente, e eles farão parte da nova intervenção arquitetônica juntamente com técnicas e métodos contemporâneos, pois possuem valor por vezes histórico ou artístico e também estão protegidos pela legislação vigente.

Do conjunto de 5 edifícios consecutivos escolhidos para estudo, apenas 3 apresentam características favoráveis à conservação parcial. Conclui-se com os

estudos individuais que os lotes 141 e 149 possivelmente ruíram e foram totalmente reconstruídos na segunda metade do século XX, não fazendo parte do conjunto eclético e, portanto, configurando áreas propícias a uma intervenção contemporânea que dialogue com os demais edifícios do conjunto escolhido e lotes do entorno.

O lote 143 que atualmente comporta um estacionamento já não mais apresenta nenhum traço de seu interior, não possuindo cobertura ou paredes internas, assim sendo, apenas a fachada ainda pode ser recuperada. Já os lotes 145 e 147 que estão em bom estado de conservação externamente foram completamente descaracterizados interiormente, tendo apenas as paredes externas preservadas. Isso aconteceu mesmo o lote 145 estando sob a proteção do tombamento municipal.

Enfim, todos os lotes interiormente estão descaracterizados, fato que possibilita inúmeras intervenções. No entanto a manutenção da forma dos lotes, das alvenarias externas originais e das possíveis coberturas originais é uma possibilidade que valoriza elementos com relevância histórica e, portanto, a sua preservação neste caso é positiva. Qualquer projeto a ser implantado deve considerar esse aspecto e se possível com delicadeza sobrepor o programa da edificação com a morfologia existente.

Entendemos aqui que as alvenarias externas assim como as fachadas e as paredes que dividem os lotes e, portanto como dito anteriormente, a sua manutenção e restauro se justifica pelo valor histórico e artístico que lhe são agregados. Outra questão que justifica o restauro no caso das fachadas é a clara intenção do projeto de preservar a ambiência da rua Sacadura Cabral e criando uma unidade entre os edifícios, as quadras e a rua como um todo.

Como proposição de ações projetuais para intervir nesse conjunto podemos destacar a restauração, levando sempre em conta as modificações do tempo, das fachadas dos lotes 143, 145 e 147 além de intervenções no interior destes e a substituição das edificações dos lotes 141, 149 e do lote com fachada pra a rua do Valongo por uma arquitetura contemporânea que se diferencie, mas mantenha algumas das características que produzem a unidade morfológica do conjunto da rua, como por exemplo a volumetria, a implantação, a escala, a densidade, o ritmo ou as cores (ANDRADE JUNIOR, 2008) acerca da forma arquitetônica, seus elementos e aspectos. (Planta de “a demolir” em apêndice)



### **3. PROJETO DE INTERVENÇÃO COMO DIÁLOGO ANTIGO-NOVO**

#### **3.1. INTERPRETAÇÃO DO CONTEXTO E CONCEITUAÇÃO DA PROPOSTA**

Uma intervenção aqui é entendida segundo a definição de Solà-Morales (SOLÀ-MORALES, 2006, p. 15) como uma interpretação no presente e que implica toda uma série de escolhas baseadas em teorias e conceitos próprios ao campo do patrimônio. O arquiteto deve estar ciente dos debates contemporâneos sobre arquitetura e patrimônio, para que possa fundamentar suas escolhas.

Para Solà-Morales (2006) todo problema de intervenção arquitetônica é fundamentalmente um problema de interpretação da "preexistência", pois as formas de intervir são formas de interpretar e moldar o discurso que o bem pode produzir na atualidade. Intervir nesse contexto é fazer com que o edifício se expresse no presente e para isso o arquiteto deve escolher um caminho, uma direção. Como coloca em "Do contraste à analogia: novos desdobramentos do conceito de intervenção" de 1985, uma intervenção pode reconhecer o significado dos elementos históricos preexistentes e trabalhá-los, por exemplo, de forma analógica (2006a, p.262) em uma nova edificação compreendendo uma operação estética imaginativa que antes de qualquer coisa reconhece e interpreta a estrutura do lugar em que o bem está inserido, propondo a intervenção como a ela intrinsecamente relacionada.

Francisco de Gracia (DE GRACIA, 1992), um teórico do campo do patrimônio, em seu texto "Construir em el construido" afirma que em uma intervenção a nova arquitetura deve se distinguir por deixar evidente sua identidade, fazendo prevalecer a ideia de singularidade. Mesmo em se tratando de intervenções em centros históricos a expressão da arquitetura deve referenciar a seu próprio tempo, o presente. Portanto, mesmo trabalhando com elementos de outros tempos a intervenção deve refletir uma interpretação atual na qual uma identidade conceitual do projeto deve existir de forma clara.

Ainda de acordo com os pensamentos de Francisco de Gracia, os centros históricos, como o local de proposição deste trabalho (ver Figura 20) e que também evidenciam o processo da colagem temporal urbana discutido anteriormente, sofrem

um processo de obsolescência e degradação, como qualquer outro lugar construído, que pode ser retardado apenas parcialmente.

Existe em função disso uma tensão regeneradora que tende a renovação morfológica da cidade. Assim como não podemos ignorar os diversos tempos que constituem os centros históricos, muito em função da existência de elementos sobrepostos que os evidenciam, também não podemos ignorar as presentes e futuras modificações que são fruto desta tensão regeneradora urbana.

Quando propomos uma intervenção neste contexto estamos lidando com a questão dos tempos existentes e esboçando uma ideia para o futuro desse lugar por meio de ações projetuais. Assim, trabalhar com a preexistência requer cuidado e para tanto se fazem necessários estudos pormenorizados e uma justificativa clara. Para Kühl (2012), uma intervenção deve ser sempre justificada a partir dos motivos pelos quais o bem deve ser preservado, especialmente nos aspectos que contribuem para a ambiência da rua, a leitura espacial pelos usuários e a identificação da memória no lugar.

A partir da justificativa do projeto são feitas as escolhas compositivas que devem, também, sempre se basear em um estudo aprofundado do objeto e do contexto onde é feita a intervenção, além de prezar pela qualidade do projeto.

Os estudos pormenorizados são condições necessárias para uma intervenção fundamentada, mas não são suficientes para um bom projeto de intervenção, que requer maestria no que se refere à qualidade do próprio desenho, ao equilíbrio da composição como um todo e está sujeito à crítica arquitetônica. (KÜHL, 2012, p. 7)

Podemos extrair dos estudos pormenorizados realizados anteriormente e detalhados principalmente no capítulo 2, alguns pontos que são fundamentais a intervenção. Deste modo, nossa proposta é agir no contexto em questão, de forma a não subverter as principais características dos objetos construídos com os quais se trabalha, como por exemplo, manter a ambiência, preservando as fachadas como um conjunto em prol da leitura espacial da rua e a morfologia do padrão dos lotes.

Inserir elementos novos que se expressem na relação com a preexistência e sem que esta seja ofuscada ou diminuída é o principal desafio do projeto. A intenção é justapor elementos novos buscando uma “condição de equilíbrio” entre o novo e o antigo, afirmando a contemporaneidade da intervenção de forma harmônica e não se esquecendo do contexto urbano em que está inserida.

Essas soluções são atinentes à cultura arquitetônica de um dado período, e devem ser merecedoras da denominação arquitetura: ou se trabalha com diferenciação em consonância, a que tendem as proposições de Brandi e da vertente crítico conservativa, através do desenvolvimento da unidade potencial; ou se trabalha com diferenciação em dissonância em relação ao existente, como admitiam Riegl e Zevi e como preconiza a vertente da conservação integral. Em ambos os casos é necessário fazer uso da criatividade. (KÜHL, 2008, p. 163-164)

Kühl se utiliza de uma metáfora musical para ilustrar tipos de intervenção, associando a assonância a uma arquitetura que busca a neutralidade e se pronuncia de forma quase imperceptível, a consonância a uma busca pela harmonia por meio da repetição de parâmetros formais e a dissonância pela quebra de padrões existentes no entorno.

Ainda segunda a metáfora musical, no momento em que o todo de uma arquitetura é traçado, sua postura deve ser sempre a de uma polifonia e não a de uma cacofonia, e fundamentalmente é neste último aspecto que percebemos a sensibilidade do desenho de um projeto arquitetônico. (KÜHL, 2008, p. 165). Para a autora, independente da postura arquitetônica adotada, o projeto deve ser criativo e coeso, de forma a não pecar pelo excesso de padrões e comprometer assim a sua leitura, isso geraria a referida cacofonia.

Em relação ao projeto desenvolvido podemos perceber que, de fato, em diferentes aspectos, posturas variadas são adotadas buscando uma polifonia harmônica. Essa intenção fica clara quando analisamos separadamente diferentes elementos da proposta e como interagem com o conjunto arquitetônico de valor patrimonial, a pré-existência imediata, e seu entorno.

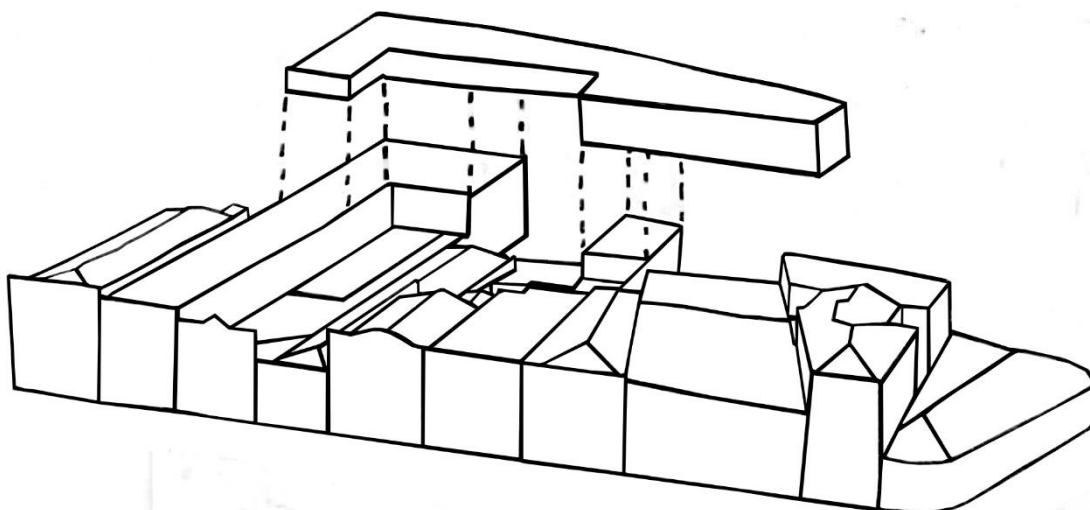
Quanto à fachada, primeiro item analisado aqui, o projeto buscou ser consonante com as edificações vizinhas, seguindo os gabaritos e as principais linhas presentes na estrutura compositiva das fachadas dos prédios preexistentes. Isso acontece porque uma das diretrizes do projeto é reestabelecer uma unidade nas fachadas da Rua Sacadura Cabral, prezando pela ambiência do lugar.

A Rua Sacadura Cabral com seu traçado que demarca o antigo limite da linha do mar é uma das principais permanências a serem reafirmadas pelo projeto. Caso uma postura dissonante fosse adotada nesse aspecto do projeto, a leitura hoje já muito tênue seria ainda mais prejudicada. Portanto, a consonância formal nas fachadas foi proposta para que o projeto pudesse valorizar a unidade da rua. Todos os estudos desenvolvidos anteriormente sobre a morfologia da Rua Sacadura Cabral servem como justificativas para as decisões projetuais tomadas.

É válido retomar aqui a percepção da divisão da rua em dois momentos, antes e depois da Avenida Barão do Tefé, o que configura uma quebra na unidade do desenho urbano. Além da perda progressiva da unidade formal das fachadas em função das modificações que se impuseram como consequência do processo de modernização da área. Enfim, a opção pela consonância na fachada do projeto se justifica como uma oposição à fragmentação que a rua vem sofrendo.

A volumetria proposta, segundo aspecto a ser analisado, está diretamente relacionada com outras intenções do projeto, que são principalmente a de promover um acesso integrado à Rua do Valongo e a de gerar uma ligação longitudinal entre os lotes do conjunto, através da inserção de um elemento novo com uma volumetria horizontal que se posiciona de forma transversal à divisão dos terrenos.

Figura 111 - Desenho que ilustra a sobreposição da volumetria transversalmente



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Morfologicamente o volume contrasta com as edificações vizinhas e com o desenho dos lotes (Figura 110), mesmo estando recuado do alinhamento da fachada. O recuo do volume proposto para com a fachada dos lotes na Rua Sacadura Cabral faz com que não se rompa a consonância proposta e defendida anteriormente, não comprometendo a visão e percepção do pedestre a partir do ponto de vista da rua.

O novo elemento estando posicionado mais próximo à parede de pedra cria uma nova relação com o morro, pois tal proximidade privilegia a melhor visualização do bem – valorizando-o intencionalmente também como patrimônio. Os volumes

buscam um equilíbrio formal de cheios e vazios de forma a valorizar os encontros entre elementos de temporalidades distintas. A dissonância promovida pela diferença do projeto novo em relação ao padrão da tipologia dos lotes acaba por ressaltar e criar mais importância visual a repetição e alinhamento das paredes históricas.

As visuais criadas a partir do novo volume privilegiam não só a pedra e o morro, mas também o entorno imediato como o trecho da Rua Sacadura Cabral e o Cais do Valongo, além é claro do próprio projeto. Pelas visadas propostas são valorizados as coberturas preservadas, o fundo de uma das fachadas antigas, o topo das paredes históricas, os tetos jardins que são também áreas de exposição, os pátios internos, o novo volume das habitações, o novo volume da administração, o novo volume da galeria e os jardins.

Os modos de relacionar a arquitetura contemporânea e a preexistência são reconhecíveis como posicionamentos do arquiteto sobre questões as quais elege para trabalhar. Nas palavras do arquiteto Bernard Tschumi:

A arquitetura não começa do zero. Ela começa com um programa, local, história, ou as muitas outras restrições caóticas que são entregues ao arquiteto no início de um projeto. Uma arquitetura que pretende ser tão autônoma que não possui um ponto de partida extrínseco, ou que começa de dentro de si, é arbitrária. Da mesma forma, a arquitetura não depende de um subjetivo, pessoal ou restrições. É sobretudo sobre questões e problemas de definição. (TSCHUMI, 2012, p. 747, tradução nossa)

Determinar o conceito do projeto, como pensamento de projeto, é o ponto de partida de qualquer posicionamento, ainda segundo Tschumi (2005) “não existe arquitetura sem conceito (...). O conceito, não a forma, é o que distingue a arquitetura de uma mera construção.” Aqui entende-se que elaborar o conceito do projeto é sugerir ações a partir de perguntas ou problemas, que não pressupõem a existência de uma única solução ou resposta específica.

Segundo Tschumi (2005) podemos “conceituar o contexto” e “conceituar o conteúdo”, o que se aplica em nosso projeto da seguinte forma: o desejo de construir relações topológicas com o sítio a partir dos níveis e visuais é uma forma de conceituar o contexto e a relação programática com a comunidade do Morro da Conceição é uma forma de conceituar o conteúdo. Para ele (TSCHUMI, 2005) o arquiteto deve ser mais investigativo acerca dos conceitos e trabalhar com sua conseqüente materialização.

Fabiola Zonno (ZONNO, 2016)<sup>6</sup>, ao aproximar da discussão do patrimônio o pensamento de Tschumi e de outros arquitetos contemporâneos, sugere uma necessária reflexão sobre o tema da contextualização segundo sua compreensão na contemporaneidade como “modos de interpretação do lugar”. A autora defende o reconhecimento do posicionamento dos arquitetos como “poéticas” em projetos de intervenção antigo-novo devem ser analisados à luz de discussões teóricas e estéticas presentes nos debates da fenomenologia, do estruturalismo e do pós-estruturalismo. Defende ainda (ZONNO,2017), acompanhando o pensamento de Tschumi, que em todos os casos, o pensamento do projeto como interpretação, deve ser fruto de uma problematização que reconheça a complexidade de cada situação.

Figura 112 – Esquema de cheios e vazios da fachada



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Assim, compreendemos que a conceituação deve se dar também a partir das idiossincrasias e restrições, como no caso do projeto, as restrições legais e a existência de um edifício tombado municipalmente. Questões próprias do contexto como a relevância histórica de elementos de seu entorno imediato, como os Jardins do Valongo e Cais do Valongo, se impõem de forma forte na conceituação do contexto –como integração espacial e visual. A morfologia do projeto baseia-se no resgate da unidade formal da rua (Figura 111) e na ruptura da lógica longilínea do padrão de parcelamento dos lotes, compondo uma volumetria que se situa em meio a pré-existência edificada.

O desenho da fachada foi feito baseando-se nas linhas que estruturam a composição das fachadas existentes no conjunto e nas edificações vizinhas (Figura

---

<sup>6</sup>Em artigo publicado que aponta os resultados de sua pesquisa, apresentados como conteúdo e estrutura da disciplina Intervenções Contemporâneas em Sítios Históricos no Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio – PROARQ.

112). Preserva-se as fachadas existentes. Na visão do pedestre, reconhece-se a analogia, sem criar rupturas quanto ao gabarito, mas ao mesmo tempo se observa uma diferenciação quanto ao ritmo.

Figura 113 - Linhas de força das fachadas antes e depois da intervenção



Fonte: Elaborado por de Mariane Scarpellini, 2017.

No projeto busca-se pensar a relação com o entorno também através da materialidade. A pedra foi escolhida como material principal da fachada como uma forma de remeter a memória da pedra da Prainha que originalmente ocupava o território onde será edificado o projeto. O elemento pedra também remete e dialoga diretamente com o material das paredes que delimitam os lotes, que ficaram à mostra no projeto. Sabe-se que elas são os vestígios mais antigos das primeiras edificações feitas no local, logo após a demolição da Pedra da Prainha.

Também busca responder ao contexto, propondo uma ligação entre a Rua Sacadura Cabral e os Jardins do Valongo, que envolve um percurso com diversas visuais entre os níveis do projeto (Figura 113). O percurso proposto, que compreende o interior da galeria, não recorre apenas ao visual ao trabalhar com a presença da luz natural e a criação de pontos de vista estratégicos, mas também a materialidade das paredes, pisos e teto com texturas que são percebidas de modo tátil.

Figura 114 – Acessos do Projeto e seu caráter



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Todos os elementos do projeto, principalmente no percurso da galeria que integra a rua Sacadura Cabral e os Jardins do Valongo, são pensados para criar percepções diferentes em cada um dos momentos do trajeto. São feitas aberturas zenitais para a luz, aberturas nas paredes para criar enquadramentos, a diferenciação do material das paredes históricas das novas e o jogo entre opacidade e translucidez com a recorrente presença da alvenaria e do vidro.

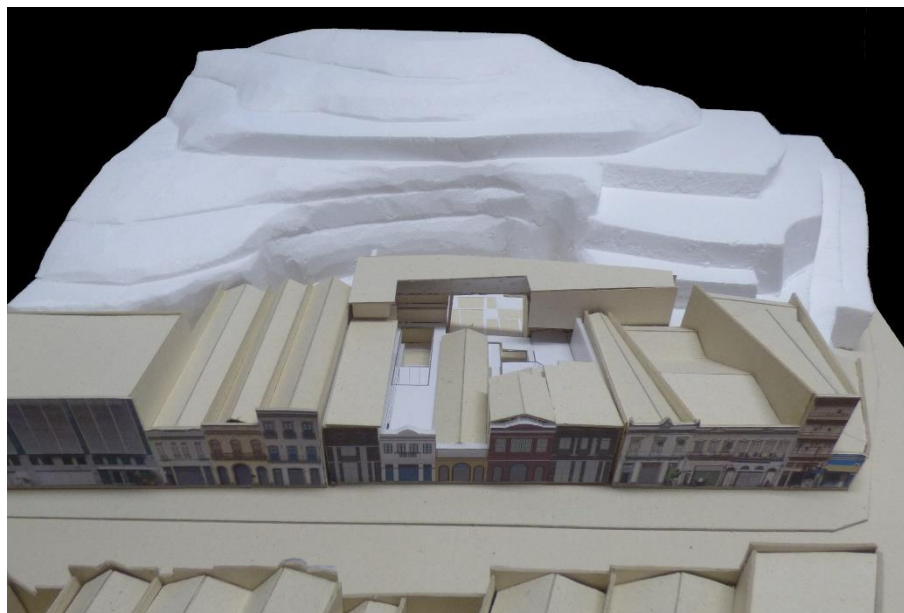
Quanto a escolha dos materiais das novas fachadas, trabalha-se alvenaria de pedra, o concreto aparente, o vidro nas aberturas, e pintura branca nos frisos. Cada um desses materiais tem uma razão conceitual para ser escolhido. A alvenaria de pedra possui um desenho, cor, textura, tamanho e tipo das pedras diferentes das paredes de pedra históricas existentes na divisa dos lotes, ela se diferencia mas ao mesmo tempo referência o material tradicional. A mesma dinâmica pode ser percebidas com relação a Pedra da Prainha, que tem sua presença sugerida na fachada da rua Sacadura, sendo que um dia no passado ela já ocupou esse espaço.

O concreto aparente e o vidro, materiais francamente modernos, compõem com a ideia do cheio e do vazio na fachada, também são utilizados nos interiores, dialogando com o tijolo aparente pré-existente; as novas paredes neutras visam destacar o peso da materialidade do histórico, reafirmando-o. O projeto continua, por meio de suas ações a sobrepor camadas no lugar e criado diálogos não só entre os materiais, mas também entre formas, cores, volumes, ritmos, dentre outros aspectos.



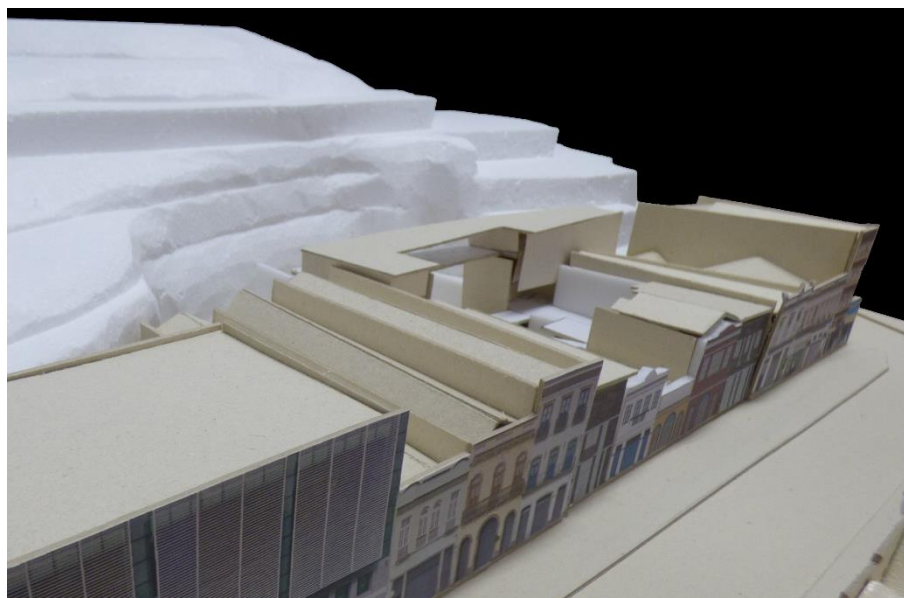
O projeto busca se inserir na cidade contemporânea discutindo ainda as suas demandas sociais e culturais a partir da proposta programática, como veremos a seguir.

Figura 115 – Maquete com o contexto.



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 116 – Maquete com o contexto.



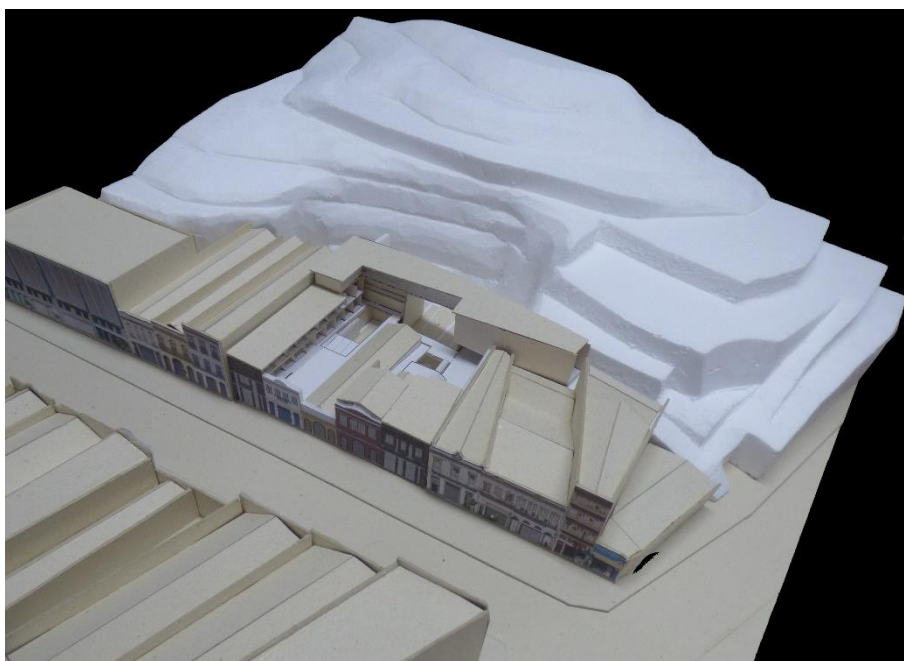
Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 117 – Maquete com o contexto.



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 118 – Maquete com o contexto.



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 119 – Maquete com o contexto.



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

### **3.2. A PROPOSTA DE RESIDÊNCIA ARTÍSTICA - UM PROGRAMA CULTURAL E HABITACIONAL**

Atualmente os lotes do conjunto se encontram subutilizados: um deles se encontra completamente vazio e fechado, um funciona como um estacionamento de veículos, dois apresentam uso sazonal de espaços alugados para eventos e finalmente o último lote possui o uso de oficina. No período do dia, de segunda a sexta, apenas a oficina e o estacionamento funcionam, já no período noturno eventualmente e sobretudo nos finais de semana dois dos lotes tem uso recreativo.

A escolha do uso carrega relação com o conceito e também com o contexto. Ainda seguindo o pensamento de Tschumi (2005) as justaposições de conteúdos em determinados contextos podem levar a questionamentos sociais e arquitetônicos, o que propositalmente pode gerar indiferença, reciprocidade ou conflito. O uso, como parte do conteúdo do projeto, quando determinado é um instrumento para o arquiteto se posicionar perante o contexto em que a obra está inserida e, portanto, propor uma mudança no atual uso desses lotes é fundamental para que eles se integrem as novas dinâmicas propostas para a região.

O uso proposto para os lotes, uma residência artística, integra habitação e equipamento cultural colaborando assim com duas grandes necessidades da região, como forma a criar uma relação de reciprocidade com o contexto. Este uso ajuda a adensar os coeficientes populacionais, o que é uma das metas dos projetos urbanos que estão sendo implantados. A região portuária tem uma perspectiva do crescimento do número de habitantes dos atuais 32 mil para 100 mil até 2020 que pretende ser alcançada através de incentivos e leis urbanas. O decreto Nº 39.680 de 23 de dezembro de 2014 é uma medida governamental que tem o intuito de fomentar o uso para habitação dos edifícios atualmente subutilizados na Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU do Porto do Rio de Janeiro, e engloba a APAC SAGAS.

Já a produção de espaços destinados a cultura é fundamental em qualquer urbanização contemporânea, e não é uma surpresa vê-la em evidência no porto carioca. A importância deste tipo específico de espaço na “Era da Cultura” é tão grande que Otília Arantes (1996, pág. 152) o define como parte das estratégias governamentais em todos os âmbitos e em todos os posicionamentos políticos, de direita à esquerda.

Antes um direito, agora uma obrigação político-administrativa, a cultura tornou-se peça central na máquina reprodutiva do capitalismo, a sua nova mola propulsora. Conscientes disso, alguns governos, embora acossados pela crise e pela avalanche neoliberal, não titubearam, por exemplo, em restringir o orçamento do sistema previdenciário e ao mesmo tempo investir no campo do *culturel* em expansão (de retorno seguro e rápido), fundindo publicidade e “animação cultural” (o exemplo máximo foi sem dúvida a França de Mitterrand) (ARANTES, 1996, p. 153-155).

A região portuária é ao mesmo tempo a menos populosa do município do Rio de Janeiro e a que abriga um dos polos de maior efervescência cultural da cidade atualmente, fortemente incentivado pelos poderes públicos por meio de projetos como o do Porto Maravilha. O turismo cultural se faz aqui presente e traz consigo diversas questões nas quais não vamos nos alongar, mas sob o ponto de vista de sua crítica desenvolvida por Choay (2001), vamos propor um uso cultural que seja voltado para a comunidade local e não para o turismo cultural. A proposta de uso nasce também dessa diretriz.

Portanto, é necessário urbanisticamente propor habitação, mas é fundamental observando-se a dinâmica social e econômica da cidade propor um uso ligado a cultura na região portuária. A intenção dessa proposição é fomentar uma discussão acerca do formato dos equipamentos culturais hoje existentes no local e a que tipo de público eles se destinam, criando um contraste com o posicionamento dos demais objetos de cultura da região, como o MAR e o Museu do Amanhã que se destinam claramente ao turismo cultural.

O processo que levou a região portuária a se tornar um novo centro de cultura da cidade do Rio de Janeiro, e sua implicação gentrificadora, está extremamente vinculado aos museus e suas propostas.

Inevitável a sua (MAR) relação com o projeto Porto Maravilha que pretende revitalizar a ampla área do porto, bem como os bairros vizinhos da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. A Praça Mauá surge nesse contexto como uma espécie de grande antessala dessa nova cidade que se anuncia: o grande hall do Porto Maravilha. Justamente por isso a área ficou reservada para a instalação de marcos culturais: o MAR e o Museu do Amanhã (no píer). (KAMITA, 2013, pág. 2)

Os marcos culturais como os grandes museus representam a espetacularização fomentada pelo Projeto Porto Maravilha, enquanto a residência artística em função de sua escala e objetivos confronta esta ideia. A escolha desse uso para a área se dá como uma diferenciação ao discurso já estabelecido de produção e apresentação de cultura como “animação cultural” e busca novas formas de interação da arte com o espaço.

Figura 120 – Residência artística que integra habitação a um produtor cultural



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 121 – Residência artística que integra habitação a um produtor cultural



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 122 – Residência artística que integra habitação a um produtor cultural



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 123 – Residência artística que integra habitação a um produtor cultural



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Como dito anteriormente, um forte motivo para a escolha deste uso é que ele une demandas culturais e habitacionais, o que é vantajoso levando em conta o complexo perfil da urbanidade com a qual tratamos, mas outro ponto relevante acerca do conteúdo de projeto proposto é que ele também busca atender questões sociais. As demandas culturais da população local, ainda não são supridas de forma eficiente pelos objetos de cultura existentes na região. Assim propõe-se um programa variado, com foco principal na relação entre a habitação e um produtor cultural voltado à comunidade que atende esse público com aulas e workshops (Figura 120 e 123).

O objetivo do novo uso, ou seja, da proposta de uma residência artística é oferecer um local de pesquisa em arte e de criação vinculado a um projeto gestor específico onde seja possível fornecer ao artista um local para exposição das obras criadas durante sua permanência na residência e gerar desta e de outras formas uma interação com o público. A maioria das residências artísticas conjugam os objetivos de edificar um local que dê qualidade de pesquisa e criação para a produção de arte, expor as obras produzidas no período de permanência de cada artista e criar uma interação entre a residência, o público e a comunidade (Figura 124).

Figura 124 – Galeria para a exposição das obras produzidas pelos artistas



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

A escolha do uso de residência artística para o projeto de intervenção se deu em função da compatibilidade com a intenção de propor um uso transformador



para o espaço. Em relação à dinâmica entre o conceito e o conteúdo, uma intervenção contemporânea em um objeto construído de valor histórico, dando visibilidade ao processo de transformação dos espaços e, portanto, um uso que tenha essa intenção se enquadra no diálogo antigo novo inicialmente proposto.

A residência artística também, de certo modo, colabora com a crítica a estrutura organizacional da gestão urbana ao inserir na área artistas com potencial criativo para problematizar as novas dinâmicas sociais em suas obras, eles têm o papel de ler e pensar artisticamente o lugar. Os produtos resultantes desse trabalho serão apresentados ao público e discutidos com a comunidade, por meios de programas de aulas e workshops onde nascem interações construtivas (Figura 125 - 127).

Figura 125 – Vista dos jardins do projeto onde interagem artistas e comunidade



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 126 - Vista do vão onde interagem artistas e comunidade



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 127 - Vista do vão onde interagem artistas e comunidade



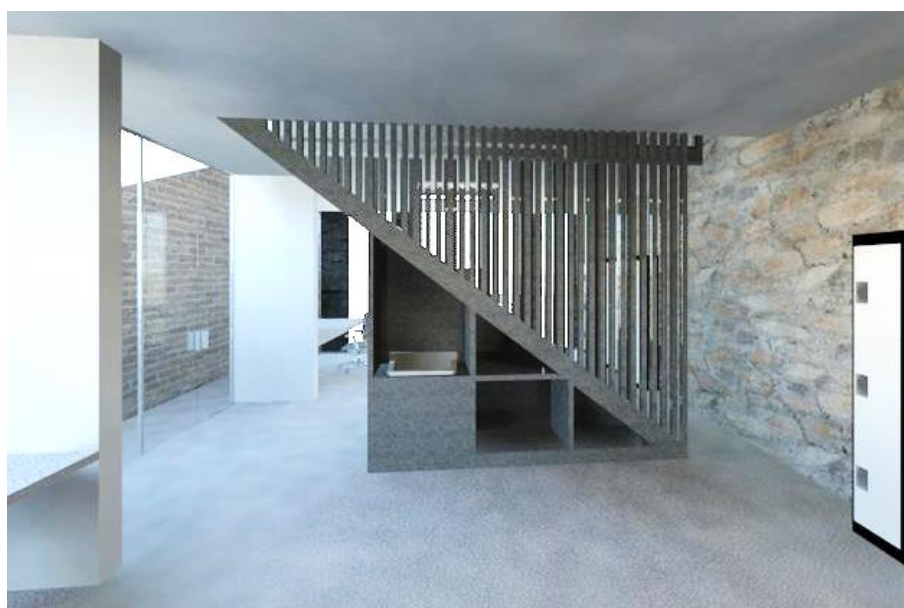
Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

O uso de edificações como residências para artistas, não é novo, mas o conceito de residência artística atual ainda é pouco conhecido. Existem variados programas de residência artística, em diversos lugares do mundo nos quais podemos nos referenciar. Alguns são pagos e outros oferecem bolsas, mas o princípio fundamental é o mesmo; o deslocamento do artista para um lugar onde haja uma vivência potencial a ser explorada que possa contribuir na experiência individual e na produção do mesmo ao mesmo tempo em que este último participa da transformação do lugar que está vivenciando.

A maioria dos projetos prevê seis meses para a permanência dos artistas e esse é um tempo médio que podemos adotar aqui. Existem residências que somente recebem algumas especialidades artísticas enquanto outras são mais gerais e promovem a integração entre as diferentes artes, o mesmo acontece com a presença ou não de estrangeiros nas residências. Acredito que ambos os posicionamentos são válidos para o enriquecimento da experiência do artista. Conviver com pessoas de nacionalidades e especialidades diferentes pode valorizar em muito a produção de cada indivíduo e conseqüentemente sua troca com o meio em que se insere por meio de seus trabalhos expostos.

Para começar a definir o programa detalhado é preciso determinar de uma forma mais abrangente alguns núcleos baseados nos usos que comportam e como podem se relacionar de forma específica no projeto.

Figura 128 - Ateliês individuais



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Primeiramente os ambientes relacionados diretamente ao uso residencial como quartos, sanitários, cozinha e lavanderia são pensados para dar qualidade de hospedagem aos artistas e se relacionam em primeiro momento com os ambientes de produção individuais e coletivos restritos aos moradores como os ateliês individuais, coletivos e estúdios. Sendo locais que dão qualidade de pesquisa e criação para a produção de arte, ou seja, ambientes de uso residencial, de pesquisa e de produção artística (Figura 128).

Como local de exposição das obras produzidas foram determinados dois espaços do projeto: a galeria que permite no seu percurso uma ligação física da rua Sacadura Cabral com os Jardins do Valongo e o espaço verde não edificado que faz limite com a Pedra do Morro da Conceição. Tanto as obras plásticas como as performáticas encontram um espaço de exposição no projeto. Aqui é relevante citar a possível apropriação do ambiente público urbano pelos artistas e suas obras em função da localização estratégica da residência e sua proximidade aos já referidos Jardins do Valongo e Cais do Valongo. Enfim, são ambientes de exposição permanentes para as obras produzidas no período de permanência de cada artista e espaços eventuais de exposição como a Galeria e os Jardins. As coberturas verdes que também funcionam como jardins do projeto podem ser eventualmente apropriadas para exposições (Figura 129-130).

A interação entre residência e comunidade seria a terceira grande intenção de projeto. Criar espaços que possam ser abertos a aulas e workshops para que os moradores locais também se apropriem da intervenção. O Grande Ateliê tem esse caráter coletivo podendo ser eventualmente aberto ao público, ele abarca a comunidade e é o centro do projeto, se situando no imóvel tombado do conjunto. Existem também apoios como os banheiros e cantina que são abertos tanto ao fluxo dos visitantes da galeria quanto dos estudantes que eventualmente participam desses acontecimentos. São lugares que geram uma interação entre a residência, o público e a comunidade, ou seja, ambientes versáteis que podem abrigar aulas e workshops como o Grande Ateliê, edificação central do projeto.

Figura 129 – Coberturas verdes acessíveis pela galeria



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 130 – Coberturas verdes acessíveis pela galeria



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

A interdisciplinaridade das artes é também uma opção para se delimitar o programa, fazendo com que artistas de diferentes áreas possam trabalhar juntos. Assim considera-se um público diversificado compatível ao potencial da área de inserção do projeto.

Traçamos a relação do espaço com variadas artes e concluímos que algumas delas funcionariam bem: as artes performáticas em função da proximidade a Pedra do Sal e as raízes do samba e as artes plásticas em razão da grande presença de museus e outros edifícios culturais que criam um circuito artístico na região portuária.

São propostos como áreas mais privadas dos artistas, os dormitórios como ambientes individuais e a cozinha, lavanderia e estares como ambientes coletivos (Figuras 131-136). O primeiro núcleo do programa é a residência – que reúne espaços de produção, dormitório e convivência dos artistas. O modelo de quarto proposto que se baseia em duas tipologias: uma apenas dormitório, que considera o trabalho dos artistas em ateliê coletivo e uma que une o dormitório a um ateliê individual.

Figura 131 - Dormitório



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 132 - Cozinha



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 133 - Cozinha



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 134 – Estar



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

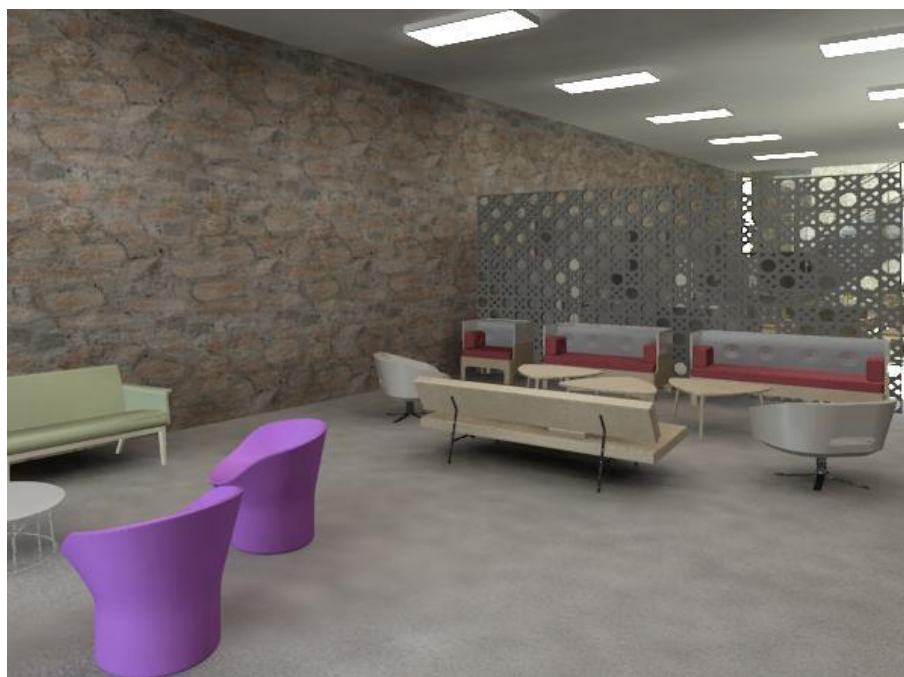
Figura 135 – Estar



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.



Figura 136 – Estar



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Vale colocar que, no que se refere aos espaços de produção, existem algumas singularidades de produção artística, como por exemplo, nas performáticas, a necessidade de um ambiente tratado acusticamente e com assoalho apropriado. Desta forma os artistas performáticos seriam locados nos quartos da tipologia apenas residencial e fariam sua produção nos estúdios coletivos. Nas artes plásticas existem possibilidades de produção diferentes, dada a natureza dos materiais com os quais um artista trabalha ou mesmo se experimenta criar de modo mais coletivo.

Os ambientes de pesquisa são pensados para receber todos os artistas residentes, os estudantes e principalmente a comunidade. O porte deste ambiente e a disposição no projeto deve ser pensado para atender tais fluxos, tendo a função de uma pequena biblioteca ou sala de estudo com o arquivo das produções artísticas já elaboradas, estares de estudo e bancada de informática. A utilização deste espaço precisa ser controlada, mas pode ser aberta ao público geral perante cadastro ou apenas visitação.

O segundo núcleo do programa é a área de exposições, que também tem um controle dos fluxos e possui uma recepção para tal distribuição. A galeria é uma das possibilidades do usuário do espaço, sendo que dependendo do usuário o fluxo tem de ser direcionado o que implica na existência de uma entrada única que controle

e distribua as pessoas, trazendo também mais segurança aos moradores do complexo (Figuras 137 - 138).

Figura 137 - Recepção



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 138 - Recepção



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Acerca do material exposto, a exigência de produção artística muda muito dependendo da proposta de gestão da residência, mas a maioria delas exigem uma apresentação do desenvolvimento do trabalho feito no decorrer do tempo e não a entrega de um material finalizado. O processo produtivo se torna assim valorizado como algo a ser compartilhado ou exposto para o público – por isso a proposta não só de espaços de galeria para expor o que foi produzido ou realizar eventos, mas também de eventualmente abrir os próprios ateliês à visitação. (Figuras 139 -140).

Figura 139 – Galeria se abrindo para o espaço externo.



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 140 – Galeria se abrindo para o espaço externo.



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

O terceiro núcleo do programa trata da interação entre a residência, o público e a comunidade. Viajar e experimentar são elementos necessários a produção artística, encontrar desafios e vivenciar conflitos também. O lugar onde se implantará a residência artística desse projeto propicia essas vivências e traz questões e debates dos mais diversos para serem explorados no campo artístico. Portanto o uso de residência artística se adéqua as pretensões da intervenção arquitetônica que será desenvolvida, levando ao meio as discussões estéticas da contemporaneidade.

Os ambientes propostos para esse núcleo do programa são também ambientes utilizados em outros núcleos, mas que eventualmente apresentam uma intenção diferenciada. Por exemplo, o Grande Ateliê já é um elemento que se enquadra nos ambientes de produção artística, mas que por vezes se torna um ambiente de interação social, quando aberto aos alunos ou participantes de workshops, o que configura um ambiente flexível. São ambientes que recebem fluxos diferenciados e funcionam como articulações do projeto, podendo se moldar de acordo com a necessidade. O principal objetivo é através da arte gerar discussões e influenciar positivamente a comunidade local (Figuras 141 - 142).

Figura 141 - Grande Ateliê



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 142 – Ateliê Coletivo



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Com a distribuição das demandas que compõe o projeto no programa, se torna importante um estudo dos fluxos e distribuição das atividades espacialmente. Portanto para facilitar o estudo dos possíveis fluxos vamos primeiro definir os potenciais usuários do espaço.

- Artistas moradores: Possuem acesso e suas atividades se estendem a quase todas as áreas do projeto excetuando-se a administração, as salas de máquina e as reservas técnicas. Ocupam permanentemente o local tanto no período diurno, quanto noturno e aos finais de semana.

- Funcionários: Apenas não possuem acesso aos quartos dos moradores e tem suas atividades abrangendo todo o complexo. Ocupam o local apenas no período diurno e durante o expediente semanal de trabalho.

- Visitantes da galeria: Possuem acesso a partir da recepção pelo percurso da galeria e pelos apoios existentes neste como cantina e banheiros. Seu acesso pode sofrer modificações em virtude da natureza das obras expostas e expandir para a área dos ateliês ou jardins internos eventualmente. Ocupam o local apenas enquanto a galeria está aberta.

- Participantes de aulas e workshops: Possuem acesso a partir da recepção pela galeria, pelos ateliês coletivos, pelos jardins internos e pelos apoios como cantina e banheiros. Ocupam eventualmente o local em dias e horários diversos.

Quantitativamente é necessário estimar o número de pessoas que frequentará o projeto e em qual dos fluxos elas se enquadram para que seja possível dimensionar adequadamente o programa. O número de artistas residentes é o primeiro ponto a se estimar, segundo a Funarte e o seu levantamento de 2014 existe um número médio de moradores em residências artísticas no Brasil.

Varia bastante o número de apoiados em cada programa de residência artística. Quase metade informou realizar programas para até cinco participantes (48%). Os grupos médios recebem entre 5 a 50 artistas (41%). Apenas 4% recebem mais de 50 em um mesmo programa de residências e 1% afirma receber mais de 120. Calcula-se o número, por média ponderada, de 14 artistas por residência em cada ano. Na maioria dos casos, os programas não tem um número fixo de artistas atendidos a cada edição (40%). Cerca de 31% mantém o número de artistas, enquanto 28% dos casos houve aumento do atendimento. (FUNARTE, 2014, p.81)

No projeto em questão determinamos os mesmos 14 artistas moradores da residência artística, sendo 8 hospedados nos quartos de tipologia 1 e 6 nos quartos de tipologia 2. Isso não aconteceu apenas por ser coincidentemente o número da média nacional, mas também por ser uma quantidade que ocupa adequadamente o espaço e permite uma boa disposição do restante do programa. Existem outras residências nas quais podemos nos basear para a eleição desse número como é o caso da residência artística da FAAP de São Paulo que abriga 10 estúdios no Edifício Lutetia, um prédio histórico no centro da cidade de São Paulo.

O período de permanência não é relevante aos cálculos quantitativos pois independente do tempo de estadia do residente sempre existirão 14 artistas morando simultaneamente, ou ao menos essa é a capacidade total. Isso possibilita aos gestores diversificarem os programas de que a residência oferece, podendo ser de períodos curtos como de duas semanas a seis meses, ou inclusive, os que duram mais de um ano. A origem dos artistas sendo estes nativos do Brasil ou estrangeiros também é um posicionamento independente do programa e, portanto, também ficará a cargo dos futuros gestores.

Para estimar a quantidade de funcionários no setor administrativo é preciso determinar quais as funções necessárias para o funcionamento do espaço e o cumprimento de seus objetivos. Esse tópico já se relaciona diretamente com os núcleos do programa escolhidos que serão melhor abordados posteriormente, mas por hora é preciso determinar que são necessários funcionários para gerir o programa de residência artística, os programas de aulas e workshops, a galeria e os circuitos expositivos além do complexo como um todo. Se cada um desses núcleos for administrado por um diretor, no total são 4 diretores, ao menos 1 secretária e 2 recepcionistas para direcionar o público nas duas extremidades do percurso da galeria, totalizando minimamente 7 funcionários administrativos.

Para a manutenção do complexo são necessários funcionários de duas naturezas; os permanentes e os esporádicos. Ambos demandam especificidades no programado projeto, mesmo que os segundos não ocupem um posto fixo. O grupo de usuários referente aos funcionários permanentes segue o cálculo padrão até aqui, ou seja, a partir do número estimado de funcionários que vai ser necessário locar em um determinado espaço este será dimensionado. Assim, o fluxo dos funcionários de manutenção permanentes discriminadas as funções seria ao menos 2 funcionários de limpeza, 1 jardineiro, 2 seguranças da galeria e 2 trabalhando na cantina.

Os visitantes da galeria são o grupo mais flexível e se comportam quantitativamente de forma sazonal, variando em função das obras e artistas expostos, dos dias semanais, do mês do ano e da presença ou ausência de eventos na residência e no seu entorno. Estes representam, na sua maioria, um fluxo composto cotidianamente por turistas, transeuntes e moradores, mas que em eventos pode vir a se tornar um público mais específico de especialistas ou interessados em arte.

Por este ser um fluxo de um espaço acessível ao público a ABNT NBR 9050:2015 deve ser atendida no intuito de buscar-se um desenho universal para os ambientes propostos. A preocupação em dividir os fluxos é também a de identificar as necessidades particulares de cada um deles, sendo importante ressaltar que os artistas moradores e funcionários do complexo tem acesso a ambientes de uso restrito, os visitantes da galeria tem acesso a ambientes de uso público e os participantes de aulas e workshops a ambientes de uso comum.

Uso comum - espaços, salas ou elementos externos ou internos, disponíveis para o uso de um grupo específico de pessoas (por exemplo, salas em edifícios, ocupadas geralmente por funcionários, colaboradores e eventuais visitantes).

Uso público - espaços, salas ou elementos externos ou internos, disponíveis para o público em geral. O uso público pode ocorrer em edificações ou equipamentos de propriedade pública ou privada.

Uso restrito - espaços, salas ou elementos externos ou internos, disponíveis estritamente para pessoas autorizadas (por exemplo, casas de máquina, barriletes, passagens de uso técnico e outros com funções similares). (ABNT NBR 9050, 2015, p.6)

Participantes de aulas e workshops são um fluxo que varia de acordo com o calendário da instituição e pode variar de um grande número de pessoas em um workshop até a aulas em pequenos grupos ou até mesmo individuais. Mas é um fluxo agendado, identificado e conseqüentemente controlado pela gestão do complexo, muito diferente das características do público geral da galeria. A ideia é a de que a comunidade local tenha preferência para participar das aulas e workshops, com o intuito de fortalecer o poder de reverberação das discussões sobre arte e fazer com que o complexo se torne realmente um elemento transformador do espaço em que se insere. Todos os principais fluxos estão ilustrados nos fluxogramas abaixo (Figuras 143 – 146). As demais informações técnicas estão presentes nas plantas e cortes apresentadas como apêndice do trabalho.



Figura 143 – Fluxograma do Pavimento Térreo



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 144 – Fluxograma do Pavimento 1



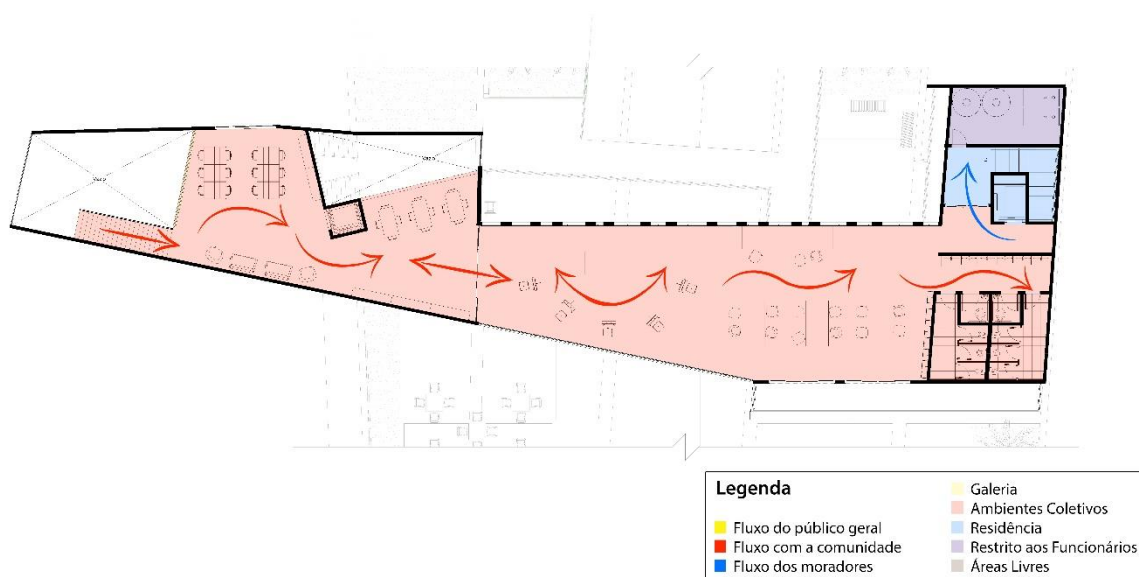
Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 145 – Fluxograma do Pavimento 2



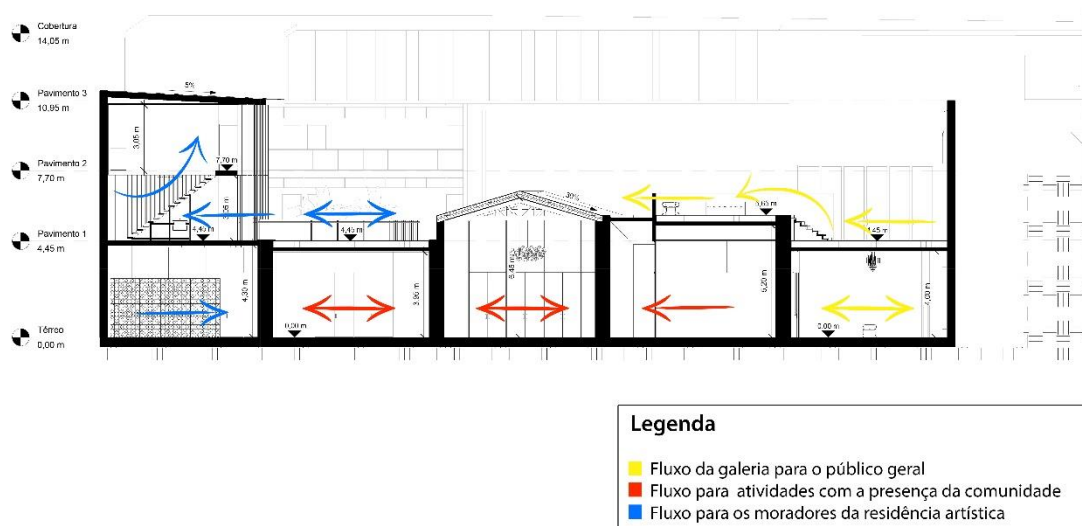
Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 146 – Fluxograma do Pavimento 3



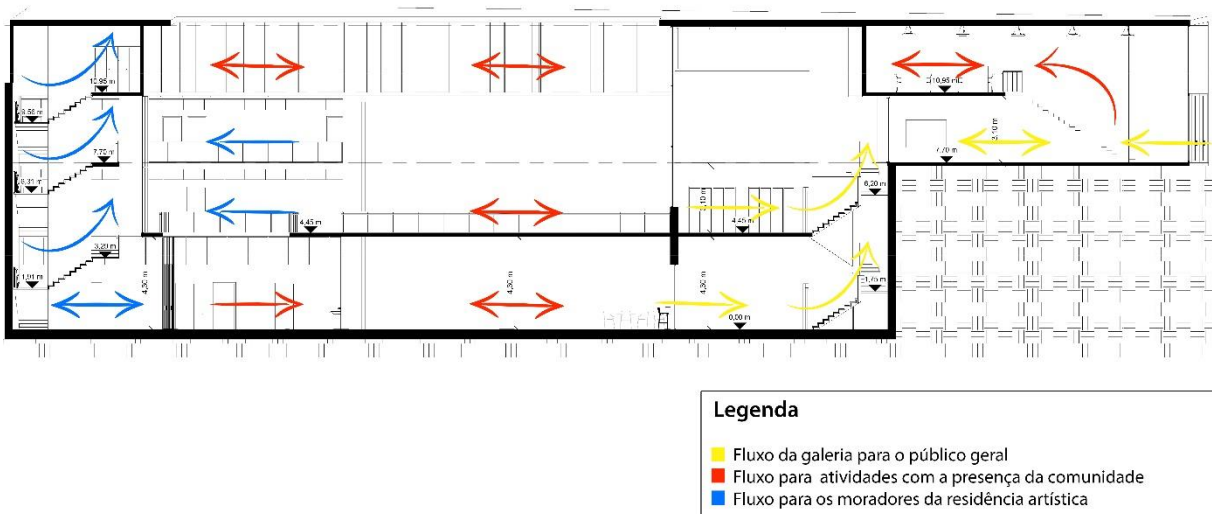
Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 147 – Fluxos Corte A



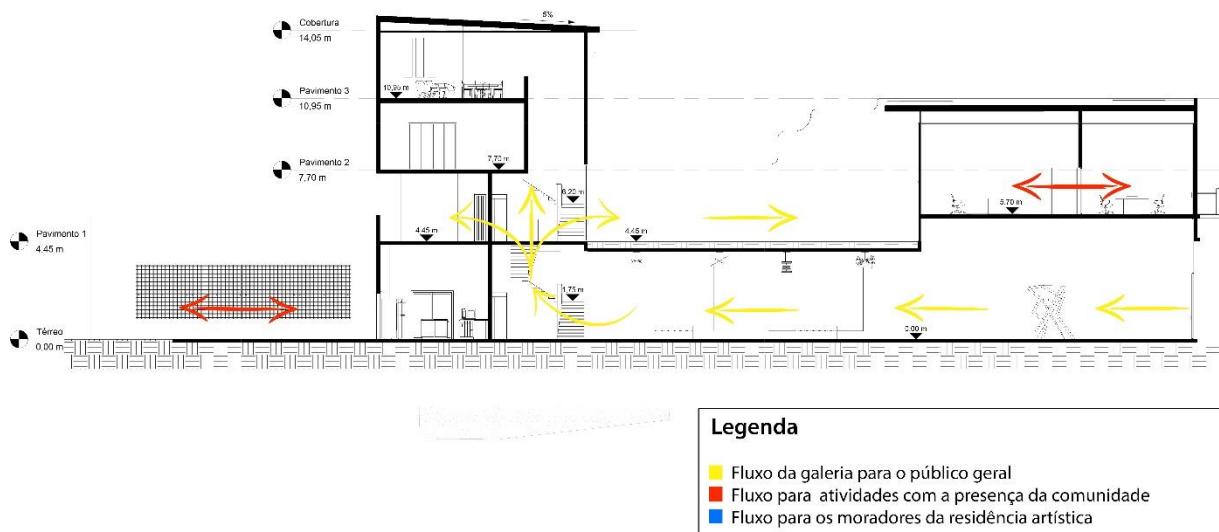
Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 148 – Fluxos Corte B



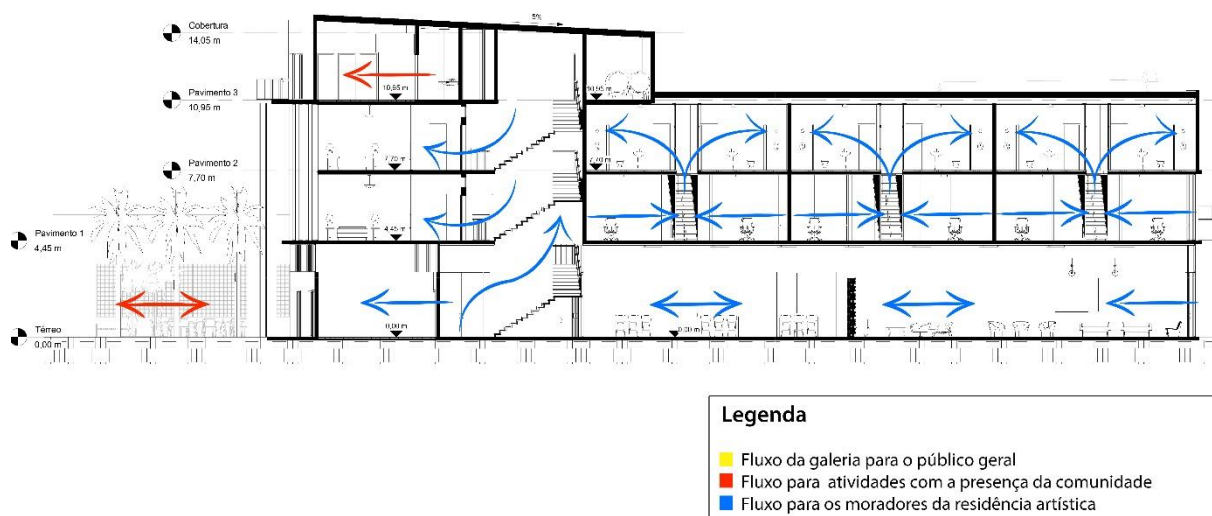
Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 149 – Fluxos Corte C



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

Figura 150 – Fluxos Corte D



Fonte: Elaborado por Mariane Scarpellini, 2017.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o estudo histórico, teórico e as análises da região tiveram o claro objetivo de nos aproximar o máximo possível do objeto a partir de uma leitura do entorno onde esse se situa. É por essa razão que a aproximação é feita de forma progressiva, partindo-se de toda a região portuária até nos encontrarmos no recorte e no projeto arquitetônico da intervenção. Essa abordagem nos possibilitou partir de uma visão mais abrangente e que contemplou diversas questões em diferentes campos, estabelecendo muitas formas de olhar um mesmo lugar e criando as percepções que estruturam o desenvolvimento do projeto.

As questões levantadas mais relevantes estão principalmente situadas no campo do patrimônio, do urbanismo e da arquitetura, sendo que a principal delas é a possibilidade de criar relações entre o antigo e o novo através do olhar do presente.

Discutir tais questões é de fundamental importância no cenário atual, em que as transformações ocorridas na cidade no decorrer do tempo ganha mais e mais destaque nos novos projetos propostos pela contemporaneidade. Esse foi um ponto determinante para a escolha do sítio onde foi feita a intervenção, pois os projetos atuais do Porto Maravilha dão destaque à região. A relação antigo novo está latente na área não apenas por meio dos projetos urbanos, mas também da grande quantidade de novas edificações construídas e edifícios históricos recuperados recentemente.

O projeto é o meio pelo qual expressamos um posicionamento diante das discussões teóricas desenvolvidas no corpo da dissertação. O processo de levantar tais questões, analisa-las e buscar respostas resultou nas ações projetuais de intervenção no objeto escolhido. Sendo assim, o desenho da fachada, a volumetria, a materialidade do objeto, a iluminação, o ritmo dos planos e aberturas, ao proposta de programa são escolhas feitas baseadas nos estudos pormenorizados e com o intuito de atender as demandas do lugar.

A relevância desse exercício de projeto para o campo do patrimônio é que ele ilustra uma situação real, que mesmo sendo única por estar em um sítio muito específico, ainda assim levanta uma gama de questões que estão presentes em diversos lugares diferentes. Desta forma o resultado do trabalho pode influenciar

outros projetos futuros deixando evidente a importância do debate sobre as relações estabelecidas entre a nova arquitetura e o patrimônio no processo de desenvolvimento de um projeto.

Existem alguns expoentes que podem ser colocados como limitadores do trabalho, como a impossibilidade de entrar em alguns lugares para a tomada de fotos e medidas mais exatas, além da falta de material nos bancos de dados pesquisados sobre alguns pontos da dissertação. Um exemplo é a inexistência de fotografias históricas que contemplassem os edifícios da intervenção, tendo apenas as dos lugares do entorno. A falta de material detalhado limitou o processo do levantamento técnico do conjunto estudado e sua consequente reprodução, fato que cria uma margem de erro entre o descrito e o objeto real. Mas felizmente por meio de cruzamento de informações diversas, a grande maioria dos dados específicos puderam ser alcançados.

Na região do entorno do projeto existem outras dinâmicas além das aqui apresentadas para serem abordadas em outro momento sob um novo ponto de vista e portanto esse trabalho pode futuramente servir como um meio de aproximação da área estudada principalmente com o tema da relação antigo-novo em arquitetura. Por se tratar de um lugar dinâmico e que está passando por um processo de franca modificação, um estudo sobre uma intervenção arquitetônica na área servirá de auxílio a novos projetos que venham a surgir e que contribuam a construção de uma cidade onde o patrimônio possa ser visto como parte integrante e de fundamental importância para a ambiência urbana.

Creio que o objetivo geral da pesquisa tenha sido alcançado, criando novas perspectivas para a leitura da Rua Sacadura Cabral e seu entorno por meio da sua arquitetura, discutindo e fomentando a reflexão sobre a interação antigo-novo em uma urbanidade complexa repleta de camadas temporais e questões de dinâmica social e cultural. A contribuição da intervenção serve para valorizar o patrimônio como um importante definidor das ambiências urbanas, e frisar a importância da arquitetura na cidade como patrimônio do futuro.



## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, M. D. A. Sobre a Memória das Cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, p. 26, nº4, jan./jun. 1998.
- ANDRADE JUNIOR, N. V. D. **Arquitetura Contemporânea e Patrimônio Edificado: Uma análise das intervenções projetuais em preexistências a partir da forma arquitetônica**. In: *Arquimemória 3 - Encontro Nacional de Arquitetos Sobre Preservação do Patrimônio Edificado*, 3., 2008, Salvador. Anais. Salvador: IAB-BA. 2008.
- ARANTES, O. B. F. Cultura da Cidade: animação sem frase. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. v. 24, p. p. 229-242, 1996.
- BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2014. 264 p.
- CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 5ª ed. ed. São Paulo: Estação Liberdade - UNESP, 2006. 288 p.
- DE GRACIA, F. **Construir en lo construido: la arquitectura como modificación**. Madrid: Editorial Nerea, 1992. 323 p.
- FUNARTE. **Mapeamento de residências artísticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Funarte, 2014.
- GRANATO, M. Patrimônio científico da Astronomia no Brasil. In: \_\_\_\_\_ **História da Astronomia no Brasil**. Rio de Janeiro: MAST, v. 1, s.d. p. 588-616.
- KAMITA, J. M. Sobre o MAR. **Arquitextos Vitruvius**, São Paulo, v. ano 13, maio 2013. ISSN 155.00. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.155/4759>>. Acesso em: 30 nov. 2015.
- KÜHL, B. M. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauo**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008. 328 p.
- KÜHL, B. M. **Projetos de intervenção em bens arquitetônicos de interesse cultural: por um diálogo construtivo entre o novo e a preexistência**. In: II ENANPARQ - II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2012, Natal. Anais. Natal: ENANPARQ-II. 2012. p. 19.
- LYNCH, K. **What time is this place?** Cambridge: MIT Press, 1972. 277 p.
- MARTINS, A. P. R. D. S. D. **O Patrimônio Eclético no Rio de Janeiro e a sua preservação**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, FAU - UFRJ. Rio de Janeiro, p. 402. 2009.
- MELO, C. M. D. S. **Técnicas Construtivas de Bens Imóveis Ecléticos no Rio de Janeiro, Diretrizes para a Preservação**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2006.

MESQUITA, C. B. **A Preservação do Patrimônio Arquitetônico na Região Portuária no Projeto Porto Maravilha**. Tese de Doutorado em Arquitetura, FAU - UFRJ. Rio de Janeiro, p. 293. 2015.

MOREIRA, C. D. C. **A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2004. 145 p.

MUSEU DO AMANHÃ. O Porto do Rio e a construção da alma carioca. **Instituto de Desenvolvimento e Gestão**, 2016. Disponível em: <<https://museudoamanha.org.br/portodorio/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

NORA, P. **Entre Memória e História, A problemática dos lugares**. PUC-SP. São Paulo, p. 28. 1993.

RIEGL, A. **O Culto Moderno dos Monumentos**. Tradução de Elane Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini. Goiânia: Editora da UCG, 2006. 121 p.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). **Decreto N° 322 de 3 de março de 1976**. Rio de Janeiro. 1976. Aprova o Regulamento de Zoneamento do Município do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). **Lei Ordinária N°166 de 27 de maio de 1980**. Rio de Janeiro. 1980. Dispõe sobre o processo de tombamento e dá outras providências.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). **Decreto N° 3.158 de 23 de julho de 1981**. Rio de Janeiro. 1981.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). **Decreto N° 5.280 de 23 de agosto de 1985**. Rio de Janeiro. 1985.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). **Decreto N° 6.057 de 23 de agosto de 1986**. Rio de Janeiro. 1986. Determina o tombamento dos bens arquitetônicos que menciona.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). **Lei Complementar N°16 de 4 de junho de 1992**. Rio de Janeiro. 1992.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). **Lei Complementar N° 111 de 1º de fevereiro de 2011**. Rio de Janeiro. 2011. Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). **Lei Complementar N° 33/2013**. Rio de Janeiro. 2013. Define as condições disciplinadoras de uso e ocupação para ordenamento territorial da Cidade do Rio de Janeiro.

RUSKIN, J. **A Lâmpada da Memória**. 2º. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2013. 88 p.

SOARES, C. E. L. **Valongo Cais dos Escravos: Memória da Diáspora e Modernização portuária na cidade do Rio de Janeiro, 1668-1911**. Rio de Janeiro: Departamento de Antropologia, Programa de pós graduação em Arqueologia, Museu Nacional, UFRJ., 2013. 113 p.

SOLÀ-MORALES, I. D. **Intervenciones**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2006. 159 p.

TAVARES, R. B. **Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, Século XIX**: Uma tentativa de delimitação espacial. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ, 2012. 207 p. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/conteudo/estudos/ea2.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2017.

TSCHUMI, B. Concepto, Contexto, Contenido. **Arquine, Revista Internacional de Arquitectura y Diseño**, Ciudad de México, v. 34, 2005.

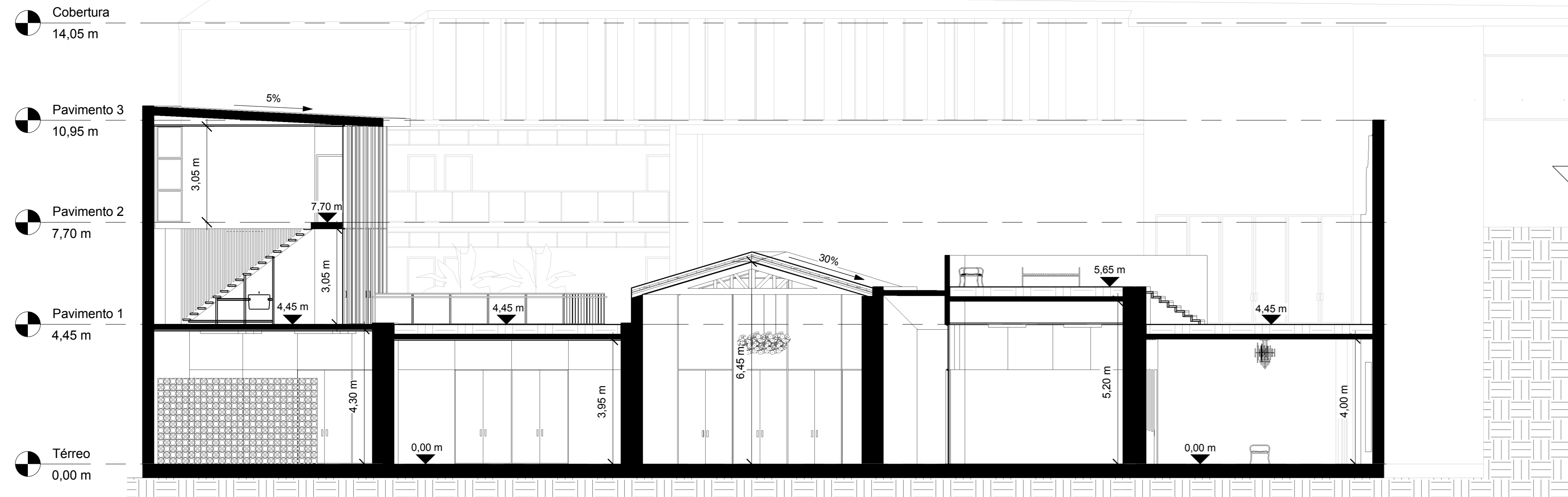
VAZ, L. F.; SILVEIRA, C. B. A Lapa boêmia na cidade do Rio de Janeiro: um processo de regeneração cultural? Projetos, intervenções e dinâmicas do lugar. Intervenções em centros históricos: Objetivos, estratégias e resultados. In: VARGAS E CASTILHO **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2006. p. 67-100.

ZONNO, F. D. V. O Valor Artístico na relação passado-presente, Modos de Interpretação do lugar. **Arquitextos, Revista Vitruvius**, v. 17, ago. 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.195/6171>>. Acesso em: 17 out. 2017.

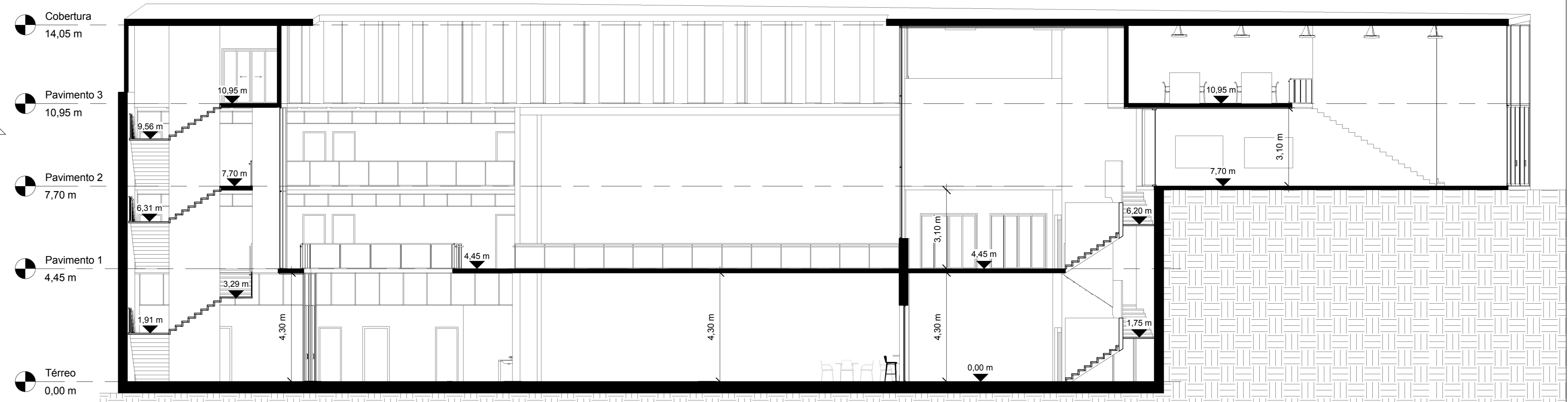
\_\_\_\_\_. A poética de Bernard Tschumi como complexidade e a interpretação do contexto. **Revista arq.urb**, v. 18, jan/abr. 2017. Disponível em: <<http://www.usjt.br/arq.urb/numero-18/5-fabiola-zonno.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2017.

## APÊNDICE

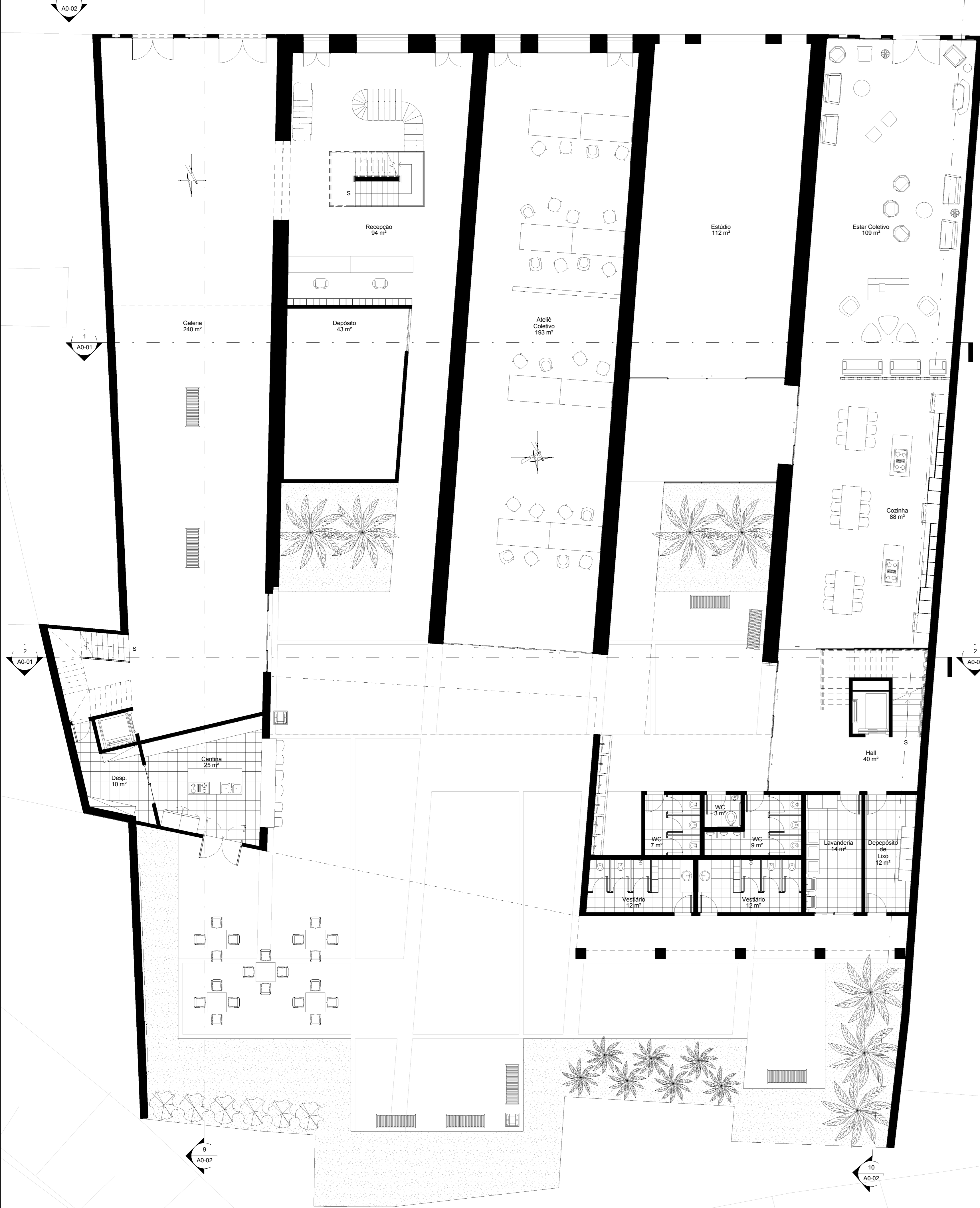
**1** Corte A - Transversal  
1 : 100



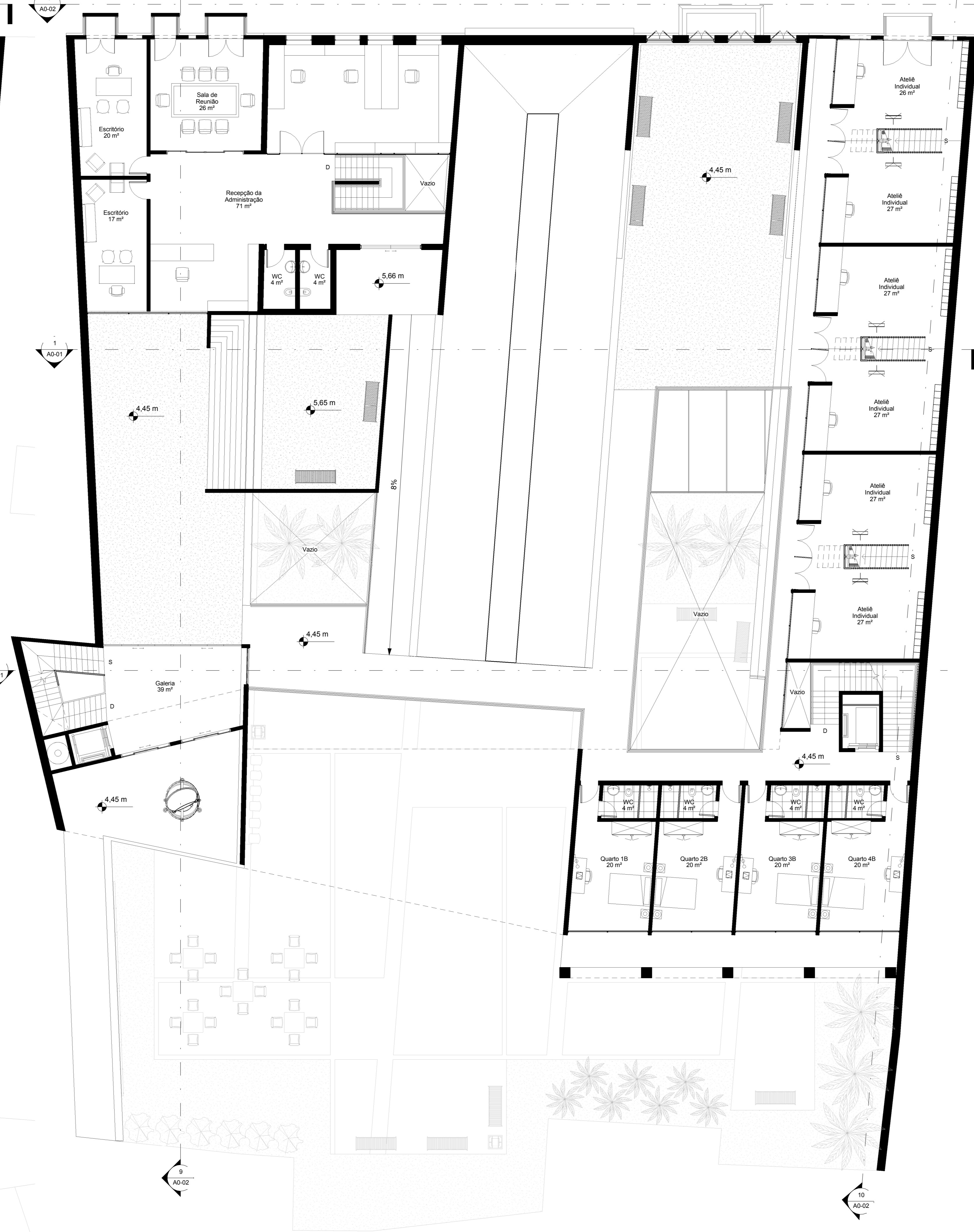
**2** Corte B - Transversal  
1 : 100



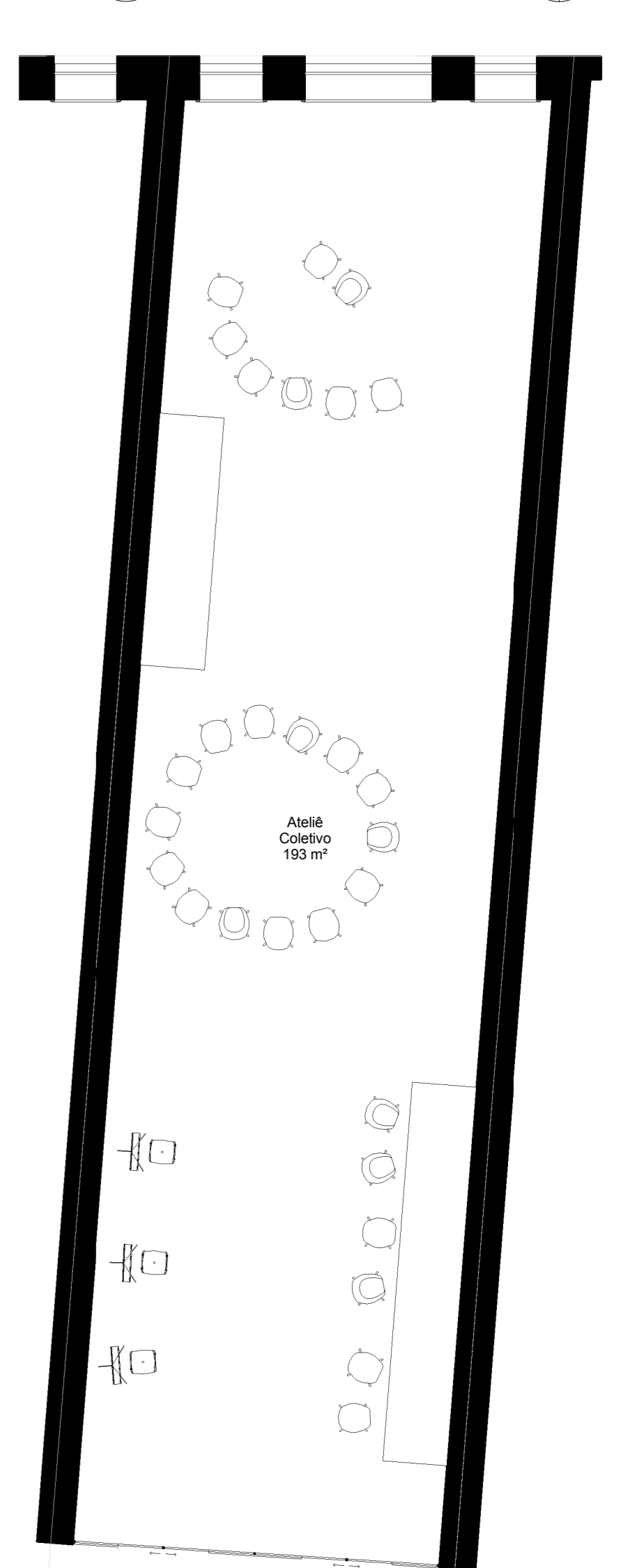
**3** Planta do Térreo  
1 : 100



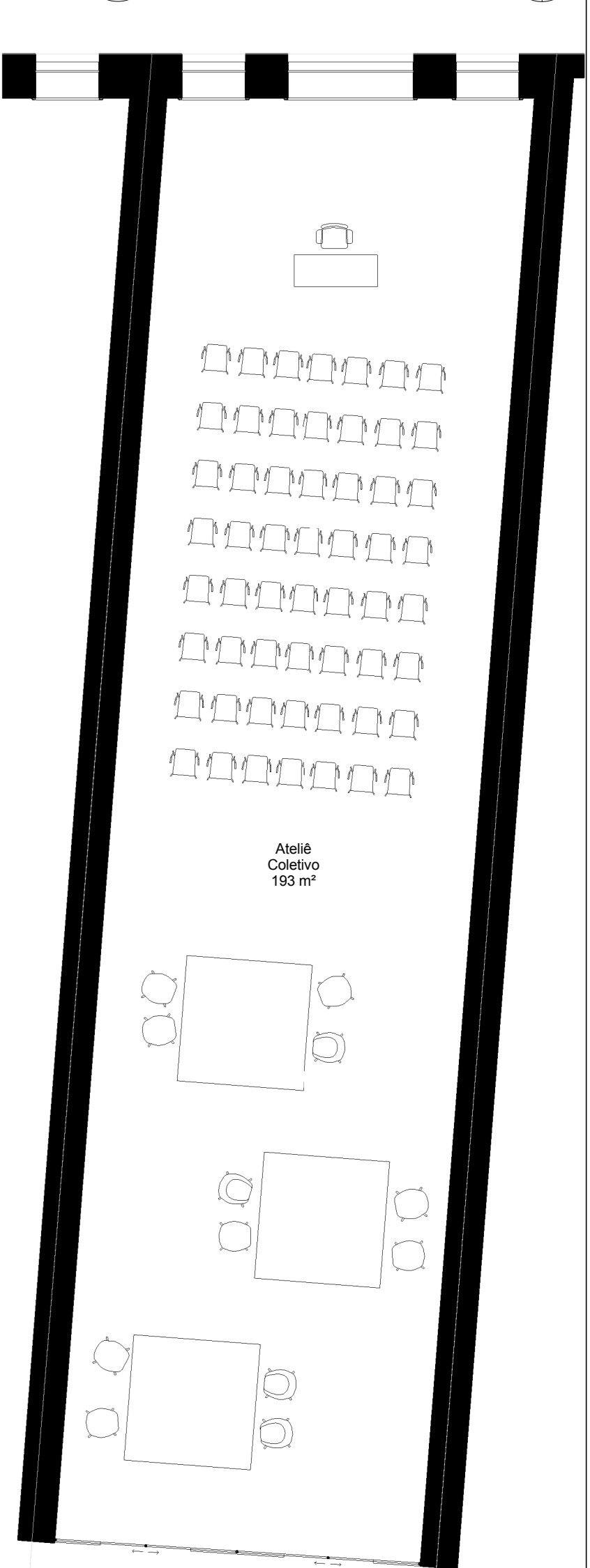
**4** Planta do Pavimento 1  
1 : 100



**5** Detalhe Layout C  
1 : 100



**6** Detalhe Layout B  
1 : 100



**Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio PROARQ - UFRJ**

Situação 1:2000

**Residência Artística**

Planta dos Pavimentos Térreo e 1, Cortes A e B, Detalhes Layout B e C

Data 03/12/2017

Desenhadas por Mariane

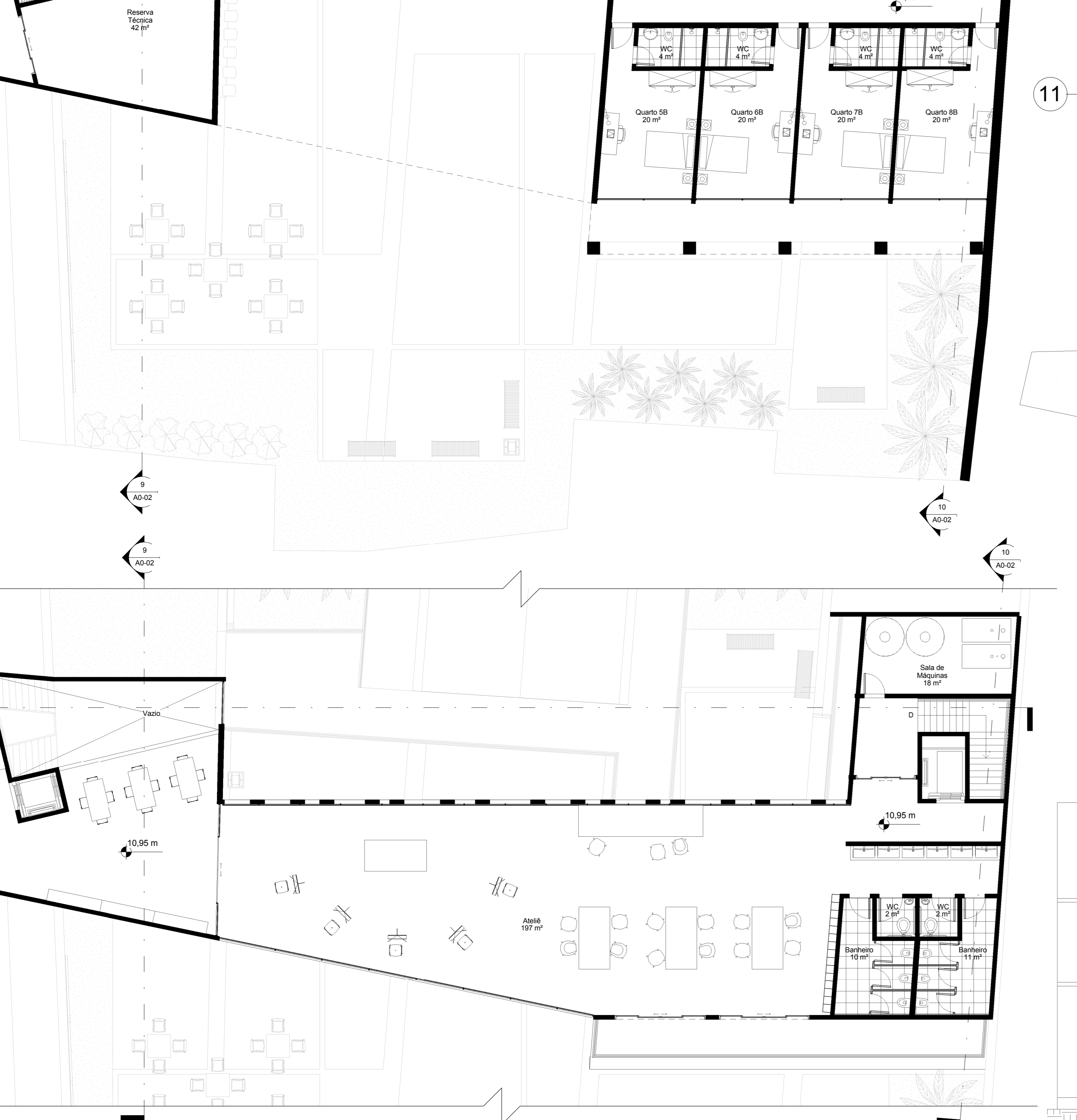
**A0-01**

Escala Como indicado

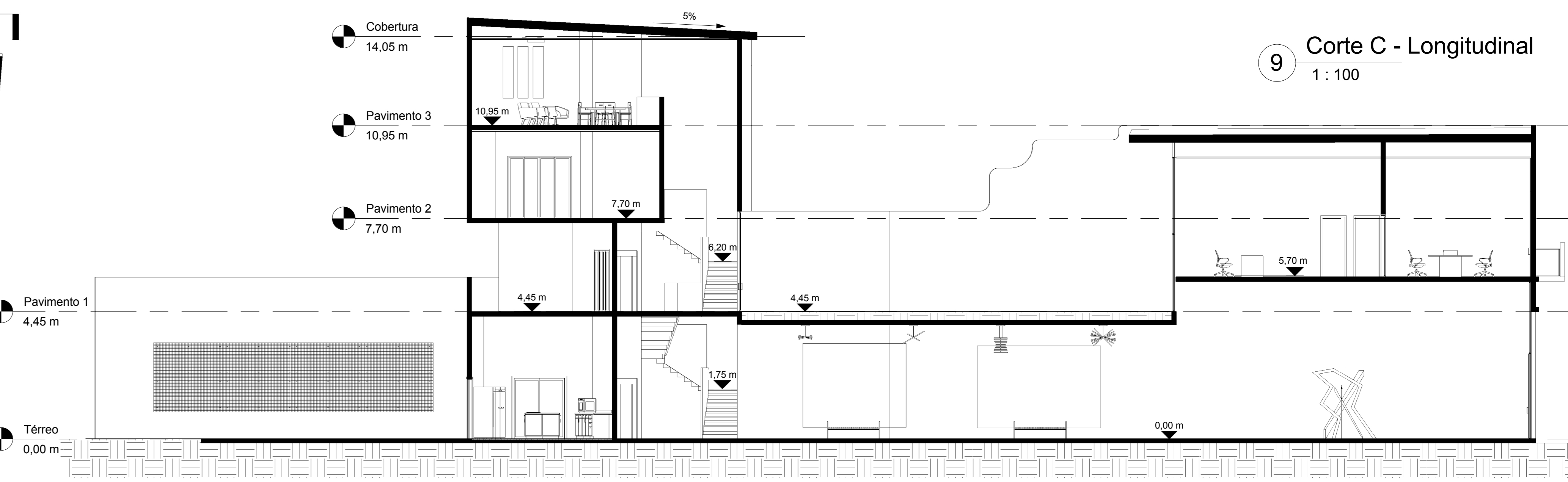
7 Planta Pavimento 2  
1 : 100



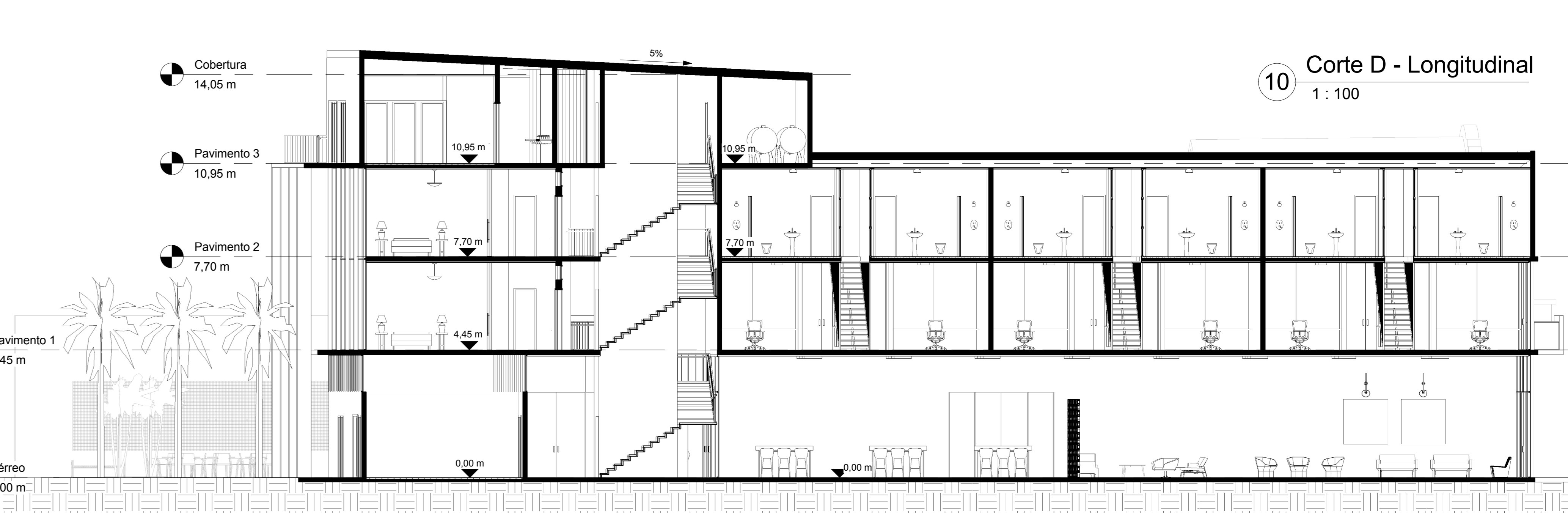
8 Planta Pavimento 3  
1 : 100



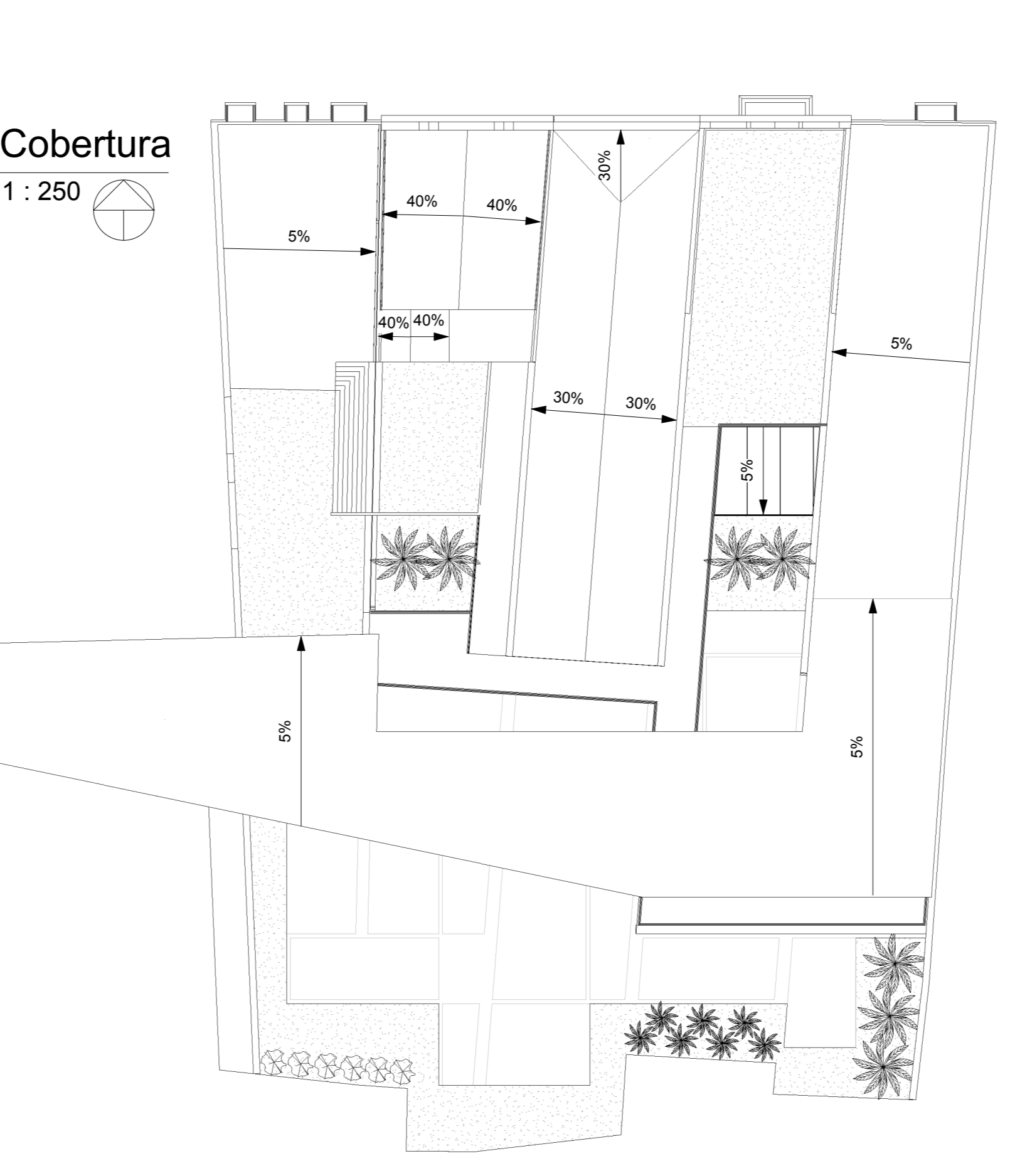
9 Corte C - Longitudinal  
1 : 100



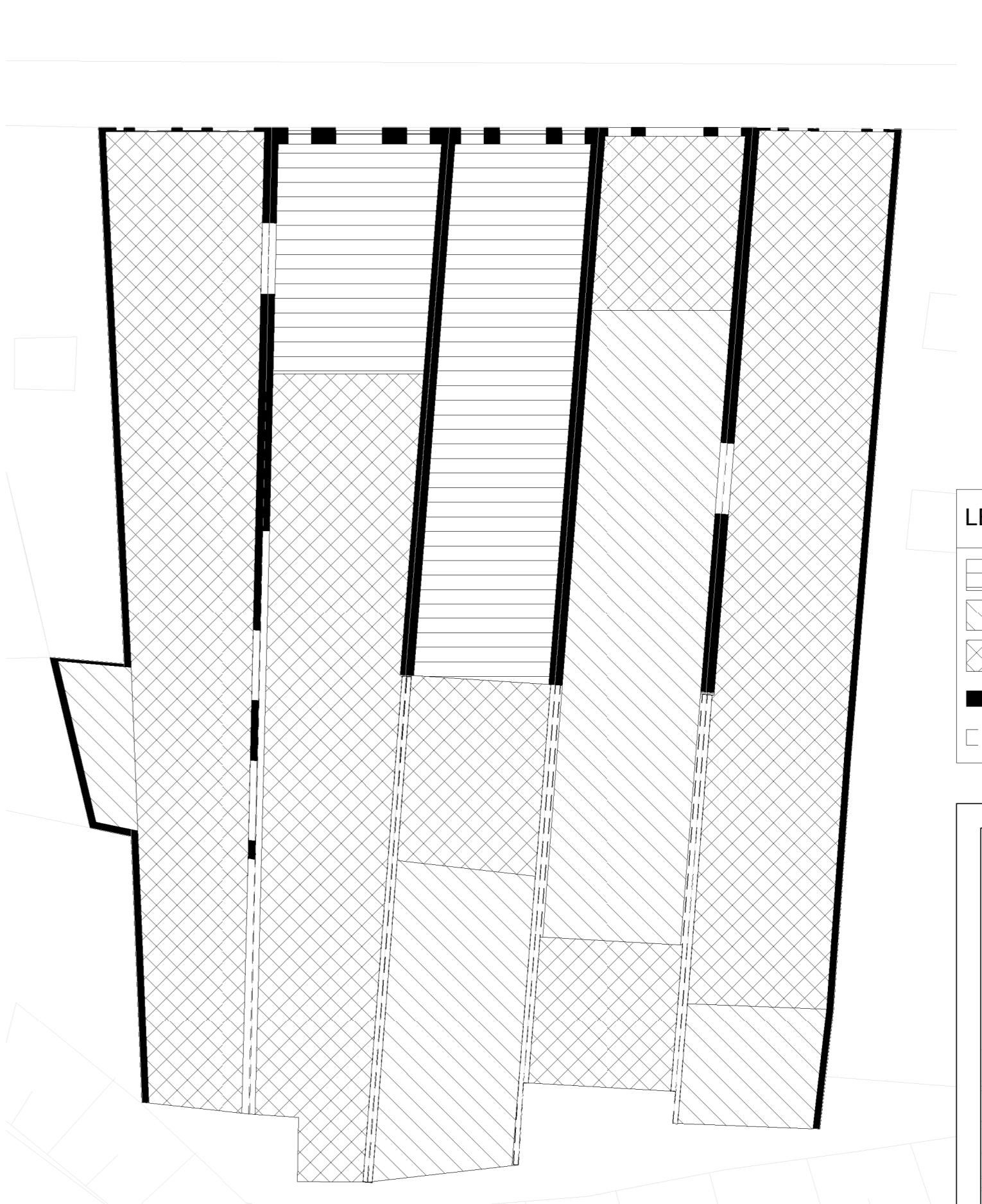
10 Corte D - Longitudinal  
1 : 100



11 Cobertura  
1 : 250



12 A Construir e a Demolir  
1 : 250



- LEGENDA
- a preservar
  - a construir (nova edificação)
  - a demolir e a construir
  - paredes preservadas
  - paredes demolidas

Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio PROARQ - UFRJ



13 Fachada  
1 : 100



Residência Artística

Plantas do Pavimento 2, 3, de Cobertura e A Construir e Demolir, Cortes B, C e Fachada

Data	03/12/2017
Desenhadas por	Mariane
<b>A0-02</b>	
Escala	Como indicado